



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

ADMA CRISTHINA SALLES DE OLIVEIRA



**MOVIMENTOS SOCIAIS E AÇÃO EDUCATIVA:**  
UMA EXPERIÊNCIA EM MUNDO NOVO – MS

---

Londrina  
2009

ADMA CRISTHINA SALLES DE OLIVEIRA

**MOVIMENTOS SOCIAIS E AÇÃO EDUCATIVA:  
UMA EXPERIÊNCIA EM MUNDO NOVO – MS**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientação: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Doralice Aparecida Paranzini Gorni.

Londrina  
2009

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina.**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

O48m Oliveira, Adma Cristhina Salles de.  
Movimentos sociais e ação educativa : uma experiência em Mundo Novo - MS / Adma Cristhina Salles de Oliveira. – Londrina, 2010.  
195 f. : il.

Orientador: Doralice Aparecida Paranzini Gorni.  
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2010.  
Inclui bibliografia.

1. Política educacional – Teses. 2. Educação – Movimentos sociais – Teses. 3. Cidadania – Educação –

ADMA CRISTHINA SALLES DE OLIVEIRA

**MOVIMENTOS SOCIAIS E AÇÃO EDUCATIVA:  
UMA EXPERIÊNCIA EM MUNDO NOVO – MS**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Doralice Aparecida Paranzini Gorni  
UEL – Londrina- PR

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Magda Madalena Tuma  
UEL – Londrina- PR

---

Prof. Dr. Marlon Leal Rodrigues  
UFMS/UEMS – Três Lagoas/Nova Andradina -  
MS

Londrina, 17 de dezembro de 2009.

## **DEDICATÓRIA**

A Deus, aos meus filhos,  
companheiros de todas as horas...  
A minha mãe, que caminhou comigo  
durante todo o percurso do  
mestrado, essa dissertação é nossa!  
Ao meu pai, sempre vivo em minha  
memória...

## **AGRADECIMENTOS**

A professora Dr.(a) Doralice Aparecida Paranzini Gorni, minha querida orientadora, a quem tive o privilégio de conhecer, relacionar-me e conviver com a pessoa e profissional generosa, que compartilhou seus saberes, pontuais em minha pesquisa, por sua mediação, todas as vezes que precisei. Por sua dedicação em prol da educação, sempre compreendendo meus limites, companheira nesta minha trajetória acadêmica a qual estou iniciando.

A seção de Pós-Graduação pelo apoio e colaboração em todos os momentos.

Agradeço aos professores doutores, membros da banca de qualificação e defesa, por lerem generosamente meu trabalho, colaborando para que o mesmo fosse melhor com suas intervenções e interlocuções.

A professora e amiga, Ana Claudia Duarte Mendes pela paciência em me escutar nas horas difíceis da minha caminhada, por ter sido companheira em nossas interlocuções e pela leitura do trabalho.

A minha família pelo apoio e desprendimento.

Aos profissionais entrevistados, pela concessão de informações valiosas para a realização deste estudo, que de forma tão simpática responderam as nossas perguntas participando e disponibilizando tempo e paciência, para realização desse trabalho de investigação.

A Dorcelina de Oliveira Folador, em memória, por ser minha companheira de luta dentro dos movimentos sociais, por ter partilhado seus ideais com os meus, por sentir sua presença em memória e pelas reflexões que fizemos acerca do mundo que temos ao mundo que queremos.

OLIVEIRA, Adma Cristhina Salles de. **Movimentos sociais e ação educativa: uma experiência em Mundo Novo - MS.** 2010. 195 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

## RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar como um projeto, forjado no meio dos movimentos sociais, constituiu-se como formador político educacional da população. Para tanto, escolhemos o período de 1997 a 2000, durante o mandato da prefeita de Mundo Novo - MS, Dorcelina de Oliveira Folador. Ao relacionar os princípios educacionais da “pedagogia do movimento” do MST, o projeto político do PT, com o projeto educacional desenvolvido no município, observamos como, em pouco tempo, foi possível utilizar de instrumentos, por exemplo, o orçamento participativo, para a formação da cidadania, por meio da participação da sociedade civil nos mecanismos de decisão de gestão pública, privilegiando a educação informal e formal. Nosso trabalho faz reflexões bibliográficas acerca da educação do homem, sua constituição pelo trabalho, sua organização social, política no cenário contemporâneo. Ao discorrer sobre as relações políticas e econômicas e os impactos destas na educação, entendemos ser importante observar as práticas educacionais que visassem um projeto alternativo de gestão pública neste município. A partir das discussões e reflexões bibliográficas, dialogamos com os sujeitos envolvidos no processo de construção, a fim de constatar a existência de um projeto educacional, por meio do registro de suas memórias.

**Palavras-chave:** Políticas educacionais. Movimentos sociais. Projeto político. Memória.

OLIVEIRA, Adma Cristhina Salles de. **Social movements and educative action: an experience in Mundo Novo - MS.** 2010. 195 f. Dissertation (Master in Education) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

### **ABSTRACT**

The present research has as the objective to analyze as a project, forged in the way of social movements, consisted as educational politician of the population. For in such a way, we chose the period of 1997 the 2000, during the mandate of the mayor of Mundo Novo - MS, Dorcelina de Oliveira Folador. When relating the educational principles of the “movement of the education” of the MST, the project politician of the PT, with the developed educational project in the city, we observe as, in little time, it was possible to use instruments, for example, the participation budget, for the formation of the citizenship, by means of the participation of the civil society in the mechanisms of decision of public administration, privileging the informal and formal education. Our work makes bibliographical reflections concerning about the education of the man, its constitution for the work, its social organization, politics in the contemporary scene. When discoursing on the relations economic politics and the impacts of these in the education, we understand to be important to observe the practical of educational ones that aimed at an alternative project of public administration in this city. From the bibliographical discussions and reflections, we dialogue with the involved citizens in the construction process, in order to evidence the existence of an educational project, by means of the register of its memories.

**Keywords:** Educational politics. Social movements. Politician Project. Memory.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> –	Famílias assentadas da divisão de lotes para reforma agrária .....	55
<b>Figura 2</b> –	Reunião do Orçamento Participativo em Mundo Novo .....	57
<b>Figura 3</b> –	Dia 9 de abril de 1997 – Eleição da 1ª APM na Escola Carlos Chagas, direção Professora Nilda Vidal .....	57
<b>Figura 4</b> –	Diretoria eleita, Conselho Fiscal e Deliberativo .....	58
<b>Figura 5</b> –	Placa comemorativa do intercâmbio entre escolas brasileiras e paraguaias .....	61
<b>Figura 6</b> –	Ações da construção do Projeto Educacional .....	61
<b>Figura 7</b> –	Quadro Curricular .....	62
<b>Figura 8</b> –	Painel informando a população mundonovense .....	63
<b>Figura 9</b> –	Reunião do projeto pé-no-bairro, com representações da comunidade .....	65
<b>Figura 10</b> –	Reunião do OP, no bairro São Jorge .....	66
<b>Figura 11</b> –	Investimento na educação garante a construção de creches e ampliação das escolas municipais .....	68
<b>Figura 12</b> –	Investimentos na educação .....	70
<b>Figura 13</b> –	Mundo Novo inaugura museu municipal .....	71

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ANNEL</b>	Agência Nacional de Energia Elétrica
<b>AI-1</b>	Ato Institucional Número
<b>BID</b>	Banco Interamericano de Desenvolvimento
<b>BIRD</b>	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
<b>BM</b>	Banco Mundial
<b>CEBS</b>	Comunidades Eclesiais de Base
<b>CEPAL</b>	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
<b>CNBB</b>	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
<b>CNTE</b>	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
<b>COMECON</b>	Conselhos Econômicos de Assistência Mutua
<b>CPT</b>	Comissão Pastoral da Terra
<b>CRUB</b>	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
<b>CUT</b>	Central Única dos Trabalhadores
<b>ENERSUL</b>	Empresa de Energia Elétrica de Mato Grosso do Sul
<b>FEPROSUL</b>	Federação dos Professores de Mato Grosso do Sul
<b>FETAGRI</b>	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
<b>FETEMS</b>	Federação dos Trabalhadores em Educação do Mato Grosso do Sul
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>FUNDEF</b>	Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<b>LDB</b>	Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
<b>MEC</b>	Ministério da Educação e Cultura
<b>MOBRAL</b>	Movimento Brasileiro de Alfabetização
<b>MST</b>	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
<b>OCDE</b>	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
<b>OIS</b>	Organismos Internacionais
<b>ONGS</b>	Organizações não Governamentais
<b>ONU</b>	Organizações das Nações Unidas
<b>OP</b>	Orçamento Participativo
<b>PCB</b>	Partido Comunista do Brasil
<b>PDE</b>	Plano de Desenvolvimento Educacional

<b>PDI</b>	Plano de Desenvolvimento Institucional
<b>PDN</b>	Plano de Desenvolvimento Nacional
<b>PDV</b>	Plano de Demissão Voluntária
<b>PNE</b>	Plano Nacional de Educação
<b>PNUD</b>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<b>PP</b>	Projeto Político
<b>IDH</b>	Índice de Desenvolvimento Humano.
<b>PPP</b>	Projeto Político Pedagógico
<b>SNI</b>	Serviço Nacional de Informação
<b>TELEMS</b>	A Empresa Telecomunicação de Mato Grosso do Sul
<b>UNDIME</b>	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
<b>UNESCO</b>	Organizações das Nações Unidas para a Educação
<b>UNICEF</b>	Órgão das Nações Unidas para a Infância e a Adolescência

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>CAPÍTULO 1 – O HOMEM, O ESTADO E A EDUCAÇÃO</b> .....	17
1.1 A CONSTITUIÇÃO DO HOMEM E A EDUCAÇÃO .....	18
1.2 OS CONCEITOS DE ESTADO E A EDUCAÇÃO .....	24
1.3 MOVIMENTOS SOCIAIS FRENTE À DITADURA MILITAR .....	30
1.3.1 O ESTADO NEOLIBERAL E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA .....	31
<b>CAPÍTULO 2 – MUNDO NOVO (1997 a 2000): UM TEMPO, UMA HISTÓRIA</b> .....	41
2.1 DIVISÃO DO ESTADO .....	42
2.2 A ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E A EDUCAÇÃO NO MS .....	46
2.3 DOS MOVIMENTOS SOCIAIS AO PROJETO POLÍTICO EDUCACIONAL DE MUNDO NOVO .....	52
2.4 O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO EM MUNDO NOVO .....	63
<b>CAPÍTULO 3 – MEMÓRIA: REGISTRO DA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO E EDUCACIONAL</b> .....	72
3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE HISTÓRIA ORAL E MEMÓRIA .....	73
3.2 EDUCAÇÃO EM RETROSPECTIVA: ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E PROJETO POLÍTICO DO PT .....	79
3.3 CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO EDUCACIONAL .....	91
3.4 ORÇAMENTO PARTICIPATIVO E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO .....	100
3.5 INFLUÊNCIA DO PROJETO POLÍTICO EDUCACIONAL NO ESTADO E SUAS DIFICULDADES .....	107
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	112
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	116
<b>ANEXOS</b> .....	122

ANEXO A .....	123
ANEXO B .....	128
ANEXO C .....	133
ANEXO D .....	136
ANEXO E .....	138
ANEXO F.....	141
ANEXO G .....	152
ANEXO H .....	157
ANEXO I.....	161
ANEXO J.....	164
ANEXO K .....	168
ANEXO L.....	175
ANEXO M.....	180
ANEXO N .....	181
ANEXO O .....	184
ANEXO P .....	185
ANEXO Q.....	190

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve como objeto de estudo o processo de construção e implantação do projeto político educacional do PT, no município de Mundo Novo, no período de 1997 a 2000. Este projeto, forjado no seio dos movimentos sociais, identificava-se com os princípios educacionais da “pedagogia do movimento”, do MST (CALDART, 2004) que visavam uma nova prática educacional com vistas à educação política e social da população.

Diante do desafio de compreender os mecanismos de ação política dos movimentos sociais, que influenciaram diretamente os fazeres na sociedade civil, recortamos esse período e a gestão do PT, por considerarmos que houve uma tentativa de construção de um projeto político educacional, no município de Mundo Novo, MS, fronteira entre Brasil e Paraguai, durante a gestão da prefeita Dorcelina de Oliveira Folador.

Consideramos importante destacar que o campo de investigação está circunscrito a esta região fronteiriça, pois o projeto político educacional representou uma alternativa de gestão do bem público, apresentou como um dos instrumentos do processo educacional da população a descentralização orçamentária, do Município de Mundo Novo/ MS, na tentativa de concretização de uma identificação cultural e emancipação educacional da sociedade (HALL, 2005).

Mundo Novo, MS, é um município lindeiro<sup>1</sup>, situado na divisa de MS com o PR. A cidade abrigava na época, do recorte da pesquisa, conflitos entre acampados (sem-terras) e latifundiários. Cabe ressaltar que os acampados eram grupos de trabalhadores da terra que migraram dos estados vizinhos na crise de 70, brasiguaios e indígenas, povos expulsos de suas terras, em decorrência do processo de colonização. Sem ter para onde ir, estabeleciam seu território à margem das rodovias federais e estaduais. Essa população não vivia apenas nas margens das rodovias, mas à margem da sociedade, que a excluía de todos os direitos constitucionais.

Mato Grosso do Sul, estado onde Mundo Novo está localizado, apresenta as seguintes características: ser o segundo estado com maior população

---

<sup>1</sup> Município lindeiro é a nomenclatura dada aos municípios que sofreram os impactos: sociais, econômicos e ambientais causados pela construção da usina hidrelétrica de Itaipu.

indígena do Brasil, grupos de quilombolas remanescentes, assentados migrantes de todos os estados brasileiros, a procura de terra para estabilização, e miscigenação de duas nacionalidades (brasileira e paraguaia). A marginalização desta população é responsável pela existência dos conflitos agrários, uma vez que há grande concentração de terras na mão de poucos.

Em tal contexto, podemos entender as tensões do tecido social, que representava um quadro de diversidade, precariedade e exclusão social, agravado no final da década de 70, por um processo histórico, econômico, político, cultural não só no estado do Mato Grosso do Sul, mas em todo Brasil.

Nesse cenário, o resultado das eleições municipais de 1996, em Mundo Novo, provocou uma ruptura com forças conservadoras que sempre estiveram no poder, conduzindo à administração direta uma representante dos movimentos populares, Dorcelina de Oliveira Folador, que pertencia ao Movimento dos Sem-terra e era filiada ao Partido dos Trabalhadores. A construção de um projeto político, que tinha mais um caráter educacional, tentou inverter a relação entre a sociedade civil e o Estado, na medida em que as representações dos diferentes segmentos passaram a co-participar da administração municipal.

Para que um projeto com caráter educacional fosse adiante, era necessário contar com a ação dos movimentos sociais, Movimento dos Sem-terra, sindicatos dos funcionários públicos, em especial o dos trabalhadores em educação, algumas associações e outras representações na sociedade. O objetivo do movimento passou a ser a materialização de uma política que responsabilizava o Estado por fazer a diferença no contexto: político, social, histórico, educacional frente às instituições públicas.

Em uma pesquisa, muitas vezes somos participantes da materialização dos acontecimentos e nem sempre podemos ser totalmente isentos no contexto. Pode-se afirmar, segundo Alberti (2005), que o ponto de vista adotado pelo pesquisador depende muitas vezes do seu envolvimento com o objeto.

Para melhor compreensão do objeto de estudo, no caso, a construção de um projeto político educacional, inspirado no fazer dos movimentos sociais, organizamos o trabalho em dois momentos: o primeiro consistiu na revisão de literatura, e o estudo comparativo entre o projeto político educacional do PT e os princípios educacionais do MST, em sua implementação em Mundo Novo; o

segundo foi o registro da memória dos sujeitos envolvidos no processo, para confirmação da ação desenvolvida no município.

Para apresentar este trabalho, no primeiro capítulo realizamos uma reflexão acerca do homem e a sua condição de sujeito histórico, suas relações sociais com o trabalho e a Educação (SAVIANI, 2005). A construção deste homem dar-se-á no compromisso com as causas educacionais e nas relações de identificação que se estabelecem nos grupos sociais aos quais ele pertence. O homem como mola mestre das transformações, sujeito do fenômeno social. Em nosso estudo foi necessário compreender as transformações da organização social que envolve os conceitos de Estado e de sociedade civil.

Destacamos o conceito de Estado e a apropriação dos meios de produção por parte do capital, para refletir acerca das influências políticas e econômicas que permearam o sistema educacional. Pontuamos, com uma breve descrição histórica do contexto nacional, os problemas educacionais provocados pelo Estado capitalista, elencando os acontecimentos relevantes que interferiram na ação dos movimentos sociais. Apresentamos esta ação frente à ditadura, no final da década de 70, e durante a construção do processo democrático, ao longo das décadas de 1980 e 1990, destacando as reformas educacionais brasileiras neste contexto.

No segundo capítulo apresentamos uma breve exposição do processo que culminou na divisão do estado de MS, a fim de destacar a trajetória dos movimentos sindicais, que resultou na formação de lideranças interioranas e representou uma mudança de poder nos municípios. O movimento social estabeleceu seu espaço político e influenciou as mudanças em princípio no interior, o que refletiu futuras alterações no cenário político estadual.

Apresentaremos o modelo de gestão democrática, com participação popular, elaborado no município de Mundo Novo no mandato de Dorcelina de Oliveira Folador (1997-2000). Na continuidade trataremos mais especificamente do nosso objeto, que é como os princípios educacionais do MST influenciaram o projeto político educacional do PT, e propiciaram a educação da população.

Cabe destacar que a gestão democrática é centrada na participação social, um dos instrumentos de materialização desta foi o orçamento participativo (O.P), responsável pela elaboração, implantação e execução dos projetos sociais. Buscando concretizar tal modelo, a sociedade civil organizada elegia um conselho

com representação de diferentes segmentos da sociedade, que possuía autonomia não só nos argumentos, mas no âmbito das relações com o poder público, bem como acompanhava e influenciava as decisões do legislativo.

A comissão do orçamento participativo decidia sobre os investimentos e destinação dos recursos, que eram aprovados na Câmara e executados pela prefeitura. A educação foi a maior beneficiada nesse período, pois os recursos dos Royalties decorrentes da construção da usina de Itaipu aumentaram a arrecadação ampliando os investimentos no setor educacional do município. A educação passou a contar com mais um aporte financeiro além dos 25% determinados pela LDB/96. O importante é que esta ampliação dos recursos garantia melhorias na educação, permitindo um avanço na qualidade do ensino, o que colaborou na construção do projeto político educacional de Mundo Novo.

No terceiro capítulo nosso objetivo foi registrar e analisar, a partir do diálogo com os sujeitos envolvidos no processo, a construção do projeto político educacional. A necessidade do registro das memórias nasceu da constatação de que essa história estava se perdendo, desta forma, o registro das experiências se tornou uma exigência. A transcrição dos relatos subsidia-se na história oral, que segundo Queiróz (2003), é capaz de captar uma experiência individual e coletiva, procurando destacar os acontecimentos de um período, ou como neste caso, a existência e efeito de um projeto político educacional diferenciado em Mundo Novo.

Para tanto, foram realizadas entrevistas com alguns dos sujeitos que participaram direta ou indiretamente da construção do projeto político educacional. Foram entrevistados os seguintes gestores da administração direta e indireta, das administrações municipais e estaduais de 1997 a 2000: um conselheiro, que foi representante do setor educacional do orçamento participativo, uma secretária de educação na gestão de Dorcelina, uma diretora, um professor, uma coordenadora do programa bolsa-escola, a superintendente da educação do estado, e o secretário de educação do estado, num total de sete pessoas, de maio/2008 a julho/2009. Estas pessoas trabalharam direta ou indiretamente com a proposta de emancipação social, cultural e educacional do município e no estado. A proposta iniciada foi interrompida com o assassinato de sua mentora Dorcelina de Oliveira Folador.

Após sua morte os movimentos sociais e a sociedade civil criaram o INSTITUTO DORCELINA VIVE, que tem como objetivo lutar pela ética, moralidade e

transparência do poder público e a construção de uma sociedade mais justa e fraterna.

O relato dos fatos resgata o processo de emancipação, que contemplou os anseios da sociedade civil e de um projeto político educacional para Mundo Novo. A sociedade civil e a gestão popular, viabilizada pela implantação do O. P. e pela administração de Dorcelina de Oliveira Folador, lutaram pela materialização deste projeto.

Os impactos desta gestão na educação mundonovense representaram uma conquista no processo de democratização escolar, influenciando a discussão da constituinte escolar e do plano de desenvolvimento educacional do estado do MS. Um exemplo na utilização dos recursos públicos em prol da melhoria da qualidade de vida e da educação, em um processo de construção democrática, que visava a conscientização e autonomia do homem, da sociedade civil no exercício da cidadania, na consolidação do estado verdadeiramente democrático.



**CAPÍTULO 1  
O HOMEM, O ESTADO E A EDUCAÇÃO**

# 1 O HOMEM, O ESTADO E A EDUCAÇÃO

## 1.1 A CONSTITUIÇÃO DO HOMEM E A EDUCAÇÃO

Iniciaremos este capítulo com uma reflexão acerca da constituição do sujeito histórico social, nas relações do trabalho e na educação. Ao abordar o trinômio: homem, trabalho e educação buscamos compreender a organização da sociedade, na perspectiva de entender como o sistema capitalista coopta e se apropria dos meios de produção, influenciando diretamente as diretrizes educacionais. Refletimos acerca dos diferentes conceitos de Estado, na perspectiva histórica, com o objetivo de demonstrar a relação da política, da economia e da educação, estas ponderações são importantes para a fundamentação do nosso objeto de pesquisa.

O homem tem a força do trabalho e sabe que esta relação de homem-trabalho é indissolúvel, é nessa condição que o homem se descobre e redescobre sua função social. E a função social do homem só tem significado devido à força de seu trabalho, à conquista de seu espaço, dentro da relação ontológica e histórica. É histórica por ser um processo produzido pelo homem e ontológica por gerar um produto ao longo do tempo, e o produto dessa ação, o resultado desse processo, é a existência do ser homem, que pode ser verificada não só pela transmissão do conhecimento, mas pela transformação provocada pelo próprio homem.

A divisão da sociedade em classes sociais é um exemplo do ontológico no processo de evolução do homem, uma vez que a divisão do trabalho e a apropriação da terra criaram proprietários e proletariados. Existem fatos que marcaram a existência do homem: a evolução do próprio homem só se faz a partir da convivência social. O processo histórico configurou o papel dos opressores e oprimidos, a relação dos sujeitos que assistem e transformam a formação da sociedade, passam a pertencer as causas ontológicas dessas civilizações.

Embora possamos definir metodologicamente e separadamente tal relação, não podemos negar a existência do ser pensante, racional, que faz

intervenções diante das contradições, isto é, o significado aristotélico do homem: a racionalidade, caráter e atributo humano, reflexivo e criativo.

O poder de criar e recriar dá ao homem o atributo singular de transformar e diferenciar-se dos outros animais, que aceitam a natureza em si. O homem adapta a natureza a si, ajusta-a a sua necessidade:

Podemos distinguir o homem dos animais pela consciência, pela religião ou por qualquer coisa que se queira. Porém, o homem se diferencia propriamente dos animais a partir do momento em que começa a *produzir* seus meios de vida, passo este que se encontra condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, o homem produz indiretamente sua própria vida material (MARX; ENGELS, 1974, p. 19).

Podemos afirmar que o homem é fruto do seu trabalho, que é conquistado, produzido. Não nasce da natureza humana e sim da aprendizagem. Produzir algo para sua existência é parte do processo educativo, que se relaciona com a origem deste homem. Afinal, podemos considerar que a relação da educação, do trabalho é condição de vida para o homem.

O processo de aprendizagem tem diferentes concepções históricas ao longo do tempo, e é uma característica de constituição do homem, trabalhar e educar-se. Portanto, segundo Saviani (2007), na realidade os animais se adaptam a natureza, o homem não, ele luta pela adaptação da natureza a si, por isso não só *Homem Sapiens* e sim *Homo Fabril*.

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva, mas tem que ser produzida pelos próprios homens, sendo, produto do trabalho, isto significa que o homem não nasce homem. Ele se forma homem. Ele não nasce sabendo agir como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a construir sua própria existência. Portanto, a produção, a materialização do homem é sua formação, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo, como observa Saviani (2007).

O trabalho e a educação são indissociáveis. Os homens aprendiam a produzir sua existência e sua materialização, a partir do próprio trabalho. O conhecimento do trabalho era transmitido e socializado pela experiência dos mais velhos, que ensinavam aos mais jovens. Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens se educavam e educavam as novas gerações.

O ato de agir sobre a natureza, transformando-a em função das necessidades humanas é o que conhecemos sob o nome de trabalho. Podemos, pois, dizer que o homem torna-se homem por meio do trabalho. É pelo trabalho que este se desenvolve, se aprofunda, em um processo histórico complexo. É, portanto, na existência efetiva dos homens, nas contradições de seu movimento real e não numa essência externa, que se descobre o que o homem é: tal e como os indivíduos manifestam sua vida, assim são. O que são coincide, por conseguinte, com sua produção, tanto com o que produzem como com o modo como produzem. (SAVIANI, 2007, p. 132)

Nas culturas primitivas os homens conviviam e transmitiam o conhecimento para perpetuação da espécie, passando de geração a geração a experiência dos meios de produção, não havia divisão de classes e sim comunismo primitivo, havia uma aliança solidária e uma identidade cultural estabelecida. Entendemos, conforme Hall (2005), que a identidade não é una, uma vez que é formada de acordo com as identificações do sujeito com os diversos grupos sociais, a que este está exposto ao longo de sua vida. Mas, ainda segundo Hall (2005), na sociedade primitiva, o sujeito não se relacionava com grupos diferentes, então a identificação era apenas com sua comunidade de origem. A produção da existência implicava o desenvolvimento de formas e conteúdos cuja validade é estabelecida pela experiência, o que configura um verdadeiro processo de aprendizagem.

Tudo era feito em comum entre eles. Dava-se a apropriação coletiva da terra constituindo a propriedade do clã, onde os homens produziam sua existência em comum e se educavam nesse mesmo processo. Nessas condições, a educação se identificava com a vida. Concordamos com Saviani (2004) quando ele afirma que “educação é vida” e não preparação para a vida, reivindicada muitas décadas mais tarde como uma verdade prática.

Ao afirmarmos no início que a constituição do homem se faz pelo trabalho, e que este garante suas necessidades de subsistência, frente a natureza, a partir da transformação e recriação desta de acordo com suas necessidades, estávamos pensando no homem livre.

Este cenário começa a ser alterado, primeiro pela divisão do trabalho:

Depois dessa fase, entra-se (cerca de 8 ou 10 mil anos atrás) na época do Neolítico, na qual se assiste à verdadeira e própria *revolução* cultural. Nasceram as primeiras civilizações agrícolas: os grupos humanos se tornam sedentários, cultivam os campos e criam animais, aperfeiçoam e enriquecem as técnicas (para fabricar vasos, para tecer, para arar) cria-se uma divisão do trabalho cada vez mais nítida entre o homem e a mulher e um domínio sobre a mulher por parte do homem [...] A revolução neolítica é também uma revolução educativa: fixa uma divisão educativa paralela à divisão do trabalho (entre homem e mulher, entre especialista do sagrado e da defesa e grupos de produtores) (CAMBI, 1999, p. 58-59, grifo do autor).

A divisão do trabalho provocou a divisão da sociedade em classes sociais, com a conseqüente apropriação da terra e do conhecimento dos meios de produção, por parte de uma elite, que passou a espoliar o trabalho do homem. Uma vez que o proprietário não apenas utilizava-se da força de trabalho de outros, mas os oprimia em um regime de escravidão.

A substituição do comunismo primitivo por uma sociedade dividida em classes sociais, baseada na divisão do trabalho, não representou mudanças no valor educativo deste, mas trouxe um novo sistema de poder, que se caracteriza por um modo de produção escravista. O que queremos afirmar é que o homem só reconhece sua existência, quando esta se relaciona com o espaço de trabalho. Se por certo este não existe procura formas de conquistá-lo, mesmo que para isso crie conflitos de anomia para a sociedade.

Esta divisão de classe propiciou uma interferência na unidade da educação, antes identificada plenamente com o próprio processo de trabalho. O que era uno na educação passou a se apresentar de duas formas distintas: uma para a classe proprietária, intitulada, a educação dos homens livres, centrada nas atividades intelectuais, na arte da palavra e nos exercícios físicos de caráter lúdico ou militar; e outra para a classe proletária, denominada de educação dos escravos e serviçais, voltada apenas para a qualificação para o trabalho (SAVIANI, 2004).

Estamos diante de um longo processo histórico que institucionalizou a educação, o que resultou numa educação de ascensão da classe dominante em detrimento da exploração da classe dominada, segundo Cambi (1999). A hegemonia de uma em relação a outra gerou a instituição escola, que de um lado, uma minoria passa a dispor do ócio, do lazer, do tempo livre, e a outra, que é a maioria, continua a coincidir com o processo de trabalho.

O conhecimento passou a ser uma arma de representação de poder, que dominou os povos com a hegemonia cultural. Esta dominação se dá nas mais diferentes civilizações e formas de governo, conforme Cambi (1999). A constituição da escola materializa-se na separação entre instrução e trabalho. De acordo com Manacorda (2006, p. 357):

A separação entre instrução e trabalho, a discriminação entre a instrução para os poucos e o aprendizado do trabalho para os muitos, e a definição da instrução “institucionalizada” como *instituiu oratória*, isto é, como formação do governante para a arte da palavra entendida como arte de governar [...]; trata-se, também, da exclusão dessa arte de todo indivíduo das classes dominadas consideradas um “charlatão demagogo”, um *meduti*. A consciência da separação entre as duas formações do homem tem a sua expressão literária nas chamadas “sátiras dos ofícios”. Logo esse processo de inculturação se transforma numa instrução que cada vez mais define o seu lugar como uma “escola”, destinada à transmissão de uma cultura livresca codificada, numa áspera e sádica relação pedagógica.

Esta dualidade quebrou com a universalização da educação escolar, que defenderia o acesso a todos em igualdade e condições às escolas públicas e gratuitas, organizadas com o mesmo padrão de qualidade, o que resultaria em uma apropriação do saber pelos trabalhadores.

No século V, Atenas tinha cerca de 300 mil habitantes e exercia um influxo sobre toda a Grécia: tinha necessidade de uma burocracia culta, que conhecesse a escrita. Esta difundiu-se a todo o povo e os cidadãos livres adquiriram o hábito de dedicar-se à oratória, à filosofia, à literatura, desprezando (e recusando) o trabalho manual e comercial. Todo o povo escrevia, como atesta a prática do ostracismo; as mulheres também eram admitidas na cultura (CAMBI, 1999, p. 84).

Na Grécia, em Atenas, nesse período citado, a educação caracterizava-se como Paidéia, enquanto educação dos homens livres, em oposição à Duléia, que implicava a educação dos escravos, fora da escola, no próprio processo de trabalho. Ficava assim evidente a existência da diferença entre o que um homem livre devia saber e dizer, em relação ao homem não livre. Diferentemente da educação espartana, em que: “Quanto à cultura – ler, escrever -, pouco espaço era dado a ela na formação do espartano – ‘o estritamente necessário’, diz Plutarco -

embora fizessem aprender de memória Homero e Hesíodo ou o poeta Tirteo.” (CAMBI, 1999, p. 83).

A Idade Média compreendeu um longo período, do século IV ao final do XV, do sistema feudal ao mercantilismo, da formação de Estados-nações, da ascensão do cristianismo, segundo Cambi (1999). A educação nesse período caracterizava-se por reproduzir o ensino doutrinário, marca hegemônica da Igreja Católica, aparecendo a dualidade entre o ensino das classes dominantes e das dominadas:

[...] Em estreita simbiose com a Igreja, com a fé cristã e com as instituições eclesiásticas que – enquanto acolhem os *oratores* (os especialistas da palavra, os sábios, os cultos, distintos dos *bellatores* e dos *laboratores*) – são as únicas delegadas (com as corporações no plano profissional) a educar, a formar, a conformar. Da Igreja parte os modelos educativos e as práticas de formação, organizam-se as instituições *ad hoc* e programam-se as intervenções, como também nela se discutem tanto as práticas como os modelos. Práticas e modelos para o povo, práticas e modelos para as classes altas, uma vez que é típico também da Idade Média o dualismo social das teorias e das práticas educativas, como tinha sido no mundo antigo (CAMBI, 1999, p. 146, grifo do autor).

A educação nesse extenso período compreendia a manutenção do poder eclesiástico e do Estado. A escola mantinha a retórica de formação humanística, com diferentes modelos para as diferentes classes sociais. Este modelo perdurou por todo o período e influenciou a educação no início da Idade Moderna.

Na primeira fase da Idade Moderna, final do século XV até o final do século XVIII, os modos de produção capitalista provocaram decisivas mudanças na própria educação confessional, colocando em posição central o Estado, forjando a idéia da escola pública, universal, gratuita, leiga e obrigatória. Em diferentes partes do mundo, o homem provocou revoluções no movimento de suas práticas, ele aguçou conflitos, impôs aparelhos ideológicos ao Estado e as ações determinantes dentro de um contexto secular e histórico. O ensino, da era Moderna é marcado pela reorganização do poder e dos saberes, pelo sistema organizativo dos trabalhadores.

As contradições inerentes aos modelos de educação até agora discutidos, presentes na sociedade de classes, e aprofundadas no sistema capitalista, impossibilitaram a universalização do acesso ao saber. O Estado

manteve um tipo de educação a uma classe e outro tipo para outra. Assim, a equidade da educação na escola pública não existiu, a escola ainda atende às exigências da classe dominante.

Na era contemporânea, a opressão das classes populares desencadeou levantes sociais como: revolução russa, chinesa, cubana, mexicana. Período este em que o ensino se baseava no antagonismo entre as artes liberais e mecânicas, entre a geometria intelectual e experimental. O modelo de escola pública, mantida pelo Estado, sofreu mudanças sob a influência das reivindicações trabalhistas.

Neste processo histórico de luta dos trabalhadores, o modelo de ensino antes destinado aos proletários, ganhou novas formas curriculares, antes excluídas: o saber científico, a aliança do saber com a indústria. Estas características incluem no currículo da escola pública a grande ciência, antes elitizada, agora tentando atender uma nova clientela, gerando novas contradições.

O desenvolvimento das formas de produção marcou a evolução política e também social. Podemos afirmar que a educação acompanhava todas as mudanças de conceito de Estado, sofrendo neste processo as vicissitudes ideológicas que marcaram as dificuldades de democratização do acesso e da permanência ao ensino público.

## 1.2 OS CONCEITOS DE ESTADO E A EDUCAÇÃO

Na Idade Moderna, especificamente no séc.XV, o conceito de Estado incorporava uma instituição de monopólio, sendo a única força a prestar serviços públicos. Segundo Cambi (1999), o Estado, na Era Moderna, ocupava um espaço organizativo social que evidencia o trabalho e o controle social, essa organização perdura até os dias atuais.

A aceleração dos modos de produção do capitalismo comercial e o desenvolvimento do pensamento liberal produziram um novo conceito de Estado. O pensamento liberal do séc. XVIII atendia aos anseios da burguesia (comerciantes e industriais). O conceito de Estado para os teóricos liberais deste período, resguardadas suas singularidades, eram distintos, pois Locke definia o Estado como

monarquia parlamentar, Hobbes defendia o Estado absolutista, Montesquieu o poder do Estado limitado, Rousseau um Estado democrático e Hegel a monarquia constitucional, em que o Estado seria o fundamento da sociedade, ele superaria a contradição entre o público e o privado, pois a sociedade civil, lugar das atividades econômicas é onde prevalecem os interesses privados, traz em si rivalidades que implicam nas necessidades de soberania do Estado<sup>2</sup>. (BOBBIO, 1999). Segundo Bruno (2001, p. 12):

Nas fases iniciais do capitalismo, o Estado Nacional era a instituição de poder central, era ele o coordenador das atividades, das unidades econômicas, mediando suas disputas, definindo e garantindo prioridades de investimentos e garantindo a existência de condições gerais de produção tanto materiais, quanto sociais e políticas. Dada a importância desse aparelho de poder era essencial nesse período que o acesso a ele ficasse restrito às classes capitalistas, que detinham o direito exclusivo do sufrágio e da elegibilidade essa situação prosseguiu até fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

Na Era Contemporânea, o conceito de Estado sofreu influências do contexto histórico, e foi definido por diferentes teóricos, com diferentes posicionamentos:

O filósofo alemão Engel, na obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, definia Estado como a forma de manutenção e de dominação de uma classe sobre a outra, para ele a propriedade privada e a divisão do trabalho provocaram a divisão da sociedade em classes, nascendo o poder político, dando origem ao Estado.

Segundo Karl Marx, o Estado é o reflexo das contradições da sociedade civil, defende interesses da classe dominante, garantindo a manutenção da dominação de uma sobre a outra, negando a teoria de Hegel. A superação desta dominação só terminaria com a revolução da classe trabalhadora que levaria ao fim a instituição do Estado (BOBBIO, 1999, p. 59).

Para Gramsci existem duas esferas de Estado; a esfera civil e a esfera política, que contam tanto com hegemonia quanto pelo consenso é o que ele chama de superestrutura (COUTINHO, 1997, p. 65).

---

<sup>2</sup> Para maior aprofundamento ver Bobbio (1999, p.55)

Embora pertençam a uma mesma ideologia política, existe uma grande diferença entre Marx e Gramsci. Se para o primeiro o Estado é um aparelho coercitivo, para Gramsci o Estado não é algo impermeável às lutas de classe, mas é atravessado por elas. Gramsci vive outra situação histórica, ele leva em conta a crise do Estado liberal e o fortalecimento do capitalismo devido uma nova sociedade, grandes partidos de massas, e grandes sindicatos econômicos (COUTINHO, 1997, p. 65).

Segundo Simionato (2004, p. 72), Marx explicou o caráter de classe para o Estado, Gramsci se preocupou em encontrar as mediações que estabelecem as dominações das relações entre o Estado e a sociedade civil.

De acordo com Poulantzas (apud FREITAS, 2003), o conceito de Estado permeia as relações sociais, na busca do poder temos a possibilidade de romper com a hegemonia de dominação. Os diferentes segmentos da sociedade utilizam-se das forças internas do aparelho do Estado por meio da conquista das lutas políticas, buscando a representatividade, de forma gradativa, conquistando a democracia representativa no exercício desta, com gestão democrática. Para Poulantzas “O Estado não é uma torre de marfim.” (apud FREITAS, 2003, p. 22).

Estes conceitos se fazem necessários para que possamos compreender que tipo de Estado é esse? Porque na Europa o proletariado avançou nas mudanças estruturais? Que características diferenciam o Estado brasileiro do Estado europeu? Para definirmos como ocorreu a construção do Estado brasileiro, e sua influência histórica e contemporânea na composição do estado de Mato Grosso do Sul.

Segundo Rodrigues (1987), a construção do Estado brasileiro possui algumas características culturais, políticas e econômicas que se diferenciam das características européias. O conceito de Estado e a sociedade civil constituem-se mais na concepção conservadora do modelo liberal do que do modelo revolucionário socialista.

No Brasil, no século XIX, a elite brasileira com tendências distorcidas sobre o pensamento liberal, sempre produziu um discurso demagógico. Afinal, a sociedade brasileira não baseava sua economia na exploração do trabalho operário, mesmo porque a economia local monárquica era escravocrata, e no início da república contávamos com pequenas indústrias (KONDER, 2003).

A grande insatisfação com as questões das desigualdades sociais no Brasil, sempre foi algo que inquietou as lideranças políticas de esquerda. A realidade é que a herança mercantilista nada contribuiu para a organização das minorias, estivemos durante muito tempo à margem das lutas trabalhistas, o pensamento socialista tomou caminhos diversos dos trabalhadores europeus.

De acordo com Konder (2003), ser republicano no Brasil era muito difícil, podemos imaginar que deveria ser praticamente impossível ser socialista. Pois nossas estruturas sociais e econômicas não possibilitavam a organização dos trabalhadores o que era bem diferente da situação européia.

Ainda segundo Konder (2003), os movimentos sociais aparecem no Brasil, por influência das concepções francesas e italianas, no período da imigração européia. Para compreender a dificuldade de organização dos trabalhadores, citaremos alguns levantes ocorridos ao longo da história.

Podemos citar a Insurreição Pernambucana (1817), que lutou por um governo republicano, obtendo adeptos em alguns estados brasileiros, como a Paraíba, o Ceará, o Maranhão, e Alagoas, mas a repressão ocorreu na Bahia e os republicanos foram esmagados. Ocorreram outros movimentos: como a Revolta Praieira (1848), a Inconfidência Mineira, Canudos (1897), a Revolta da Chibata (1910).

Os ideais socialistas influenciaram diretamente A Colônia Comunista Cecília e Giovanni Rossi (1856-1943), a Marcha dos “18 do Forte” de Copacabana (1922), A Revolução de 1930, A Intentona Comunista (1935). Getúlio Vargas, presidente do Brasil na década de 30, no processo de repressão a estas organizações, encarcerou alguns intelectuais brasileiros como: Caio Prado Junior, Graciliano Ramos e outros, declarando a repressão e a ditadura. Novamente, na década de 70, temos a Guerrilha do Araguaia (1972), que lutou contra o autoritarismo do regime militar.

A organização dos trabalhadores no Brasil começou a ganhar contornos parecidos com a Europa a partir da industrialização, que só avançaria com o final da exploração do trabalho escravo. O desenvolvimento industrial foi crucial para que o pensamento socialista avançasse. Pois os modos de produção e exploração capitalista favoreciam a organização dos trabalhadores (KONDER, 2003).

O caminho da industrialização foi gradativo, pois aos poucos foram instaladas algumas indústrias, e o processo foi acelerado após 1888. O crescimento do número de trabalhadores propiciou novas formas de organizações sindicais. Com a abolição da escravatura, com a vinda dos imigrantes europeus e asiáticos com as ideologias trabalhistas européias, desenhava-se uma nova forma de constituição de sociedade civil.

Segundo Konder (2003), mesmo com o aumento de trabalhadores nas indústrias, a formação de leitores é insignificante, o número de analfabetos no país contraria os anseios de uma organização efetiva da luta dos trabalhadores, exigindo uma intervenção do Estado na educação, para atender aos interesses da elite dominante.

Os regimes e os movimentos políticos influenciavam, de acordo com seus interesses, a política educacional brasileira. Para entender o que representou a intervenção do Estado na educação, apontaremos, em um breve histórico, algumas reformas educacionais:

As reformas educacionais ocorreram em três momentos políticos distintos ao longo de nossa história. O primeiro período ocorre de 1890 a 1931, influenciado pelo ideário iluminista, cabe aos Estados viabilizar o ensino primário, e à União o ensino secundário e superior. O segundo período, de 1931 a 1961, caracteriza-se pela contradição na prática do ideário pedagógico renovador, com a União buscando regular o ensino, e a defesa da escola pública pelos movimentos sociais e, por fim, o terceiro período, de 1961 a 2001, a União consolida a regulamentação do ensino no país, com uma tendência pedagógica produtivista (SAVIANI, 2005, p. 29).

A reforma educacional que interessa a essa pesquisa é a do terceiro período, que ocorreu em um contexto político repressivo, a política econômica contrariava os anseios das causas trabalhistas. Os militares, para legitimar seu poder, decretaram no dia 9 de abril de 1964 o Ato Institucional Número 1 (AI-1). Com ele começou o regime ditatorial, com os militares governando o país. Com o AI-1, eles podiam cassar os direitos políticos daqueles que eram considerados inimigos da “revolução”; estabeleceram-se eleições indiretas para presidente e os direitos constitucionais foram suspensos por seis meses. No dia 11 de abril de 1964, o Congresso aceitou o nome do Marechal Humberto Castelo Branco, líder golpista, para ocupar o cargo de presidente da República. No mês de junho do mesmo ano,

foi criado o Serviço Nacional de Informação -SNI- órgão de espionagem do governo para combater a subversão política (RESENDE, 2001).

Ainda segundo Resende, os militares em nome da “segurança nacional” promovem o arrocho salarial, o salário mínimo foi reajustado abaixo do índice inflacionário. Os movimentos sindicais sofreram intervenções, promoveu-se a perseguição às lideranças sindicais e educacionais, que se não eram torturados e assassinados, eram exilados.

O quadro de desequilíbrio social provocado pela gestão pública dos militares onerava o Estado, conforme denunciado por Konder (2003, p.79):

[...] os bancos se fortaleceram enormemente, resultaram num aumento acelerado da *dívida externa* do Brasil. (que passou de menos de 3 bilhões, no tempo de Jango, para quase 50 bilhões de dólares, no final do governo Geisel.

De acordo com Resende (2001) os militares, com discurso de promover o desenvolvimento do país e a modernização, provocaram o endividamento da máquina pública. Utilizando o lema: “Pra Frente Brasil”, criaram a ilusão de que há desenvolvimento econômico, mas o que ocorreu de fato foi o endividamento financeiro, com a submissão ao ideário dos organismos internacionais.

As riquezas do país estavam concentradas nas mãos de poucos, a situação se tornou insustentável, aumentando o número da miséria e da desigualdade social. Segundo Santos (2007), o descaso no campo provocou o problema social do êxodo rural. A migração dos trabalhadores rurais para a zona urbana desencadeou o aumento no número de favelas e moradias subumanas, a exclusão social cresce vertiginosamente.

A ditadura militar, não só no Brasil, mas em toda América Latina, aliou-se às organizações econômicas internacionais, submetendo-se ao poder de coerção destas sobre as nações, principalmente nos países do Terceiro Mundo. Reconfigurando o modelo de Estado de desenvolvimento, interferindo nos meios de produção, embora tenha mantido alguns setores estratégicos: meios de comunicação, saúde, siderurgia, ainda nas mãos do Estado (SANTOS, 2007).

### 1.3 MOVIMENTOS SOCIAIS FRENTE À DITADURA MILITAR

Em seus estudos Caldart (2004) e Rezende (2001), consideram que a ditadura militar provocou e desencadeou descontentamento dos segmentos representativos dos movimentos sociais. As lideranças das organizações dos trabalhadores, conscientes de seu papel social, buscaram alternativas para se contrapor à centralização das políticas do governo federal. A esquerda rompeu com a democracia social e desafiou o autocratismo, sendo forçada a viver na clandestinidade com o apoio de algumas organizações sociais.

A ditadura militar, 1964 a 1985, despertou, nos diferentes segmentos dos movimentos populares, o sentimento de liberdade, organizando a formação sindical, que fortaleceu e estabeleceu uma linha de debate e diálogo. O sistema autoritário exterminou milhares de trabalhadores brasileiros, que ansiavam por um Brasil emancipado, soberano e com concepções socialistas, pela causa da liberdade. Considerou outros como subversivos, que foram exilados em outros países, muitos, ainda que exilados, trabalharam em prol dos ideais que acreditavam (RESENDE, 2001).

No final da década de 70, fortaleceram-se os ideais democráticos, na defesa das eleições diretas para presidente, nesse contexto, ocorreu a aprovação da anistia aos exilados, já amadurecidos pelo processo de exclusão social. Reorganizam-se as adesões e o movimento sindical buscava, na década de 80, junto à sociedade civil, a redemocratização do país. As lutas, as greves, expandem-se por todo país (RESENDE, 2001).

A sociedade civil, representada pelos movimentos sociais, promovia ações e desencadeava movimentos contrários ao Estado. Travava uma luta ideológica específica utilizando instrumentos de resistência, pontuando ações nos espaços urbanos e rurais, ganhando visibilidade em ações de greves, acampamento em rodovias, em praças, invadindo espaços públicos e privados, reivindicando direitos e a conquista do espaço político (RESENDE, 2001).

Na educação não conseguimos superar as questões da democratização do ensino, principalmente na qualidade de ensino, a formação sólida e a remuneração dos profissionais da educação não acompanharam a expansão do ensino público e gratuito.

### 1.3.1 O Estado Neoliberal e a Educação Brasileira

Na década de 80, o Brasil apareceu no cenário nacional e internacional; como o pior na distribuição de rendas. A balança comercial apresentava um superávit de arrecadação e de produção, que não favorecia a população, pois não havia investimentos em políticas públicas e na educação. Conforme podemos ler nos dados apresentados abaixo:

O absurdo das diferenças tem se transformado em números nada apreciáveis: cerca de um terço dos brasileiros vive na carência absoluta, enquanto os mais ricos (1% da população) são donos de parte maior do que sobra para os 50% mais pobres. Para a maioria dos cientistas sociais que criticam mais acirradamente a falta de política social mais intensa por parte do governo, uma das principais causas da desigualdade que mantém parcela da população na miséria absoluta é a falta de uma política educacional adequada à determinação constitucional de 1988, através do Plano Nacional de Educação (SILVA JUNIOR, 1999).

O modelo de educação no Brasil, a partir da década de 90, sofreu alterações, e o discurso acerca da solução dos problemas gerados pela desigualdade social, responsabilizava a Educação. Ocorreram reformas educacionais baseadas no discurso de que as desigualdades foram geradas por falta de investimento prioritário na educação das massas populares.

No Plano Nacional de Educação, discutido a partir de 1997, foi elaborada uma política que teoricamente visava resolver o problema educacional, mas ainda não é o que ocorreu, no período inicial, segundo o estudo de Silva feito até 2001 (A Lei nº 10.172/2001, sancionada para vigorar de 2001 a 2010, ainda está em processo de aplicação):

O PNE estabelece metas para todos os níveis e modalidades de ensino, orientando as ações do poder público nas três esferas da administração: União, Estados e Municípios. No entanto, se for para levar em conta a preocupação oficial com os investimentos na área da educação, o pessimismo continuará sobrepondo o otimismo, já que nada é feito neste sentido (SGUISSARDI; SILVA JUNIOR, 2001, p. 31).

Não adianta uma proposta bem elaborada de desenvolvimento se não há garantias de investimentos. Havia a necessidade de garantir no orçamento da União os valores que poderiam atingir de fato as reais necessidades do setor educacional. Garantia esta assegurada na Constituição de 1988: “Educação para Todos” sem assegurar a legitimidade da qualidade de ensino e seu financiamento, não resolvia, só promovia o achatamento de recursos, e os destinava a outros:

Na contramão dos investimentos sociais, os banqueiros conseguiram empréstimos governamentais da ordem de R\$ 12,5 bilhões. Talvez porque os estrategistas econômicos acreditam serem os bancos mais importantes para o povo do que ter escolas funcionando eficientemente, com professores trabalhando dignamente e alunos assíduos, não apenas pela garantia da alimentação básica (merenda escolar), mas também em busca do desenvolvimento cultural que lhes dê maiores condições de concorrência num mercado de trabalho cada vez mais enxuto e exigente (SGUISSARDI; SILVA JUNIOR, 2001, p. 35).

Quando os políticos neoliberais fizeram a opção de auxiliar ao sistema econômico, ou seja, aos banqueiros, em detrimento da educação, esta foi reduzida a um assistencialismo momentâneo, que não colaborava com o desenvolvimento da classe trabalhadora.

No país, tal política neoliberal começou com o governo de Fernando Collor de Melo, em 1990, e foi consolidada no governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1995. Segundo Hidalgo (2001, p. 169):

A teoria neoliberal defende a idéia de que a ineficiência do Estado e do setor *privado* e as relações de *mercado* são considerados como instâncias de eficiência, qualidade e equidade. Desenvolvem-se as teses do *Estado Mínimo*, nas quais a satisfação das necessidades básicas – tais como saúde, educação, moradia e transporte – devem ser adquiridas no mercado, não mais consideradas essas necessidades, portanto, como direitos sociais fornecidos pelo Estado (grifo do autor).

Em decorrência, no âmbito educacional houve mudanças substanciais. O processo de desvalorização do magistério foi acelerado com as privatizações e as reformas neoliberais implantadas nesta década (HIDALGO, 2001).

Ainda segundo Hidalgo (2001), as políticas consolidadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso processaram e desencadearam uma série

de medidas que reduziram os encargos sociais do Estado. Essas medidas materializaram-se com o Plano Bresser Pereira, na década de 90, que definiram o Estado Mínimo. Decidiu-se enterrar a era Vargas e as características de industrialização e importação dos militares que ocorreram de 1964 a 1985.

A reforma neoliberal do Estado tem compromissos explícitos com setores da elite econômica, que se deparou com problemas de ajustes fiscais. O ambicioso e tendencioso plano econômico gerava conflitos em uma parte da sociedade civil, afinal as mudanças que os movimentos trabalhistas esperavam não aconteceram.

O discurso democrático mascarava os interesses políticos dos organismos internacionais. As reformas encabeçavam uma série de privatizações, liberalização comercial e a abertura econômica, provocando uma nova dimensão administrativa (HIDALGO, 2001).

A década de 90 foi marcada pelas privatizações do setor público, justificada pelo discurso de que o dinheiro dos investimentos iria ser revertido na melhoria das infra-estruturas do estado, melhorando a educação, saúde, segurança, transporte e a qualidade de vida do povo brasileiro. No entanto, o que se viu foi uma desapropriação dos bens do Estado em relação aos setores essenciais da população (STÉDILE, 2005).

A obediência aos interesses dos organismos internacionais exigia a reestruturação constitucional e a reforma das instituições. Ao cumprir com o acordo firmado com o FMI (Fundo Monetário Internacional), o Governo seguiu as orientações das O. I. (Organizações Internacionais), que limitavam as ações de quaisquer mecanismos reguladores dos órgãos nacionais, alegando que o Estado destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade social, base do discurso liberal, que foi revivido e renomeado como neo-liberalismo.

O Brasil e todos os países periféricos, isto é, países que estão em desenvolvimento, sofreram com o modelo de Estado Mínimo, a partir da submissão aos interesses das classes dominantes e das nações desenvolvidas, representadas pelas instituições transnacionais, como: O FMI (Fundo Monetário Internacional), o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), BIRD (Banco Interamericano para a Reconstrução e Desenvolvimento), OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico), PNUD (Programa das Nações Unidas para o

Desenvolvimento), UNESCO (Organizações das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura), UNICEF (Órgão das Nações Unidas para a Infância e a Adolescência), a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) e as ONGs (Organizações não governamentais). Estas organizações representam a extensão do regime econômico vigente, onde tudo gira em torno da supremacia econômica.

O Banco Mundial, na década de noventa, instituiu regras de financiamento e gerenciamento dos recursos concedidos em empréstimos, por meio de documentos aos países emergentes, que têm dificuldades de lidar com suas crises financeiras. Estes países alinharam-se a essas regras, que representavam os mecanismos internacionais de intervenção, e implantaram uma política educacional que atendesse aos acordos firmados (GORNI, 2001).

De acordo com Hidalgo (2001, p. 171), as mudanças estipuladas pelo Banco Mundial, que lançam mão do discurso de “qualidade” e “eficiência”, injetavam valores do mercado capitalista na esfera cultural e educacional dos países em desenvolvimento. O discurso foi referendado pelas elites governamentais em defesa da idéia de que a responsabilidade do sucesso ou fracasso dos países, frente às crises mundiais, era um esforço individual. Estava acima das discussões da política econômica, pois cada indivíduo era responsável por seus problemas, justificando o aumento das desigualdades sociais, desresponsabilizando a política de intervenção dos órgãos internacionais. Isso mascarava o alinhamento político do governo frente à política do Banco Mundial, na busca da renegociação da dívida externa:

Nesse mesmo período, em Washington, um grupo de economistas – do International Institute for Economy – pensavam o que deveria ser feito para que a América Latina conseguisse sair da crise (estagnação, inflação, dívida externa) em que estava inserida e retomar o crescimento. De uma reunião de 1989, voltada para discutir essa questão, elaborou-se consensualmente um conjunto de propostas políticas e reformas requeridas para a “salvação” latino-americana (BATISTA, 1994).

Esse acordo ficou conhecido como “Consenso de Washington”, que deliberava acerca de metas políticas e econômicas a serem cumpridas pelos países latino-americanos, o que representava uma disciplina fiscal e o controle externo dos gastos públicos.

Outro indicador do discurso neoliberal diz respeito a crise estrutural do Estado Mínimo, que conceituava o Estado como inoperante, com carga tributária elevada, irracionalidade nos gastos, sangria com a dívida externa e a hipertrofia burocrática. Acrescenta-se a esse discurso a ideologia de que a máquina estatal era ineficiente, corrupta e provocava desperdício dos recursos (HIDALGO, 2001).

A reforma liberal do Estado apresentava uma visão unilateral, pois não resolvia problemas estruturais como: o aumento do desemprego, a miserabilidade, a criminalidade, a péssima qualidade de ensino. Essa reforma não aconteceu de forma ingênua, ela servia aos interesses da elite social em todos estados brasileiros.

Ao veicular a idéia de que a iniciativa privada era eficiente e austera, a elite brasileira justificava as privatizações, nas quais os capitalistas se apropriaram das empresas estatais e dos serviços públicos mais rentáveis, isso sem falar sobre as parcerias do Estado com o setor privado, dinheiro público em instituição privada, privilegiando a minoria (HIDALGO, 2001).

O modelo de Estado Mínimo ditado pelos princípios do capitalismo, que foram conceituados por Hayek (1987), em uma perspectiva individualista, defendiam que os sindicatos e os movimentos sociais atrapalhavam a implementação das políticas públicas. Porque pressionavam o poder público e privado, ao reivindicar melhores salários e que, por serem inoperantes, os encargos sociais aumentavam a máquina pública, a ordem foi desestabilizar a ação dos sindicatos.

A crítica a essa concepção, sobre o binômio Estado-Nação, considerava esta uma armadilha da democracia popular, a idéia de Gramsci é compartilhada por Dirce Nei Teixeira de Freitas (2000, p.199):

[...] ao propor o desenvolvimento das forças populares por meio da mobilização e organização políticas e de desenvolvimento de uma cultura contra - hegemônica. Na ótica da democracia popular de esquerda a democracia política, que abarca a representação e a participação direta, deve ser completada pela democracia econômica com vistas à democracia plena.

De acordo com a autora, podemos considerar que a democracia pode ser: liberal, popular, radical e deliberativa, embora seja pluralista ela assegura aos eleitores uma alternativa de escolha, um exercício eleitoral. Contudo, numa

verdadeira democracia podemos evidenciar o poder social, centrado nas bases, visando à autonomia dos sujeitos, caracterizando como incluyente, participativa e coletiva, diante de suas representações coletivas.

Alinhada com essa concepção, na década de 90, a crise da educação foi amplamente discutida em Delhi na Índia, 1993, na Conferência Mundial Educação para Todos. O relatório final impõe o desafio de que a Educação de qualidade é para todos, uma escolha entre a educação ou a catástrofe. Afirma ainda que a minimização dos problemas sociais, a partir de projetos reformistas, não combate as causas da miséria, traindo a idéia de uma educação voltada para a transformação da sociedade.

O relatório final da Conferência Internacional de Educação para todos (BRASIL, 1994, p. 37) declara:

Hoje, aumenta o reconhecimento que a educação é de fundamental importância para a resolução dos desafios enfrentados pela sociedade humana: domínio da trajetória descontrolada de crescimento populacional, promoção do desenvolvimento com o objetivo de aliviar a pobreza e a miséria. Proteção ao meio ambiente e incentivos de formação e atitudes de tolerância e de compreensão mútuas capaz de levar a paz para cada país e entre as nações do mundo.

Ao ler nas entrelinhas o discurso de cunho social, podemos observar que não se discute e nem se indaga acerca do modelo de sociedade que produz os problemas sociais, contudo, o documento supervaloriza e co-responsabiliza a educação, como se ela possuísse o poder para solucionar os problemas, ainda que mantidas as verdadeiras causas dos mesmos. Não há propostas para o fim da pobreza e da miséria e sim ações paliativas.

Neste cenário, os países emergentes perdiam sua soberania e firmavam acordos com os Organismos Internacionais que passam a ditar as regras da economia também para educação, implantando não só políticas públicas para educação, mas impondo-se ao sistema educacional com interferência no processo educativo tratando os objetivos escolares como se fosse uma empresa. (GORNI, 2001)

Sob este prisma, um dos documentos endereçado pelo Banco Mundial aos países emergentes, datado de 1995, propôs reformas educacionais que

permitted to measure the educational performance in the country, for that, they highlighted nine recommendations:

1. Priority in education.
2. Improvement of quality and efficiency of education as an axis of educational reform.
3. Priority on financial and administrative aspects of the reform.
4. Decentralization and increase of autonomy and responsibility of educational institutions for their results.
5. Opening for greater participation of parents and respective communities.
6. Incentive to the private sector and non-governmental organizations (NGOs) in education.
7. Mobilization and allocation of additional resources to 1<sup>o</sup> Grade.
8. Sectoral focus.
9. Definition of policies and priorities based on economic analysis (GORN, 2001, p. 346).

It is evident that these recommendations have a character that serves more to the mercantile interests than to the educational ones, by incentivizing competitiveness, through the measurement of performance, and productivity, characterizing the principles defended by workers in education.

Thus, in the national scenario, in which the State was disresponsibilizing itself for essential services, such as education, the social forces that defended a political project based on the fight against international economic transactions, began to gather forces and reorganize themselves in different categories and to give political formation to workers. The organization of the social movement passed to be the interlocutor of workers in front of the policies established by the State (CNTE, CUT). In this process, they proposed modifications in the relations of power in the interior of the capitalist system. Simionatto (2004, p. 74) cites and fundamentates:

The principle defended by Gramsci is the search for mediations that clarify this domination. It is from this pole of references that the social relations are illuminated, that they are re-dimensioned between the rulers and the ruled, between the directors and the directed.

According to Gramsci, for the society to reach the objectives of change in the social order, it is necessary the emergence of a New State, of a new social structure. This does not happen from one day to the next, and not with inclusive, gradualist policies that respect the restructuring of man. Policies that

procurem extinguir os instrumentos de coerção, de preconceitos autocráticos, descobrindo o potencial de organização coletiva de força diante de suas representações, materializando o pertencimento (SIMIONATTO, 2004).

Os trabalhadores em educação, ao longo das décadas de 80 e 90, promoveram debates nacionais no sentido de elaborar uma proposta educacional, nesse sentido as discussões realizadas durante a tramitação do projeto da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), serviram de elemento agregador na luta de valorização do magistério.

Estes debates resultaram em propostas que foram inseridas ao projeto em tramitação no Congresso Nacional, sob a forma de emendas populares à Constituição Federal. O movimento prosseguiu reunindo professores, funcionários, pais e alunos de todo o Brasil. Construindo fóruns de debates, redes de mobilização, que foram desenhando uma proposta de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Negociando em nível popular um consenso.

O texto de emenda proposto pelo movimento dos trabalhadores em educação sofreu modificações e adequações ao longo dos dez anos da tramitação, a proposta da LDB dos movimentos assegurava o caráter público da Educação e devia, acima de tudo, garantir a democratização e qualidade do ensino brasileiro. Entre muitos debates e protestos, a LDB teve sua aprovação depois de dez anos de luta por parte dos trabalhadores em educação em defesa da escola pública, em 20 de dezembro 1996.

Na luta de organização do movimento dos trabalhadores em educação houve avanços e retrocessos, na década de noventa, nas negociações com as forças políticas neoliberais, que representavam o capital. De acordo com Antonio Joaquim Severino, esses avanços são minimizados pela ação política dos governantes, pois:

A experiência histórica da sociedade brasileira é marcada pela realidade brutal da violência, do autoritarismo, da dominação, da injustiça, da discriminação da exclusão, enfim, da falta do direito. É assim que o nosso não tem sido um Estado de direito. Ele sempre foi, sob as mais variadas formas, um Estado de fato, onde as decisões são tomadas e implementadas sob o império da força e da dominação (SEVERINO, 2005, p. 59).

A política neoliberal desencadeou a expansão do atendimento na rede pública, que pode ser entendida pela explosão do número de matrículas no

país com a política de democratização do ensino, sem o devido financiamento. Esse crescimento foi consequência da industrialização e urbanização, tendo como base as produções de bens de consumo duráveis e de bens do capital. Os movimentos populares cobravam o acesso a serviços básicos como a educação.

O movimento dos trabalhadores em educação defendeu, ao longo das décadas de 80 e 90, o entendimento que de a questão de desvalorização do magistério é um processo nacional, que não pode ser solucionado com ações isoladas. Ao mesmo tempo, passou-se a compreender a valorização nacional do magistério como condição para garantia de um padrão de qualidade da educação pública.

O governo elaborou uma proposta de financiamento do ensino público, agregando a ela a discussão de um Piso Salarial Profissional Nacional. Essa proposta de unificação salarial deveria considerar o respeito às diversidades culturais, sociais e de desenvolvimento de cada região brasileira. A política adotada pelo governo desconsiderava os anseios populares, e os resultados só não são piores, devido à grande mobilização nacional em defesa da escola pública.

A LDB aprovada em 1996 consolidou dispositivos sobre os profissionais da educação referentes à formação e carreiras do magistério. O poder legislativo passou a tomar iniciativa para a valorização do magistério da educação básica, com a projeção do plano decenal de educação.

Em setembro de 1995, o MEC (Ministério de Educação e Cultura) apresentou uma proposta de instituição de financiamento do ensino fundamental e, em 1996, o Congresso Nacional instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da Valorização do Magistério. Os recursos visavam promover a universalização e a qualidade de ensino, com a aplicação de verbas obrigatórias, o controle social dos recursos públicos destinados a Educação e a valorização dos profissionais educadores, embora continuassem insuficientes. A nova LDB refletia um processo de transição de uma concepção restrita do ensino para uma concepção mais ampla da educação.

As ações do Estado fizeram prevalecer a dependência econômica e social do capital estrangeiro, mantendo o status dos grupos sociais dominantes, no processo de construção da escola brasileira. Visando a manutenção, ampliação e sustentação do sistema de produção, mediante mecanismos de dominação sociocultural. Nesse sentido, o papel histórico da educação escolar tem sido

determinante na formação estrutural do tecido social brasileiro, com capacitação profissional mínima direcionada as relações produtivo-capitalistas e a formação intelectual direcionada à elite.

O modelo neo-liberal presente na LDB descaracterizava os princípios defendidos pelos trabalhadores em educação, na medida em que veiculava ideologias carregadas de valores que os isolam da ação coletiva. De um lado, ocorreu a cooptação das lideranças, conforme já previsto por Gramsci (2004), e de outro, houve o comprometimento da formação profissional, pois não há consciência de seu papel histórico, de não apenas reproduzir o conhecimento, mas de produzi-lo.

A educação não deve ser responsabilizada e nem a única solução dos problemas sociais, conforme preconiza uma lógica simplista de acumulações e erros, defendida pelo capital. Este modelo de só amortecer os problemas, mascara a realidade existente, criando uma dependência social, mantendo a indústria da miséria e da pobreza.

Hoje sofremos as conseqüências do descaso com a educação, pois os investimentos públicos não garantem o acesso da população menos favorecida aos bens sociais.

Neste capítulo, buscamos introduzir indicadores sobre os conceitos de Estado e suas implicações na sociedade, partindo dos pressupostos históricos da formação do homem e sua relação com o trabalho, a fim de compreender os mecanismos de organização social que influenciaram a educação brasileira. Apontamos os problemas econômicos do país ao longo das décadas de 70, 80 e 90, discutindo a organização dos trabalhadores, em especial os da educação, para relacionarmos com as ações que estavam interligadas a luta em prol da melhoria da educação brasileira, e como esta influenciou as políticas educacionais sul-mato-grossenses.

A descrição desse processo histórico fundamentou a nossa pesquisa, uma vez que permitiu dar visibilidade ao que significou, em termos de conquista, a proposta educacional que se implantava no município de Mundo Novo. Proposta esta que apresentaremos no próximo capítulo, no qual discutiremos a articulação dos movimentos sociais na participação e construção de um projeto educacional para o município.

# Dorcelina Vive...

*Que o SONHO de DORCELINA  
seja o sonho de todos nós.  
Que a DETERMINAÇÃO e a  
CORAGEM de DORCELINA  
estejam presentes  
em cada cidadão e cidadã  
que lutam por um  
Mundo Novo!*



2001/2000 - 3 meses de trabalho

**... e viverá eternamente!!!  
Pois o seu ideal é imortal.**

## **CAPÍTULO 2 MUNDO NOVO (1997 A 2000): UM TEMPO, UMA HISTÓRIA**

## 2 MUNDO NOVO (1997 A 2000): UM TEMPO, UMA HISTÓRIA

### 2.1 DIVISÃO DO ESTADO

Neste capítulo, apresentaremos um breve relato da história da divisão do Estado de Mato Grosso do Sul, contextualizando a organização dos movimentos sociais e sua ação política no Estado. A partir desse cenário político configurado, podemos destacar melhor nosso objeto de estudo, que se refere a construção de um projeto político educacional, no município de Mundo Novo, que visava a formação do cidadão. Nesse sentido, analisaremos a estreita relação dos princípios educacionais do MST (Movimento dos Sem-Terra), o projeto educacional do PT (Partido dos Trabalhadores) e o projeto político educacional em Mundo Novo, durante a gestão da prefeita Dorcelina de Oliveira Folador (1997-2000).

Começaremos focalizando a constituição do Estado de MS, por considerarmos essa contextualização necessária para a compreensão do processo que culminaria na eleição de Dorcelina para prefeitura. A fim de destacar a diferença da gestão dos bens públicos promovidos por sua administração, em relação as práticas políticas do Estado e do município que a antecederam.

Na década de 70, O estado de Mato Grosso (MT) abrangia uma região extensa com uma diversidade política e econômica não livre de conflitos, a região sul ansiava pela divisão do território, aspirando tornar-se um Estado independente, idéia rejeitada pela região norte, que temia o esvaziamento econômico. O anseio de emancipação econômica do Mato Grosso do Sul (MS) em relação ao Mato Grosso (MT), ocorreu desde o ciclo do charque (QUEIROZ, 2004).

Algumas lideranças políticas do Mato Grosso viam a separação dos estados como uma grande conspiração, mas os representantes sul-mato-grossenses possuíam outros argumentos que justificavam a separação em prol do desenvolvimento da região.

A justificativa apresentada pelo Governo Federal para realizar o desmembramento foi a de que o antigo Estado de Mato Grosso ocupava área geográfica muito extensa, e foi naturalmente dividido, por marcante diversidade

ecológica, o que dificultava a sua administração. A autonomia econômica da região sul, a representatividade das lideranças, e o desejo do regime militar em aumentar sua representatividade no congresso nacional, foram decisivos neste processo.

Segundo Bittar (1998), o governo militar, tentando retardar o processo de democratização nacional, emancipou o estado do MS, e o criou com intervenção da união. Na tentativa de se fortalecer, a partir da representação por meio das forças biônicas do Congresso Nacional, que defendiam os interesses do regime. Esta estratégia do regime militar serviu para retardar as eleições diretas, que foram realizadas depois.

O estado de Mato Grosso do Sul (MS) foi criado em outubro de 1977, e instalado em 1979, a partir de interesses não só políticos, mas também econômicos, principalmente do grande latifúndio. O Estado foi constituído e governado por um interventor indicado pelos militares, e apenas no ano de 1982 houve a primeira eleição direta para o governo estadual e para a composição da assembléia legislativa.

A região de Mato Grosso do Sul compreende uma vasta área formada por campos, onde se encontra a maior parte do complexo do pantanal, de eco-sistema riquíssimo, conhecido canal de escoamento agrícola, com via de acesso ao Porto de Paranaguá no estado do Paraná.

A elite econômica do estado do MS, utilizando por vezes a cultura do autoritarismo, do coronelismo, herdada do colonialismo e do poder militar da década de 70, espoliou as riquezas naturais e não atendeu às necessidades de desenvolvimento da sociedade civil. Desde sua criação, o monopólio do setor agropecuário não garantiu o desenvolvimento social esperado, pois o latifúndio, o crescimento da máquina pública, os interesses políticos da ditadura e a falta de políticas públicas pontuais, retardaram a implantação de políticas de inclusão social (FARIAS, 2006).

O poder executivo, que representava os latifundiários no estado, governava buscando atender as demandas das grandes propriedades, e não tinha a educação como prioridade. A expansão econômica continuava sua vocação de cunho agrícola e pecuário, e a política de privilégios ao latifúndio.

Na década de 80, com a abertura política, a sociedade civil sul-mato-grossense e uma parte dos movimentos sociais já clamavam pela transição democrática. Apoiaram as forças liberais do estado que representavam a oposição

ao governo militar da antiga década, prometendo mudanças estruturais no estado (SENNÁ, 2000).

Paralelo a esta conjuntura, havia a expansão das forças progressistas do setor educacional, na formação dos sindicatos dos professores no interior do estado, lutando por implementação das políticas públicas, com o discurso contrário à massificação da escola pública, que democratizou o acesso, mas não garantiu a qualidade de ensino.

O setor educacional do estado não possuía estrutura de formação docente, na época da divisão. Muitos trabalhadores da educação eram oriundos das camadas mais pobres do Estado, sendo esta uma opção de sobrevivência para muitos deles (BITTAR, 1998).

Na tentativa de qualificar os professores, na década de 70, para suprir a necessidade provocada pela expansão da rede pública, surgiram, em todo o país, cursos de formação rápida. O que ocasionava o deslocamento dos docentes do MS a outros estados brasileiros para cursarem o ensino superior. Ingressavam geralmente na rede privada, em cursos vagos, em regime de férias, ou em módulos quinzenais e mensais, dependendo do tipo de licenciatura.

Até o final da década de 80, era comum encontrar professores leigos e profissionais liberais: como médicos, engenheiros e padres lecionando nas poucas escolas existentes no interior do estado, tanto públicas quanto privadas, de acesso aos filhos de comerciantes e latifundiários, que aprendiam o latim, o grego, a matemática, o canto, o português e outras disciplinas. Era uma escola que proporcionava um ensino diferenciado, e excluía os filhos dos trabalhadores das classes populares do processo formal do ensino aprendizagem. A conjuntura da política educacional da década de 80 constituiu-se pelas lutas democráticas da sociedade civil e pela forças políticas apoiadas pelos latifundiários, segundo Bittar (1998).

Mesmo com todas as dificuldades, os trabalhadores da educação construíram uma história de organização sindical, com o objetivo de reivindicar melhores condições de trabalho, uma vez que sofriam um processo de degradação profissional e de arrocho salarial.

A organização dos movimentos sociais, no mesmo contexto, contrapunha-se às forças políticas, constituindo a busca de melhor qualidade de vida, e da tentativa de reverter o quadro de poder do estado. Cenário este que

acirrava as desigualdades sociais, provocadas pelo modelo liberal, que visava especificamente os interesses dos latifundiários.

A luta pela posse da terra, pelos trabalhadores sem terra, e a luta dos sindicatos dos trabalhadores da educação, no estado do Mato Grosso do Sul, não foram tão diferente do processo de apropriação das terras, e de sindicalização do restante do país, com as correntes migratórias, acelerou-se o processo de urbanização do estado.

Nessa luta, embora alguns fazendeiros agissem com ações violentas, seus representantes no executivo tinham cautela, pois os organismos dos direitos humanos acompanhavam a problemática da terra. Atividades como: o trabalho infantil nas carvoarias e na colheita da erva-mate do estado, trabalho escravo nas fazendas. A imagem do estado dentro do contexto nacional e internacional era a de espoliação do ser humano e das riquezas naturais da terra, o que se contrapunha as expectativas do índice desenvolvimento humano (I.D.H.) (FARIAS, 2006).

De acordo com Bittar (1998, p. 17-18) a política educacional da época era compreendida como produto das relações travadas entre o Estado e a Sociedade Civil. Os movimentos sociais, ligados à educação, movimento estudantil secundarista e movimento dos professores da rede pública, experimentaram o desapontamento com os novos eleitos, pois participaram até da campanha eleitoral, mas estes continuaram aliados aos grupos conservadores e oligárquicos do Estado, mantendo o discurso de um Estado liberal, dificultando a democratização esperada, e se alternando no poder governamental por vinte e cinco anos.

De acordo com Fernandes, podemos entender o contexto liberal como:

Na democracia liberal, portanto a política social toma como alvo a ingenuidade da cidadania para homens pertencentes à sociedade orientada pelo mercado e caracterizada pela desigualdade econômica. Por isso a política econômica está atrelada a política social, mas se colocando normalmente acima desta. Os direitos sociais integrantes a cidadania pode mitigar a desigualdades dos homens e até contribuir para a mudança nas condições de produção, não abolindo a situação desproporcional estabelecida entre poucos possuidores do capital e os muitos vendedores de força do trabalho. Em razão disto, também no regime liberal democrático, a política social é proveniente da crítica a desigualdade da sociedade, porém ai ela deixa de ver em suas fontes a intensidade das pressões e dos conflitos políticos (FERNANDES, 2003, p. 97).

A conquista da democracia requer de seus cidadãos o exercício político de fazer escolhas, entre avanços e retrocessos, em um processo contínuo, do qual não se pode fugir. O discurso sobre a democracia, presente nas praças públicas, não garante sua existência, mas o exercício histórico, no qual o homem tenha liberdade e maturidade de não só refletir sobre os fatos, mas de refazer suas escolhas, é que a torna efetiva.

A liberdade de escolha, garantida pelo exercício democrático, concede-nos interferir nas circunstâncias, assim como as circunstâncias interferem no sujeito transformador.

## 2.2 A ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E A EDUCAÇÃO NO MS

Nossa pesquisa acerca dos movimentos sociais em MS, em especial da organização dos trabalhadores em educação, não encontrou muitos referenciais, pois o destaque ao período de 80 e 90 ainda não se efetivou em estudos acadêmicos aprofundados, com poucos artigos acerca do tema.

O movimento dos professores tem sua primeira organização, criada no antigo estado do Mato Grosso, em 1952, a Associação Campo Grandense de Professores. Em seguida, já em 1963, Associação de Professores de Aquidauana, depois a de 1970, Associação de Professores de Corumbá e Ponta Porã, a de 1978, a de Dourados. A unificação das lutas começou com a fundação da FEPROSUL (Federação dos Professores de Mato Grosso do Sul) ocorrida em 1979, concomitante com a divisão do Estado.

Estas associações foram pioneiras na organização dos movimentos sociais no estado, foram importantes para a solidificação de outros movimentos sociais e de outros sindicatos. Paralelo a isso, segundo Farias (2006), os trabalhadores Sem-Terra e a Fetagri mobilizaram-se na ocupação das terras improdutivas dos grandes latifundiários do estado, ou acamparam ao longo das rodovias estaduais e federais com suas lonas.

Na década de 80, no período de transição democrática, os servidores públicos do Estado do Mato Grosso do Sul iniciaram uma discussão de transformação das suas associações municipais em sindicatos, e a FEPROSUL

também, pois sua estrutura de poder não atendia mais aos anseios dos trabalhadores em educação, conforme Bittar bem explicita:

Mas o próprio movimento tinha também as suas divisões, originadas do baixo nível da democracia interna da FEPROSUL e na sua estrutura de poder. A oposição de esquerda, identificada com as lutas gerais pela democratização da sociedade brasileira e com uma concepção sindical centrada na organização e participação das bases, tinha extrema dificuldade de crescer no movimento, entre outras razões, em virtude da estrutura orgânica da entidade, que dificultava a formação de novas lideranças e a rotatividade no poder, mantendo sempre o mesmo grupo dirigente (BITTER, 1998, p. 120).

Segundo Bittar (1998), a mobilização dos trabalhadores da educação no interior do Estado intensificou-se nesta década. Especificamente nas cidades de Amambaí, Coronel Sapucaí e em Mundo Novo, em consequência houve a adesão em massa desses trabalhadores nas lutas, que resultariam nas paralisações e greves desse período.

Nesta época, “os dois partidos que polarizavam o estado até 1985 eram o PDS, suporte do governo militar, e o PMDB, aglutinador da frente democrática” (BITTAR, 1998, p. 139), os partidos de oposição ao regime militar, eram o Partido dos Trabalhadores (PT) e o PDT, em fase de organização, o PCB, o MR-8 e o PC do B, ainda estavam na ilegalidade, atuando no PMDB. Os partidos de esquerda de então, juntamente com os sindicatos, denunciaram alguns diretores autoritários, que não serviram aos princípios educacionais de democratização, e sim aos interesses dos partidos políticos da direita. As lideranças dos trabalhadores em educação sofreram ameaças e perseguições, por parte dos representantes do governo, por mobilizarem as categorias trabalhistas das escolas, reivindicando a democratização do ensino, na conquista da autonomia da escola pública. (BITTAR, 1998)

Apenas em 1988, a FEPROSUL e as antigas Associações Municipais, por meio de um Seminário na cidade de Coxim, conseguiram avançar nas negociações acerca da unificação das associações de professores com as dos técnicos administrativos que trabalhavam na educação, na transformação de FEPROSUL em FETEMS.

Os contrários à unificação, entre os técnicos administrativos, usavam um discurso difamatório e fundaram um Sindicato Estadual paralelo, de funcionários administrativos, apoiados pelo governo de Estado, que passou a desenvolver um

plano contrário à organização sindical da FEPROSUL (Federação dos Professores do Mato Grosso do Sul), temendo a união dos trabalhadores em Educação.

Podemos entender, de acordo com Fiori, as estratégias e escolhas do governo para combater as organizações sindicais:

Não é necessário dizer que o funcionamento desse modelo de desenvolvimento requer o isolamento dos seus administradores com relação a qualquer tipo de demanda ou reivindicação interna o que supõe a despolitização radical das relações econômicas, o enfraquecimento dos sindicatos a fragilização dos partidos políticos e dos parlamentos e, finalmente a redução ao mínimo dispensável da vida democrática (FIORI, 1997, p. 34).

O alinhamento dos funcionários conservadores com o governo nada mais era do que a manutenção do sistema de opressão, por meio da fragmentação da luta dos trabalhadores, prevista por Marx, no começo do século passado, era a tentativa de desestabilizar a organização na luta pelas causas trabalhistas.

Ainda segundo Bittar (1998), concomitante a essas ações, a Secretaria de Educação promovia reuniões com os agentes educacionais, chamados de biônicos pelos trabalhadores em educação, pois representavam os interesses do governo, no comando das Agências de Educação. Estes agentes, nem sempre vinculados à educação, eram indicados pelos grupos políticos do interior do Estado, os quais representavam a oligarquia de três famílias que comandavam a política do estado: os Barbosa, os Miranda e os Pedrossians.

A unificação tão sonhada aconteceu, de acordo com as deliberações sindicais, em dezembro de 1989, no Congresso Estadual realizado em Amambaí. A FEPROSUL transformou-se em FETEMS (Federação dos Trabalhadores em Educação do Mato Grosso do Sul) e as associações municipais em sindicatos, por coincidência, naquela cidade rompia-se a hegemonia política dos coronéis, pois o PT (Partido dos Trabalhadores) elegeu seu primeiro governante para a prefeitura, isto ocorreu no vale do Cone Sul. Mais tarde as lideranças locais, que eram em sua maioria professores, deslocar-se-iam para o município de Mundo Novo.

Paralelamente ao processo de unificação das associações e transformação destas em sindicato, o movimento dos trabalhadores ganhou força e o grupo do magistério liderado pela FETEMS, conquistou o novo estatuto de piso salarial de três salários mínimos (Lei Estadual complementar nº. 35/88), mas essa

situação não perdurou. Naquele mesmo período, o Governo de Marcelo Miranda (1987-1990) cassou o piso salarial e transformou o Estatuto do Magistério em uma verdadeira “colcha de retalhos” (BITTAR, 1998).

Ainda segundo Bittar, a categoria dos trabalhadores em educação reagiu deflagrando três greves gerais, que sofreu represálias como: cortes de pagamento, demissões de professores, que foram recolocados por liminar judicial. Iniciou-se um desmonte da organização dos trabalhadores em educação, com a cassação da licença remunerada dos seus dirigentes.

Esse período turbulento foi marcado até o seu fim por constantes atrasos no pagamento do funcionalismo público, chegando ao acúmulo de até seis folhas sem pagamento, no final do mandato, essa era uma prática comum a cada troca de governo estadual. No início da década de 90, a FETEMS mobilizava todas as categorias estaduais e coordenou uma invasão, quebrando não só o protocolo, mas a porta de vidro da governadoria e colocou o governador Marcelo Miranda a “correr”, ocupando seu gabinete durante 31 dias (13 de fevereiro a 15 de março de 1991).

Novos desafios estavam por vir, o governador eleito, Pedro Pedrossian (1991-1994), que substituiria o antigo governador, era velho conhecido dos servidores, principalmente no magistério, os trabalhadores da educação se articulavam para retomar algumas bandeiras de lutas, entre elas a eleição para direção das escolas, reajuste salarial e revisão do estatuto do magistério (BITTAR, 1998).

Nesse período, os trabalhadores em educação conquistaram o direito das eleições a diretores das escolas públicas estaduais, mas, ao mesmo tempo, o governador tirava dos especialistas a função de supervisão escolar e orientação educacional, transformando-os em coordenadores pedagógicos. Segundo Vian (2003), a medida representou mais a contenção de gastos do que mudanças nas práticas escolares, conforme pretendido pelos educadores que acreditavam na democratização do ensino.

Diante dos avanços e retrocessos, os trabalhadores em educação, em 1993, em nova mobilização, buscaram a recuperação salarial e, mais uma vez, a reforma estatutária, recebendo, do Governo, uma série de represálias, entre elas o processo de demissão em massa de todos aqueles que estavam em greve, o que fez com que o movimento grevista viesse a ter fim (VIAN, 2003).

Neste período de embate político, as lideranças dos movimentos sociais, em especial as da educação, avançaram na discussão e compreensão da luta de classes, buscando novos instrumentos de luta. Esse momento histórico exigia que a luta dos trabalhadores não se restringisse ao atendimento das reivindicações trabalhistas, mas também a mudança na representação política, com a ocupação não apenas dos espaços, mas dos cargos políticos.

A postura política dos trabalhadores ligados aos movimentos sociais foi de se filiarem em partidos políticos, que possuíam uma concepção ideológica de oposição, e muitos lançaram suas candidaturas a prefeito, vice-prefeitos, vereadores, deputados estaduais e federais. Alguns tiveram sucesso e outros não, mas o quadro de politização formou-se gradualmente.

As lideranças trabalhistas compreenderam que a consciência política construía-se nos embates ideológicos, no exercício democrático. No combate às influências dos interesses corporativistas e privatistas dos fortes grupos políticos que ditavam os rumos do país e do Estado.

O último grupo político a ser eleito foi liderado pelo governador Wilson Barbosa Martins (1995-1998), de certa forma, boa parte dos trabalhadores em educação foi responsável pela sua recondução ao poder, na esperança de valorização da educação.

O governo eleito privatizou a Empresa Energética de Mato Grosso do Sul (ENERSUL), e a Empresa de Telecomunicação Do Mato Grosso do Sul (TELEMS) aprovou o Plano De Demissão Voluntária (PDV) para o funcionalismo público. Continuou a política de achatamento salarial e os vencimentos começaram gradativamente a sofrer atrasos, chegando ao final do governo com quatro pagamentos, o 13º salário e a gratificação de férias atrasados (SENNA, 2003).

Essas ações marcaram a reprodução e a materialização dos ideários liberais apregoados pelos organismos internacionais (OI), mantidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), provocando a desarticulação dos sindicatos na construção do Estado Mínimo.

Inserida nesse contexto, a educação sul-mato-grossense sofreu com políticas públicas de financiamento a educação. Com a aprovação da LDB/96, que contemplou a inserção e o acesso de maior número de alunos nas escolas públicas, mas não garantiu os recursos suficientes à educação (SENNA, 2003).

A política de privatizações acarretou perdas de investimentos na educação, não só no estado do MS, mas em todo país. A reestruturação dos serviços públicos prejudicou a qualidade de atendimento ao ensino, pois com o fortalecimento das políticas de contenção de despesas, do custeio da máquina pública, houve cortes significativos nos recursos destinados à educação.

Segundo Fernandes (2003), os recursos destinados a educação básica que eram de 50%, caíram para 30%, sendo que priorizavam em 15%, a destinação ao ensino fundamental, ficando os outros níveis com 10% destes recursos. Provocando a continuidade da má qualidade de ensino nas escolas públicas no Estado do MS.

Essa política de arrocho salarial desencadeou muitas greves, reajustes sob forma de abonos salariais, descumprimento dos direitos dos servidores. Segundo Senna (2003), houve imoralidade e corrupções, desvios de verbas da educação, a desapropriação do bem público em favor do privado, com o discurso do desenvolvimento.

Como exemplo do desvio dos recursos destinados a educação, houve o caso do FUNDEF (Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental), em que foram desviados em torno de R\$ 15.300.000,00(quinze milhões e trezentos mil reais) totalizando um desvio de R\$ 107.000.000,00 (Cento e sete milhões de reais). Fato esse denunciado pela FETEMS e protocolado no Ministério Público Federal, foi dinheiro público desviado dos cofres estaduais destinados à escola pública sul-mato-grossense. As lutas sindicais, o amadurecimento político dos trabalhadores em educação e o exercício democrático de politização trouxeram novas perspectivas políticas.

As forças dominantes brigavam entre si na busca do poder político, a subdivisão em partidos conservadores, mais preocupados com a sucessão, permitiu ao PT (Partido dos trabalhadores) eleger José Orcírio Miranda (Zeca do PT) nas eleições de 1998, a composição da esquerda (PT, PSB, PC do B, PPS) se organizou em nível estadual, rompendo com o ciclo hegemônico de representantes do latifúndio.

O novo governo do MS herdou dívidas e acordos já estabelecidos com as privatizações, o envolvimento com o capital e a globalização econômica, que afetava sua subestrutura. Isto o levou a negociar com o governo federal e com os sindicatos, pois os trabalhadores da educação, em conjunto com os movimentos

sociais, apresentaram a proposta de emancipação e de inclusão social, que visava a construção de um novo Estado.

Neste contexto político, as lideranças sindicais dos trabalhadores da educação foram cooptadas pela máquina governamental, assumindo cargos e deixando o movimento dos trabalhadores sem seu referencial de luta. Questiona-se: Será que o capital não neutralizou os intelectuais orgânicos, como forma de manutenção do poder? As lideranças aliaram-se e se alienaram, rendendo-se às estruturas do capital no estado. O bloco histórico tem sua devida importância, Gramsci (2004), faz alusões ao intelectual orgânico, que formado nas bases, pensa o movimento e organiza as lutas. A cooptação destes torna o movimento refém do poder do Estado, uma vez que a formação e substituição de líderes é demorada.

Mato Grosso do Sul, como qualquer estado brasileiro, sofreu com o desmonte e desmando dos órgãos internacionais. Os trabalhadores da Educação, os movimentos sociais dos indígenas, sem-terra, deficientes, sofreram os impactos econômicos dos efeitos nefastos do neoliberalismo. Inflação crescente, salários defasados, taxa de desemprego aumentando e os sindicatos sendo desmontados, mesmo assim, as categorias e organizações sociais não perderam o ânimo de lutar pelos seus direitos.

### 2.3 DOS MOVIMENTOS SOCIAIS AO PROJETO POLÍTICO EDUCACIONAL DE MUNDO NOVO

Na década de 90, a redemocratização das organizações políticas priorizava as reivindicações das categorias trabalhadoras não só no país, como no estado do Mato Grosso do Sul (MS). Considerando o contexto histórico e político do MS, apontamos como marco importante nas representações de poder executivo, o fato de ocorrer a ruptura em pequenas cidades do interior sul-mato-grossense, que ousaram mudar suas forças políticas, trocando as alas conservadoras por representantes da oposição. Iniciou-se um novo ciclo de poder no estado do MS.

Mundo Novo rompeu com as forças hegemônicas de poder conservador, estas não conseguiram promover mudanças estruturais, por estarem comprometidas com o latifúndio, e se fazerem presentes apenas no momento eleitoral. A formação de novas lideranças foi fundamental para esse rompimento, no

caso a eleição da prefeita de Mundo Novo Dorcelina de Oliveira Folador (mulher, deficiente, professora, artista e membro do MST). Estas lideranças conseguem, juntamente com a ação da sociedade civil, uma nova forma de governar, foi o caso da transparência na gestão política ocorrida no período de 1997 a 2000 (ver anexo A).

É importante destacar onde isso ocorreu, Mundo Novo é um município no interior do país, um lugar na fronteira Brasil-Paraguai, esquecido muitas vezes pelo poder público, espaço marcado pelas relações tensas provocadas pelo narcotráfico, onde não existiam recursos mínimos que atuassem na melhoria do acesso à educação de qualidade. Era um lugar ermo de possibilidades e oportunidades sociais e educacionais, embora tivesse recursos destinados para que isto acontecesse.

A experiência diferenciada de gestão do município de Mundo Novo nasceu inspirada nas bases de organização do MST (Movimento Sem-Terra), e da CPT (Comissão Pastoral da Terra).

As lideranças dos movimentos pela terra no estado tiveram sua formação política no interior da Igreja católica. Uma de suas pastorais (CPT), por meio da teologia da libertação, defendia a libertação do povo, atribuindo um caráter religioso e político na luta pela terra. Fortalecia o grupo pela fé e esperança, com o discurso “todos são filhos de Deus e a posse da terra é de todos, porque é criação de Deus” (CPT, 1978-1982).

Segundo Farias (2006), a trajetória histórica da CPT no MS começou em 1978, na Diocese de Dourados, deslocando-se para o interior do Estado. Com independência financeira, a CPT organizou encontros na região da Grande Dourados e no Cone Sul, região na qual está situado o município de Mundo Novo, com objetivo de formação de lideranças, principalmente com trabalhadores rurais.

Em 1978, houve o primeiro encontro da CPT em Glória de Dourados, objetivando trocar experiência e conhecer a realidade (CPT, 1993). O trabalho segue sobre a luz do evangelho, e tem como principais objetivos: capacidade de construir um mundo diferente; colaborar para que o homem do campo faça parte da integração da sociedade; ajudar lavradores à luz do Evangelho; despertar e apoiar o esforço continuado de unir os lavradores, visando à continuação da formação e organização dos trabalhadores, em conscientizá-los da

importância do sindicalismo, apoiando a participação e formação de novas lideranças, principalmente da luta da terra (FARIAS, 2006).

Estes objetivos podem ser lidos de outra forma, quando discutimos aspectos da educação, pois o conhecimento é um instrumento de trabalho na formação da consciência e da organização coletiva. O próprio sindicalismo contribuiu para o fazer político, por meio do projeto educacional, o qual visava a libertação do sujeito, a formação continuada de lideranças, no compromisso com o processo de humanização das futuras gerações.

Entre 1979 e 1982 a CPT realizou reuniões nos municípios criando as “Comissões dos Sem-Terra” propagando a luta pela terra. Em 1982, criou-se em Glória de Dourados a “Comissão Estadual dos Sem-Terra” que decidiu lutar pela reforma agrária. A Comissão foi consequência de uma luta histórica social, de organização coletiva e com decisões centralizadas. A proposta do movimento popular teve sentido corporativo, estendendo-se além da luta da terra por possuir princípios de defesa dos direitos humanos.

Algumas ações pontuais foram relevantes para que o espaço político fosse agregando outros movimentos, uma delas é a coleta de assinaturas em prol da reforma agrária, entregues ao governador e ao representante do INCRA. As instâncias legais foram utilizadas e esgotadas, houve um encaminhamento para o secretário de justiça do Estado, solicitando a reforma agrária tão almejada (CPT, 1993). O governo recebeu o documento e nada fez a favor das reivindicações e manifestações pacíficas e legais da Comissão dos Sem-Terra, pois este subestimava a capacidade de organização do movimento.

A CPT, em 1984, reorganizou a ação de enfrentamento ao ocupar a fazenda Santa Idalina, situada no Vale de Ivinhema. Nesse contexto, também 1984, foi nítida a participação modesta da CPT no I Encontro Nacional dos Sem-Terra em Cascavel, no Paraná. No final de 1985 ocorreu o I Congresso Nacional dos Sem-Terra, em Curitiba, no Paraná, onde houve a primeira eleição da Coordenação Nacional dos Sem-Terra, demarcando o espaço político e estrutural em todo o país.

Considerando o processo histórico de formação dos sem terra, destacamos o primeiro momento como o de articulação nacional pela luta da terra, o segundo momento, que é o da constituição do MST, como organização social e sindical de um movimento de massas, e o terceiro é o da inserção do MST na luta por um projeto popular de desenvolvimento para o Brasil (CALDART, 2004).

Em 1986, a CPT rompeu com o MST por discordarem em algumas ações. No entanto, o afastamento da CPT ocorreu de forma gradativa, nos anos subsequentes.

Com o fortalecimento das lideranças do MST no estado, as invasões nas fazendas de grandes latifundiários ocorreram com mais frequência, eram terras devolutas de grande extensão e improdutivas. Paralelas a essas ações, surgiram os acampamentos à margem das rodovias. Estes acampamentos abrigavam todos que almejavam a conquista da terra, migrantes brasileiros e paraguaios, indígenas que foram expulsos por fatores econômicos.

As massas populares associavam-se a um projeto político maior, que estava vinculado a ideologia do MST. O MST era um movimento de massas, que ousava quebrar as práticas de poder de transnacionalidade propagadas pela **ideologia da classe dominante, que desautorizava a identidade regional.**



**Figura 1** - Famílias assentadas da divisão de lotes para reforma agrária (reportagens complementares - ver anexo B)

Um marco das ações no Cone Sul, foi a ocupação da fazenda Itassul, no município de Itaquirai, a 50 km do município de Mundo Novo. O projeto do MST estava formando lideranças naquela região, inclusive as futuras lideranças já estavam acampadas naquela invasão. A fazenda virou um grande assentamento, havendo depois de doze anos a divisão dos lotes em sítios.

O MST trabalhava com três princípios, que pertencem a uma "pedagogia do movimento", segundo Caldart (2004), que sustentam a manutenção da organização das

massas na construção de uma sociedade socialista:

O primeiro princípio: é um movimento popular, que interpreta a política a partir da reflexão acerca da organização da sociedade e de situações

reais, analisando os problemas e considerando todas as instâncias representativas da sociedade civil.

O segundo princípio é o de organização sindical, tem caráter regional e de identidade, abordando as necessidades de sobrevivência e desenvolvimento, pois a luta vai além da luta da terra, é preciso entender a região como sua identidade.

O terceiro princípio é o de formação política, que tem que servir a classe trabalhadora. Ser um ser político pleno de suas convicções, defendendo a luta dos trabalhadores. É importante destacar a consciência do papel do movimento acerca da intervenção no rumo da história, por meio do esforço coletivo (FERNANDES; STÉDILE, 1999).

De acordo com Lucini (2005), uma das lutas do MST é a superação da ignorância. Esta proposta pedagógica faz parte do processo de formação humana do MST, que produziu em seu movimento matrizes pedagógicas básicas que visam a formação humana e o movimento da história (CALDART, 2004). Lucini, afirma que a educação não cabe só a escola, embora o MST entenda que a educação é função da escola formal, mas que ela ocorre também de maneira informal.

Portanto, as matrizes pedagógicas que conduzem o processo educativo dos Sem-Terra são as bases da formação humana, que tem como trabalho o desenvolvimento, visando diferentes pedagogias. As matrizes pedagógicas do MST são nove, pedagogia: da luta social, da organização coletiva, da terra, do trabalho, da produção, da cultura, da alternância, da escolha e da história. Estas pedagogias estão vinculadas nos princípios educativos do MST (trabalho, a práxis social, e a história) (CALDART, 2004).

Estes princípios do MST possibilitaram uma análise comparativa com a construção do projeto político do PT e o projeto educacional do município de Mundo Novo, pois o tema sobre o qual discorreremos: “do projeto político ao projeto educacional” procurou aproximar e estabelecer uma relação entre a “pedagogia do movimento” e a “pedagogia do Partido dos Trabalhadores” (PINTO; LEAL; PIMENTEL, 2000, p. 100), e sua implementação no Município de Mundo Novo. As ligações estreitas entre o PT e o MST, na época, eram evidentes, a interação dos princípios do MST, do projeto político do PT, com os propósitos do projeto educacional em Mundo Novo.

O primeiro princípio a ser analisado é o da organização do MST, que destaca a questão do movimento ser popular, em comparação com os princípios do projeto político do PT e com a prática do projeto político em Mundo Novo, que tem como um dos instrumentos educativos o O.P. (Orçamento Participativo) (Ver figura 02) O princípio do PT, no que



**Figura 2** - Reunião do orçamento participativo em Mundo Novo. (mais ilustrações no anexo C)

se refere à organização dos trabalhadores, em seu caráter popular e de massa, destacava que “[...] na pedagogia do Partido dos Trabalhadores. Em primeiro lugar, o PT é um partido educador de massas que objetiva preparar e conscientizar os trabalhadores para o processo de luta e construção cotidiana de uma nova sociedade.” (PINTO; LEAL; PIMENTEL, 2000, p. 99-100). Em Mundo Novo, um dos instrumentos utilizados pela prefeitura no sentido de educar a população, de acordo com o Projeto Político, foi o O. P. Uma vez que o O. P. visava a representatividade social, por meio de seus segmentos, promovia a reflexão coletiva, a discussão das reais necessidades da sociedade, que eram democraticamente priorizadas e encaminhadas.



**Figura 3** - Dia 9 de abril de 1997, eleição da 1ª APM, na escola Carlos Chagas, direção professora Nilda Vidal.



**Figura 4** - Diretoria eleita, conselho fiscal e deliberativo. (mais informações ver anexo D)

O segundo princípio do MST que relacionamos para comparar diz respeito à organização sindical (formação política). No projeto político do PT este princípio corresponde a “O PT se atém a qualificação de quadros e a organização de militância para disseminar o seu projeto político partidário.” (PINTO; LEAL; PIMENTEL, 2000, p. 100).

No caso específico de Mundo Novo, houve a formação política dos quadros dirigentes e da população, bem como a organização da luta da categoria dos educadores (ver figuras 03 e 04). Na busca de compreender a educação como um ato histórico e político na construção da democracia. Garantindo a direção dos trabalhadores nas decisões políticas, econômicas e educacionais no município, por meio de organismos de base. Nesta concepção defendia-se a criação de núcleos e a formação de conselhos populares.

A construção das bases trabalhistas é outro aspecto relevante na educação, pois elas são a garantia da resistência e propagação das causas sociais. (GRAMSCI, 1966). Foi uma das formas de perpetuação do bem coletivo, portanto, a formação sindical nas bases garantia originalmente os ideais e os anseios das minorias, por representatividade.

É importante ressaltar que a identidade regional fronteiriça, com seus problemas sociais e peculiaridades, construídos ao longo do tempo, era um desafio a ser superado na compreensão da diversidade lingüística, diferente de outros lugares.

No terceiro princípio proposto pelo MST que iremos comparar temos a questão da formação política para a intervenção na sociedade. O Partido dos Trabalhadores “se volta para a crítica, a formulação e a implementação de propostas de política educacional sintonizadas com os interesses dos trabalhadores.” (PINTO, LEAL, PIMENTEL, 2000, p. 100). Em Mundo Novo o projeto educacional representava a reflexão acerca da necessidade de compreensão do espaço político e histórico, e da possível interferência dos educadores na sociedade, sempre com a

participação coletiva, invertendo os papéis de poder de decisão quanto às prioridades educacionais.

A participação popular dos movimentos sociais, apoiadas pelos diferentes segmentos da sociedade, compunha o O. P., que possibilitou a concretização de avanços na ação pedagógica do município. A formação da consciência coletiva não se deu pela assimilação de discursos, mas, fundamentalmente, pela vivência pessoal em ações de luta social, cuja força educativa costuma ser proporcional ao grau de ruptura que se estabelece com os padrões impostos pela sociedade dominante.

Não bastava pertencer a luta das classes, devia-se condicionar o caráter de compromisso com a sociedade civil e com o estado, os quais estavam entrelaçados em um equilíbrio hegemônico, quebrando com o modelo tradicional. De acordo com Gramsci (1991, p. 102): “[...] Só um sistema de princípios que afirma como objetivo do estado o seu próprio fim, o seu desaparecimento, a reabsorção da sociedade política pela sociedade civil.”

A extensão dos princípios do MST se deu de forma dinâmica, e a similaridade do projeto político do PT com o projeto educacional de Mundo Novo, comprovam que havia muito de pedagógico nas ações de organização dos segmentos da sociedade civil. No entanto, há uma resistência das teorias pedagógicas tradicionais a admitir que este movimento seja pedagógico por pertencer a uma outra dinâmica social (CALDART, 2004).

Os princípios de constituição de homem do MST correspondiam ao fazer pedagógico, na relação de produção do trabalho, sendo assim a educação não precede a revolução, e sim caminha paralelo a ela, na materialização dos sujeitos e de suas práticas educativas, como enfatiza Gramsci (1991) e foi retomado por Caldart (2004).

A construção do projeto político de Mundo Novo era uma ação educativa, por entender a luta do espaço político e educacional como a luta pela democratização do ensino na constituição do sujeito. Ao afirmarmos isso, refletimos acerca do conceito de educação, pois segundo Florestan Fernandes (PINTO; LEAL; PIMENTEL, 2000), o fazer pedagógico não se restringe aos muros da escola, e sim na relação da educação informal para uma formal e vice versa.

Onde houver a relação e a interação entre o homem e o trabalho, ali está a prática pedagógica: na cultura, na construção coletiva do todo. O

compromisso da conquista educativa pertence aos diferentes segmentos da sociedade, de uma forma ou de outra os movimentos sociais se co-responsabilizaram por essa ação, a fim de minimizarem as desigualdades sociais.

A educação do homem omnilateral, pretendida pelo projeto educacional, visava a criação das potencialidades do próprio homem no trabalho. A educação era compreendida como fenômeno, um produto social, não é só o desenvolvimento inato individual, mas sim como produto e produtor de várias determinações sociais (MARX, 1977).

Este conceito de homem corresponde ao do emancipado politicamente, pois sua educação se consolida nas questões do trabalho de forma coletiva, unindo o trabalho físico com o intelectual. O homem não apenas executa as tarefas, mas as elabora de forma crítica e consciente do processo no qual está inserido, dominando o instrumento que utiliza e não sendo mais dominado por ele.

Este era o ideal pretendido pelo projeto educacional fronteiriço de Mundo Novo. O homem politizado que invertia o poder de decisão, revertendo a dominação do poder público, do opressor em relação ao oprimido, garantindo melhorias na qualidade de vida da população menos favorecida. Uma vez que o homem consciente de seu poder, interferia nas decisões dos investimentos no setor educacional.

Os princípios educacionais visavam uma sociedade mais justa e igualitária, com características de concepção democrática. Ao se tentar implementá-los, assumiu-se um compromisso com a autonomia, com a conscientização da população que tem a educação como parceira de apropriação deste novo homem. As políticas educacionais tinham como objetivo a formação do ser político e crítico.

A constituição desse processo histórico e a posição política de educadora da prefeitura de Mundo Novo, Dorcelina de Oliveira Folador, permearam uma mediação diante da construção do projeto político e educacional. Por pertencer à luta das classes populares, articulou junto aos educadores um projeto educacional que representasse a elaboração consciente e conjunta de um projeto em favor das classes dominadas.

No processo de construção do projeto educacional, ocorreu o exercício das práticas sociais, com a vinculação do projeto político que visava à transformação social, pois as circunstâncias mudam, transformam e transcendem dialeticamente o espaço que ocupam na construção da consciência coletiva. (ver figuras 05 e 06)

Nesse contexto, buscou-se fortalecer os ideais de: paz, igualdade, solidariedade, justiça, respeitando o sujeito histórico, mesmo nas suas contradições e garantindo as políticas públicas que combatessem as desigualdades sociais (MAKARENKO, 1989).



**Figura 5** - Placa comemorativa do intercâmbio, entre escolas brasileiras e paraguaias. (mais informações ver anexo E).



**Figura 6** - Ações da construção do projeto educacional. (mais informações ver anexo E)

Entendemos que contradição é parte do processo, pois:

Ser contraditório significa confrontar-se com o tempo, com a maturidade, compreendendo a formação da consciência em se relacionar com outras possibilidades, onde as pessoas estão implicitamente ligadas na atuação, como agentes de transformação social (MARX; ENGELS, 2007, p. 85).

Pode-se dizer que o pensar e o agir, no processo da prática educativa, representam uma reflexão por meio das discussões acerca do espaço no qual a sociedade está inserida. Afinal, a condição de mudança e transformação das lideranças políticas só ocorre com a politização e o conhecimento, no compromisso com as futuras gerações, acreditando neste “ser” histórico social.

Segundo Makarenko (1989), o movimento desta pedagogia centra a educação na ação do coletivo, neste processo estará educando o novo caráter de coletividade de cada criança em particular.

Partindo da premissa que o trabalho é o princípio básico educativo, surge um novo sujeito na educação. Segundo Vygotsky (1989) um sujeito histórico, construído nas relações sociais, na formação humana junto as práticas pedagógicas.

ESTABELECIMENTO: ESCOLA PÓLO MUNICIPAL CARLOS CHAGAS  
 LOCALIDADE: MUNDO NOVO - 345  
 ANO DE IMPLANTAÇÃO : 2000  
 CARGA HORÁRIA : 833 HORAS  
 1000 HORAS/AULA  
 DIAS LETIVOS ANUAIS : 200  
 SEMANAS LETIVAS ANUAIS : 40  
 DIAS SEMANAIS : 05  
 DURAÇÃO HORA-AULA : 50 MINUTOS

TURNO: DIURNO

**Quadro Curricular**  
**Ensino Fundamental 5.ª à 8.ª séries**

COMPONENTES CURRICULARES	SÉRIES			
	5ª	6ª	7ª	8ª
LÍNGUA PORTUGUESA	5	5	5	5
HISTÓRIA	3	3	3	3
GEOGRAFIA	3	3	3	3
MATEMÁTICA	3	3	3	3
CIÊNCIAS	3	3	3	3
LÍNGUA ESTRANG. INGLÊS	1	1	1	1
LÍNGUA ESTRANG. ESPANHOL	1	1	1	1
EDUCAÇÃO FÍSICA	2	2	2	2
EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	1	1	1	1
EDUCAÇÃO RELIGIOSA	1	1	1	1
CARGA HORÁRIA SEMANAL EM HORAS/AULA	25	25	25	25
CARGA HORÁRIA ANUAL EM HORAS/AULA	1000	1000	1000	1000
CARGA HORÁRIA ANUAL EM HORAS	833	833	833	833

1906/12/99  
 A. L. L.

1906/12/99  
 A. L. L.

Estas deveriam contemplar os menos favorecidos, a fim de que estes conquistassem a emancipação humana. No projeto educacional de Mundo Novo também a qualificação dos professores era discutida, quando enfrentavam os problemas estruturais da rede escolar municipal, um dos aspectos abordados na discussão foi a respeito do domínio de conteúdos fundamentais no ensino básico, pois havia a necessidade do aprimoramento do ensino que as camadas populares recebiam (ver figura 7).

Constatamos que quando as características de um projeto político contemplam os fins da educação, os mesmos já são determinados pelas necessidades sociais em constante transformação histórica. No caso específico de Mundo Novo, os cursos de capacitação dos trabalhadores da educação.

As conquistas de melhoria só ocorreram porque houve envolvimento da sociedade mundonovense no processo decisório do orçamento. O orçamento participativo era levado para a discussão em plenário e cumprido de acordo com as decisões das bases, ou seja, com a decisão das representações da sociedade e fiscalizado pelas mesmas, ao final do mês era exposto em “outdoor” para toda a sociedade. O tópico seguinte trata desse tema:

PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNDO NOVO		GESTÃO 2000 180 DIAS DE GOVERNO	
PRESTAÇÃO DE CONTAS A COMUNIDADE			
TOTAL GERAL ANTERIORMENTE	R\$ 2.947.246,18	DESPESAS SECRET. AÇÃO COMUNIT.	R\$ 41.328,98
DESPESAS DA DIÁRIA ATUAL		DESPESAS SECRET. IND. E COMÉRCIO	R\$ 2.285,40
REPASSE P/ CÂMARA MUNICIPAL	R\$ 288.033,98	TOTAL PAGO DESPESAS ANUAL ATUAL	R\$ 2.162.509,88
FOLHA PAGO DO PERÍODO	R\$ 785.549,04	DIVÍDUAS PAGAS NA DIÁRIA ANTERIOR	
DESPESAS MÉDICAS C/ FUNCION.	R\$ 5.126,00	PGTO DE FUNC. ANUAL ANTERIOR	R\$ 222.027,73
DESPESAS DO GOBLETE DA PREFEITA	R\$ 69.061,33	OUTRAS DESPESAS ADMIN. ANTERIOR	R\$ 98.169,19
DESPESAS SECRET. DE ADMINIST.	R\$ 292.306,54	TOTAL PAGO DE DIVÍDUAS PAGAS	R\$ 320.191,92
DESPESAS SECRET. DE FINANÇAS	R\$ 32.057,83	TOTAL GERAL DAS DESPESAS	R\$ 2.482.701,75
DESPESAS SECRET. DE EDUCAÇÃO	R\$ 209.442,40	TOTAL DE HOVALTIES ADOLESCENTES	R\$ 556.140,18
DESPESAS SECRET. DE OBRAS	R\$ 225.120,54	SALDO DE CRYIA EM 30/06/97	R\$ 188.104,35
DESPESAS SECRET. DE AGRICULTURA	R\$ 35.405,28	DESPESAS A PAGAR	R\$ 236.273,30
DESPESAS SECRET. DE SAÚDE	R\$ 94.936,99	SALDO NEGATIVO PREVISTO	R\$ 167.069,05

Figura 8 - Painel informando a população mundonovense. (mais informações ver anexo H).

## 2.4 O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO EM MUNDO NOVO

Lançamos mão das palavras de Dorcelina para introduzir este tópico:

O orçamento participativo é coisa séria, e você tem de estar preparado para perder poder, pois vai repartir poder, mas conquistará co-responsáveis na luta por uma boa administração. A gente diversifica com o que tem, pois temos que fazer o ‘milagre’ da multiplicação dos poucos recursos que o município tem (fragmento de discurso, ver na íntegra anexo A).

A proposta ousada, de construção coletiva de um projeto social, diante das imposições de um contexto político histórico, foi o desafio para implantar

o Orçamento Participativo, o poder público e a sociedade civil precisavam mostrar que era possível ser sério, ser ético e transparente na utilização dos recursos públicos, investidos em benefício da sociedade.

Para Mundo Novo, o O.P. representou um instrumento de luta, que contribuiria para a formação da consciência do homem livre e omnilateral, por meio da participação popular, representaria um espaço de construção coletiva. Seu objetivo foi formar cidadãos críticos, por meio de debates e discussões, nos quais o exercício de decisão concretizava ações que beneficiariam as classes populares.

De acordo com Toneto, Gremaut e Vasconcelos (2007, p. 111- 112) o orçamento participativo é uma alternativa de administração dos recursos públicos:

Algumas experiências municipais mostram que é possível, com base em algumas instituições que estão sendo criadas, potencializar a eficiência da alocação e dos recursos e dos serviços municipais, de modo que estes possam atuar de forma mais eficaz no desenvolvimento econômico e social. Entre os programas e ações bem sucedidas pode-se destacar algumas experiências como o orçamento participativo [...].

A política neoliberal comandava a sociedade e controlava os gastos públicos. O orçamento participativo representaria uma forma de resistir a hegemonia do projeto neoliberal. Ele não era utópico, mas passível de se concretizar, a partir da reorganização da sociedade civil e do Estado, por meio da participação popular.

O Orçamento Participativo estabeleceria o exercício da democracia diante de duas instâncias na sociedade, uma ligada ao exercício da democracia representativa, a que temos hoje, na qual são eleitos os representantes do povo nos cargos executivo e legislativo, e a outra na democracia participativa, que era a proposta defendida no O. P., de ampla participação da sociedade nas decisões. De acordo com Avritzer (2003, p. 14), há o estabelecimento de quatro metas a serem alcançadas a partir das práticas democráticas:

- 1) cessão de soberania por quem detém o poder representativo local;
- 2) reintrodução de elementos de participação local (assembléias regionais, conselhos etc.), combinando-se métodos de democracia participativa;

- 3) auto-regulação soberana, a partir da definição de regras e procedimentos pelos participantes do OP;
- 4) reversão das prioridades de recursos públicos locais em prol das populações mais carentes.

A participação da sociedade civil na gestão pública introduzia uma mudança qualitativa, na medida em que inaugurava outra instância de poder, além do poder do Estado, representado pela prefeitura e pela câmara dos vereadores. Configurava-se como direito de autogestão, que pode ser alcançado por uma sociedade participativa para contribuir na formação da cidadania e de sua qualidade de vida. A figura 09 ilustra uma reunião do O.P.

O OP foi implantado pela primeira vez como experiência de participação popular, em 1989, durante administração do Partido dos Trabalhadores (PT), em Porto Alegre. A prefeita Dorcelina de Oliveira Folador (1997-2000), foi uma líder política construída ao longo de uma trajetória, mediante participação em atividades na Igreja Católica, e militância no MST. Suas experiências a qualificaram para que fosse a mediadora entre os princípios do MST, do projeto político do PT na construção do projeto educacional, em sua gestão administrativa de Mundo Novo.



**Figura 9** - Reunião do projeto pé no bairro, com representações da comunidade. (ver anexo I).

A prefeitura municipal, a fim de materializar o projeto político educacional, iniciou a implantação de um de seus instrumentos: o O.P. Para tanto, foi elaborado um cronograma de visitas, nas quais a administração municipal deslocava-se aos bairros para reuniões e fóruns, nos quais os problemas da comunidade eram elencados por prioridades. Essa ação ficou conhecida como

“governo itinerante”. (Ver figura 9)

Naquele local, o poder representativo fazia um trabalho de sensibilização, responsabilizando aquela comunidade ou aquele segmento da sociedade, para elegerem seu representante. Este seria o conselheiro representativo daquela comunidade ou segmento, era o exercício democrático pelas eleições diretas nos bairros, o projeto chamava-se “pé no bairro”. Este foi o primeiro momento.



**Figura 10** - Reunião do O.P. no bairro São Jorge. (ver anexo J).

O segundo momento, já com a eleição dos representantes dos bairros, foi o da implantação dos fóruns maiores do O.P., que teve sua primeira reunião em 1997. (Ver figura 10).

Eram reuniões mensais, nas quais os conselheiros levavam para as assembléias suas principais reivindicações, representando assim suas comunidades. Era estipulado o tempo de defesa, de argumentação, com direito a voz de toda comunidade, mas só o conselheiro tinha direito a voto.

O O. P. compreendia o exercício democrático participativo, no qual os conselheiros deveriam entender como funcionava a máquina pública, era o exercício de aprendizagem do sistema econômico, do custo que as propostas aprovadas representavam para o município, na oportunidade a prefeitura prestava contas à comunidade. Definiam-se os investimentos e prioridades após intensos debates com a comunidade e com conselho. Mais informações acerca das deliberações ver anexo K.

De acordo com Marx (1977), o Estado tem a função de poder coercitivo de manutenção e manipulação. Em sentido inverso, o O. P. representou a retirada do poder de gestão dos bens públicos da mão de poucos, e passou a responsabilizar a sociedade organizada na administração dos mesmos. A participação popular, propiciada pela parceria com a administração, despertou a disputa dos espaços políticos, provocando a ira de alguns vereadores, que não conseguiam ter argumentos de convencimento nas plenárias, acerca das prioridades do município. Eles representavam os interesses dos políticos liberais do MS.

A elite dominante de Mundo Novo utilizava-se das mazelas sociais, para manipular as massas. O fórum mensal representou o estabelecimento de um espaço de discussão, que mostrou os mecanismos de coerção do Estado para a população. Ao utilizar-se de instrumentos da participação popular, nos espaços de gestão pública, a administração municipal contrariou a lógica de gestão da elite, que se utilizava destes recursos, como forma de se perpetuarem no poder, o que pode ser explicado à partir do que observou Gramsci (1985).

No entanto, esse processo exigia muita paciência, determinação e persistência, por isso o orçamento participativo proporcionou a aprendizagem da solidariedade, como um exercício pedagógico. A maior dificuldade no começo da implantação foi conscientizar a população do que era prioridade, que os investimentos públicos podem ser aplicados a médio e em longo prazo para terem o retorno desejado.

A prioridade do projeto político e educacional de Mundo Novo era, no primeiro momento, atender as comunidades mais carentes, e para isso contava-se com o bom senso dos conselheiros, que adiavam alguns projetos, para atender problemas emergenciais. Adiavam, mas não desistiam, os recursos eram somados aos recursos de arrecadação do município.

Isso não significou que o município todo tinha compreensão e clareza do planejamento, mas havia muitas pessoas que se envolviam e queriam compreender o que estava acontecendo. Mesmo porque sabiam que não iam discutir só de um ano pra outro a despesa do município, mas a continuidade dos investimentos que passavam de um governo para o outro.

Os desafios para a conquista dos direitos do cidadão forjaram um caráter de identificação entre seus participantes, no processo de construção, no qual as atitudes e o hábito de pensar no coletivo era um exercício constante dessa organização social. A cada reunião do O.P, a educação do homem histórico e ontológico, seja na luta pela terra, na educação, nas greves, nas disputas eleitorais, qualquer instância da sociedade, era efetivada, pois havia um objetivo coletivo, este era o caráter do movimento dialético, isto constituiu o caráter da cultura, do ato pedagógico na educação.

A proposta do orçamento participativo possui uma legitimidade. Analisando sua implantação em Mundo Novo, podemos constatar que foi possível implementá-lo, mesmo com a oposição da elite, porque este utilizava-se dos

mecanismos legais de gestão pública, o instrumento jurídico de luta era o documento da constituição federal de 1988, no qual a União assumiu os municípios e estes são reconhecidos como membros da federação, passando a eles maior responsabilidade na prestação de serviços de âmbito local e social.



**Figura 11** - Investimentos na educação garantem a construção de creches e ampliação das escolas municipais. (Mais informações anexo L)

No caso do município de Mundo Novo, os serviços setoriais (saúde, educação, pequenas indústrias), e os projetos sociais, que agregavam valores de bens culturais e materiais, que possibilitavam uma interlocução direta com os envolvidos no processo de gestão pública, foram ampliados pela gestão democrática do O. P., a população civil tinha soberania, pois o que era decidido seria executado,

fiscalizado e publicado.

No campo da educação, os recursos destinados pela constituição não eram suprimidos, e sim independentes, os 25% dos fundos destinados à educação eram garantidos, mas houve um investimento a mais, representado pelos royalties, o que fez grande diferença. (ver figura 11 e anexo M)

O fortalecimento financeiro do município se deu muito mais pelo aumento de transferências constitucionais, no caso de Mundo Novo, os royalties, do que pela ampliação de sua capacidade tributária, a constituição é muito clara quando sugere os investimentos destes recursos em saúde, saneamento básico, educação.

Estas transferências constitucionais referiam-se ao repasse financeiro feito pela usina Itaipu Binacional ao tesouro nacional e distribuídos aos estados, municípios e a órgãos do governo federal, levando em consideração vários fatores determinados pela ANNEL (Agência nacional de Energia Elétrica). Desde o início da produção comercial, até 2005, a Itaipu Binacional repassou U\$\$ 2.758.618.900,00, em decorrência da lei dos royalties.

Cabe destacar que a Itaipu paga compensação financeira pela produção de eletricidade desde 1985, quando entrou em operação comercial, no

entanto até 1991, o dinheiro não chegava diretamente aos estados e municípios. A regulamentação dos royalties, assinada em 1991, propiciou o encaminhamento do dinheiro (SPRANDEL, 2005).

No Brasil existem 32 municípios inscritos a receber os royalties, somente dezesseis municípios recebem esse recurso, ou seja, 50% têm direitos aos royalties da Itaipu. Eles são: Santa Helena, Foz de Iguaçu, Itaipulândia, Diamante do Oeste, Entre Rios do Oeste, Guairá, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Mercedes Missal, Pato Bragado, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, Santa Terezinha, Terra Roxa no Paraná e Mundo Novo no Mato Grosso do Sul (SPRANDEL, 2005).

Embora a região tenha sido contemplada com a construção da usina de Itaipu Binacional, com capacidade de gerar desenvolvimento, energia industrial a cinco estados brasileiros, e a países ligados a bacia da prata, o município de Mundo Novo não se beneficiou da energia produzida pela maior usina da América Latina. (Ver anexo O)

Mundo Novo e as cidades circunvizinhas não possuíam estrutura física para captação da energia gerada, ou seja, estavam impossibilitadas de receber indústrias que alavancassem o desenvolvimento, por falta de planejamento logístico na criação da Itaipu Binacional.

Com relação aos recursos provenientes das transferências, ou os royalties, não eram do conhecimento da população mundonovense. Só após as eleições de 1996, Dorcelina socializou o conhecimento acerca do direito do município a recebê-los. Além disso a União suspendera o repasse destes recursos em 1996.

Com o retorno do repasse dos royalties, os investimentos passaram a ser mais pontuais na educação, com benefícios logísticos e humanos, ampliando muitas vezes alguns investimentos. A prefeitura cumpriu com suas obrigações e ampliou os benefícios ao setor educacional, com ações como: pagamento de quatro folhas de salários, pois o mesmo estava atrasado, aprovação de plano e cargos de carreiras, concurso público, revitalização de prédios escolares com ajustes arquitetônicos, construções de parques infantis, promovendo o lazer nas escolas, valorização do magistério com o melhor salário do Estado, investimentos na formação qualificada dos professores e funcionários ligados a educação, construção de quadras cobertas, contratação de nutricionista para o atendimento da merenda

escolar, compra de veículos novos de dois em dois anos, redução de alunos atendidos nas salas, intercâmbio cultural com o país vizinho, ajustes no currículo acrescentando a disciplina espanhola e inglesa na formação dos alunos, criação do primeiro laboratório de informática do município, projetos de leitura, palestras, dentre outras. (Ver figura 12 e anexo P).

	
<p>Início do mutirão no bairro Copagrill, reconstrução da antiga Escola Municipal Petronio Portela. (Ver anexo P).</p>	<p>Revitalização da antiga escola Petronio Portela, que é reinaugurada como Escola Municipal Prof. José Honorato.</p>
	
<p>Festa para as crianças da creche e centro infantil Paulo Freire, escola construída, com a ampliação de investimentos, 09/10/1998.</p>	<p>Implementação dos primeiros laboratórios de informática na Escola Municipal Carlos Chagas e Patrulha Mirim.</p>
<p><b>Figura 12 - Investimentos na Educação</b></p>	



**Figura 13** - Mundo Novo inaugura museu municipal (notícia completa e demais relacionadas no anexo Q).

O projeto político educacional foi construído em conjunto com a comunidade, as escolas abriam as portas nos finais de semana para participarem das conquistas do orçamento participativo, os benefícios conquistados envolviam as seguintes ações: implantação da bolsa escola, no qual pais e filhos assumiam compromisso de frequentarem a escola, criação do museu municipal, investimento


na cultura, como os festivais de música, criação de bandas e corais, valorização do desporto, incentivo a produção artística e literária, etc. (Ver figura 13)

A proposta do projeto educacional só ocorreu quando houve a abertura para as conexões internas e externas da escola. O processo de abertura das escolas só se realizou, na medida em que a comunidade escolar participava, opinando, corrigindo, permitindo o intercâmbio de suas experiências, pensando na realidade do hoje, mas na perspectiva do amanhã.

O O. P. de Mundo Novo marcou uma época, uma região acostumada com a exclusão social e marginalização da população menos favorecida, ou por ações paliativas, de assistencialismo, que não solucionavam os problemas centrais do município. Foi uma tentativa de responder aos problemas sociais, um dos mecanismos que colaboraram com a implementação do projeto educacional. Nasceu do amadurecimento das lutas dos movimentos sociais. Influenciou e inspirou a criação de outros espaços no MS.

A implantação do projeto político e educacional, em Mundo Novo, representou um ato educativo único. O maior beneficiário do projeto foi a população civil, que com a formação da consciência política pode exercer seus direitos e deveres, responsabilizando-se na condução e fiscalização da aplicação dos recursos públicos, na conquista de qualidade de vida e na resolução dos problemas sociais e educacionais. Construindo, dessa forma, uma cultura de políticas públicas, na qual a educação informal fosse valorizada, com redimensionamento do novo homem omnilateral.

Reunião ordinária do Orçamento Participativo realizada na sala de reuniões da Prefeitura Municipal em 03.08.98.



**CAPÍTULO 3**  
**MEMÓRIA: REGISTRO DA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO**  
**E EDUCACIONAL**

Momento em que parte dos conselheiros se manifestam sobre aprovação de investimento para 1999

### **3 MEMÓRIA: REGISTRO DA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO E EDUCACIONAL**

#### **3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE HISTÓRIA ORAL E MEMÓRIA**

Nossa preocupação no primeiro capítulo foi discutir a educação do homem, sua constituição pelo trabalho, a organização social e política, em uma perspectiva mais abrangente. No segundo, nosso foco tornou-se mais específico, ainda estávamos falando do homem, mas agora em seu fazer localizado, em um período e lugar específico. A discussão centrou-se na questão de como um projeto político, forjado no meio dos movimentos sociais, constituiu-se como formador político educacional da população de Mundo Novo. Como, em pouco tempo, tornou-se possível utilizar de instrumentos, com o O.P., para a formação da cidadania, por meio da participação da sociedade civil nos mecanismos de decisão da gestão pública, para privilegiar a educação informal e formal dos menos favorecidos, é a questão que se evidencia.

Aprofundando nossa reflexão, destacamos que o trabalho está dividido em duas etapas: a primeira, desenvolvida nos dois capítulos anteriores, na qual fizemos o estudo dos aportes teóricos que embasaram e fundamentaram nossa proposição de estudar o projeto político educacional, implementado em Mundo Novo, que foi construído a partir dos princípios pedagógicos do MST e do projeto político do PT, de gestão democrática e organização da sociedade civil.

Na segunda etapa, apresentada neste capítulo, procuramos registrar e analisar os depoimentos dos sujeitos envolvidos com o projeto educacional. Suas narrativas foram coletadas durante o ano de 2008 e 2009, por meio de perguntas e de conversas informais, e posteriormente transcritas, optando por respeitar a fala de seus depoentes, por retratarem variações lingüísticas, próprias deste trabalho.

Nossa intenção foi dialogar com os sujeitos que participaram da construção do projeto educacional. Assim, recorreremos à história oral para registrar a memória dos sujeitos sociais que participaram desta construção. Neste sentido, consideramos que a “memória é um fenômeno construído”, a exemplo de Pollak (1989). Corroboramos Halbwachs (2004) que entende a memória coletiva a partir de

sua dinâmica, pois esta se forma nas disputas políticas, religiosas, sociais, no processo de construção de identidade do sujeito, com diferentes grupos sociais, nos quais idéias e concepções entram em disputa. Assim, a memória individual constitui-se sob a influência social, pois não é independente, mas dialética.

Aprendemos com Bosi (2001), que quando trabalhamos com a memória, utilizamos a lembrança dos depoimentos individuais, que são fruto das relações: familiares, grupais, escolares, da igreja. Estas lembranças compõem a memória pessoal e coletiva. Podemos afirmar, segundo ela:

[...] registrar a voz e, através dela, a vida e o pensamento de seres que já trabalharam por seus contemporâneos e por nós. Este registro alcança uma memória pessoal que, como se buscará mostrar, é também uma memória social, familiar e grupal. Desde sua concepção o trabalho situava-se, portanto, naquela fronteira em que se cruzam os modos de ser do indivíduo e de sua cultura: fronteira que é um dos temas centrais da psicologia social (BOSI, 2001, p. 37).

Sob este prisma, podemos afirmar que a memória não é isenta na sua constituição, é um caleidoscópio, ela se transforma por meio da experiência, do convívio. Neste trabalho, abordaremos lembranças de pessoas que, por meio de narrativas, nos contaram acerca do homem, da sua formação, da participação popular, da relação da política com a educação e com o compromisso dos sujeitos envolvidos com ato de educar. Estas narrativas são parte da comprovação de que se iniciou a construção de um projeto educacional, desenvolvido no município de Mundo Novo, no período de 1997 a 2000.

A partir das narrativas registradas, podemos observar como os movimentos sociais influenciaram as organizações populares, na construção do projeto político e educacional, como esta se deu no âmbito da coletividade, das memórias. Estas narrativas falam da importância da ampliação dos investimentos, que foi essencial para a consolidação do projeto educacional, que embora não tenha sido registrado em um documento oficial, não pode ter negada sua existência, pois as testemunhas desse processo nos falam nessa pesquisa, já como advoga Tuma (2007, p. 114):

“A produção de narrativas, no processo de interação entre História Oral – Memória, é permeada por sensibilidades trazidas pelo caráter dialógico, que se concretiza na arte da produção do conhecimento da e sobre a história de vida.”

Assim sendo, a produção do registro foi e é importante, pois esse período que estamos abordando correu o risco de ser perdido ou alterado, diante da história oficial e do assassinato da prefeita Dorcelina de Oliveira Folador, líder na construção do projeto educacional. Nosso trabalho consistiu em registrar os diferentes pontos de vista acerca dos fatos, pois, dependendo do ponto de vista do narrador com quem dialogamos, apresentam-se diferentes versões: a memória individual presente na constituição da memória coletiva (HALBWACHS, 2004) Como destaca Bosi (2001, p. 413):

Para Halbwachs, cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. Nossos deslocamentos alteram esse ponto de vista: pertencer a novos grupos nos faz evocar lembranças significativas para este presente e sob a luz explicativa que convém à ação atual.

Essa é uma das características da história oral, sua dinamicidade. Quando falamos de história oral abrimos uma nova possibilidade de registro dos fatos, pois esta possibilita a narrativa dos sentimentos, das emoções, do envolvimento ideológico, da subjetividade inerente ao homem e a sua cultura. De acordo com Alberti (2005, p. 118), a história oral é:

[...] um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participam de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo como forma de se aproximar do objeto de estudo [...] Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc., à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam.

Cada narrador enriquece o relato de sua memória pessoal com detalhes, um mesmo fato pode ter versões diferentes. Ainda como afirma Alberti (2005, p. 42):

A subjetividade nestas narrativas pode adquirir objetividade ao se considerar a presença das considerações das representações que, aliadas aos fatos, permitem a interação e entrecruzamento do individual e o coletivo, do imediato com a tradição e do subjetivo com o objetivo, possibilitando melhor entendimento do passado sem a perda da dimensão da responsabilidade do pesquisador na interpretação da análise do material colhido.

Ao realizarmos entrevistas semi-estruturadas ficou evidente como é importante o registro da memória, para valorizar a transformação do homem. A função da memória é lembrar situações marcantes que representem o compromisso com as ações de transformação, tanto com as mudanças singulares quanto com a valorização do ser humano em sua totalidade. A história oral, do ponto de vista de quem relata, aproxima o sujeito do objeto, embora tenha um grau de ingenuidade e singularidade, não podemos negar sua totalidade sintética.<sup>3</sup> “Quando o indivíduo vivencia e relata sua trajetória, se identifica a um grupo social do qual ele é elemento constitutivo” (MARIN, 2002). Em consonância, afirma Queiroz:

Toda a história de vida encerra um conjunto de depoimentos. O termo foi muito cedo definido juridicamente, significando interrogações com a finalidade de estabelecer a verdade dos fatos. Perde, porém esta conotação nas ciências sociais, para significar algo que o informante efetivamente presenciou, experimentou, ou de alguma forma conheceu, podendo assim certificar. [...] Desta forma, nas ciências sociais, o depoimento perde sentido de estabelecimento da verdade para manifestar somente o que o informante presenciou e conheceu (QUEIROZ, 2003, p. 7).

Partindo do exposto, a história oral foi o principal procedimento metodológico utilizado neste capítulo, ela se fez pelo registro das narrativas, por meio de um roteiro de perguntas que visassem a condução dos diálogos, entrevistando os sujeitos envolvidos. Para este registro utilizou-se do recurso de gravação digital, e da transcrição dos depoimentos na íntegra, representando a história contada.

No caso de Mundo Novo, o projeto educacional tinha como objetivo a promoção da emancipação da sociedade mundonovense. O processo histórico de construção do projeto está presente nas narrativas dos sujeitos que participaram efetivamente da sua constituição.

Quanto maior aproximação destes sujeitos envolvidos com o projeto educacional, maior contribuição para a construção da história, a partir das narrativas orais, que permitem a comprovação de todo o processo de construção coletiva. Minayo (1994, p. 22), ao falar sobre o trabalho de registro da oralidade, considera importante que:

---

<sup>3</sup> A idéia de que a totalidade só é formada por um conjunto de individualidades.

O objeto de investigação social, o pesquisador deve considerar que as pessoas envolvidas no processo de pesquisa são [...] sujeitos de estudo, pessoas em determinadas condições sociais, pertencentes a determinado grupo social ou classe com suas crenças, valores e significados, e que esse objeto apresenta-se em permanente estado de transformação.

Neste caso, registramos algumas narrativas em que os sujeitos envolvidos com a construção do projeto político na sua relação com o ato pedagógico, e com os instrumentos utilizados, na participação da sociedade civil, apresentaram versões diferentes do mesmo fato.

O registro dessa experiência educacional se deu por meio dos depoimentos de sete pessoas, somente uma delas não possui a formação docente, o vereador, os outros são professores, possuem formação em licenciatura e pós-graduação. Marcaram suas vozes, a partir do compromisso com situações da problemática da educação, embora ocupassem cargos diferentes, seus objetivos se cruzam ao longo de suas narrativas, alguns foram mais detalhistas, outros foram pontuais, diretos. A seguir, faremos uma breve apresentação dos depoentes, destacando apenas a função que ocupavam na época da construção do projeto, a fim de resguardar a integridade dos mesmos.

A diretora da escola municipal na época, hoje professora do Estado e do Município, possui uma vasta experiência educacional, inclusive na modalidade de deficiência visual. Pedagoga de formação atuou em todas as áreas do ensino básico, é especialista em deficiência visual, sendo mestre em Ciências da Educação, pela Universidade do Salto Del Guairá, no Paraguai. Com treze anos de sala de aula e oito anos de experiência na administração escolar, foi a primeira diretora eleita pela comunidade escolar municipal de Mundo Novo, por duas vezes consecutivas. Responsável pela Escola Pólo Municipal Carlos Chagas, e as extensões, José Honorato e Tiradentes.

A secretária de educação, professora pedagoga, atuante nas lutas dos movimentos sindicais do estado, foi professora da rede municipal desde 1987, lecionou no ensino rural, tendo experiência em salas multisseriadas das séries iniciais do ensino fundamental, atuou no antigo curso de magistério de segundo grau, com as disciplinas pedagógicas. Hoje é professora da rede estadual.

A coordenadora do programa Bolsa- Escola, no município de Mundo Novo, atuou também como representante do município no Estado no Programa

Bolsa-família, e do Orçamento Participativo. Professora por formação foi uma das lideranças sindicais do município de Mundo Novo, participou de todas as fases de implantação do projeto político ao educacional. Hoje atua como coordenadora pedagógica na rede estadual de ensino.

O professor de biologia na rede municipal de Mundo Novo, na gestão do prefeito Humberto Ammaduci, foi secretário de educação, assumiu seu concurso de professor na gestão da prefeita, Dorcelina de Oliveira Folador. Hoje atua como professor na rede municipal de ensino.

A Superintendente de Educação no Estado de Mato Grosso do Sul, no Governo de José Orcírio Miranda (Zeca do PT), atualmente é professora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

O secretário de educação do Estado de MS, na época do governo de José Orcírio Miranda (Zeca do PT), hoje deputado estadual do PT em Mato Grosso do Sul.

O vereador pelo PT, durante a gestão da prefeita Dorcelina de Oliveira Folador, foi presidente do O. P. na segunda gestão do PT, com o prefeito Humberto Ammaduci. Hoje é um trabalhador autônomo.

As entrevistas permitiram um diálogo com os sujeitos atuantes no projeto político, que consideramos, tinha cunho educacional, pois os envolvidos na construção do projeto político e educacional objetivavam ir além das paredes da escola, da sala de aula, como afirmou a diretora da escola “derrubamos os muros da escola”. Estavam comprometidos com ações não apenas pedagógicas, mas políticas, principalmente diante das desigualdades sociais do município de Mundo Novo. As memórias aqui destacadas fazem parte da história individual e coletiva.

Dividimos as narrativas em blocos temáticos, a divisão foi arbitrária, pois ela obedeceu apenas a uma organização metodológica dos fragmentos selecionados, por entendermos que os temas tratados pelos narradores se interpenetravam, as narrativas não separaram o processo de construção do projeto político do projeto educacional. Os blocos temáticos são: a educação em Mundo Novo antes de 1996; os movimentos sociais e a construção do projeto político; o projeto educacional; o orçamento participativo, financiamento da educação; influências no Estado e os pontos negativos na implantação do projeto.

### 3.2 EDUCAÇÃO EM RETROSPECTIVA: ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E PROJETO POLÍTICO DO PT

Para entender a discussão que faremos acerca do processo de construção do projeto político educacional, temos de ter presente como era o setor educacional antes de 1996, em Mundo Novo, recorreremos a memória individual para montar o mosaico de lembranças que compõem a história que estamos narrando na nossa pesquisa educacional.

Iniciamos essas narrativas com a secretária de educação, que nos fala primeiro acerca de como era a educação municipal, consideramos importante destacar o ponto de vista da entrevistada, pois completamente envolvida com a gestão educacional, aponta elementos específicos de quem conheceu de forma mais abrangente o contexto.

Era um caos, Era uma época confusa... Não tinha situação salarial, não tinha plano de cargo e carreiras, nem salário, o pessoal não recebia em dia, não havia plano salarial o pessoal não recebia em dia, o projeto político pedagógico da escola não contemplava o ensino da época, pela falta de espaço para o ensino fundamental e nem ensino infantil não havia educação infantil, havia só uma turminha de pré este era o ensino infantil... A educação Infantil praticamente não existia, as crianças da escola Carlos Chagas, comiam no sol não havia cobertura ela funcionava ao lado de uma delegacia. A escola da Copagril a José Honorato, antiga Petrônio Portela um rancho caindo aos pedaços, Ah! Lá também tinha um pré-escolar eram inadequadas as salas, a merenda era enlatada que vinha de fora, faltava material escolar, e muitas vezes a merendeira tinha que trazer alimentos de casa para fazer para os alunos, nada funcionava como deveria funcionar não tinha estrutura, para você perceber como a coisa era feia, havia uma escola que funcionava na Rua Zandoná, lá mais tarde foi construído um CEIM modelo no estado, mas antes funcionava a antiga delegacia que tinha uma pequena sala que abrigava 20 alunos, literalmente a educação era caso de polícia havia uma sala do lado de fora da delegacia com grade na porta e nas janelas e as crianças estudavam naquele ambiente, a coisa era muito séria a gente não tinha perspectivas no setor da educação. Tínhamos antes prefeitos, que não valorizavam a educação, a precariedade da educação, nunca valorizavam a merendeira, os professores os administrativos nem salários eles pagavam, eles sumiam e mendigávamos o salário na porta da casa, dos prefeitos que nem lembram que existe educação quanto mais projetos. A gente, como professora, perguntava sobre o dinheiro dos royalties e teve um dos prefeitos que respondeu que professor não tinha que entender de royalties e sim de dar aula, de sala de aula.

Isso foi em 1990 não está tão longe, isso não faz muito tempo, isso foi até a pouco, éramos explorados na nossa força de trabalho. [...]

[...] tinha muita evasão, pois as escolas estavam na pobreza, situadas na periferia, em áreas carentes, antes de 97 só havia sala de aula e quadro e nada mais... [...]

Por esse registro, observamos como era problemática a questão educacional em Mundo Novo, o que se evidenciou na fala da depoente, sua narrativa repleta de informações acerca de como a educação não era prioridade nas gestões anteriores a 1996. No primeiro capítulo, afirmamos que o homem se educa pelo trabalho, que o binômio homem- trabalho é indissolúvel. Nesse depoimento destacou-se a questão da não valorização do trabalho do professor, os antigos administradores subestimavam a capacidade de organização dos trabalhadores em educação, excluía-os das decisões políticas.

Na parte final do depoimento, a narradora afirmou literalmente “éramos explorados na nossa força de trabalho”, ressaltando que houve uma mudança nesse sentido. Considerando que a memória atende ao chamado do presente e se modifica de acordo com as necessidades deste (HALBWACHS, 2004), compreendemos que, por estar envolvida emocionalmente na construção do projeto educacional, ela colocou a condição de exploração apenas no passado distante, como se não houvesse mais exploração hoje.

Ainda acerca de como era antes da gestão de Dorcelina, colhemos o depoimento da diretora que narrou apenas acerca da estrutura da escola e da desvalorização do ensino municipal escolar, ela relatou do ponto de vista de quem atuava na escola Carlos Chagas e suas extensões.

Não havia nada que eu me lembrasse de algo bom pra educação, não havia nenhum projeto antes. Que eu me lembre não. As creches eram depósitos de crianças, baixa remuneração dos professores. [...]

[...] antes de 1997, as escolas campeãs sempre eram as estaduais e as escolas particulares porque tinham maiores investimentos com professores especializados e logística adequada, este quadro modifica a partir dos investimentos do município no esporte dos estudantes. [...]

Na perspectiva de dentro da escola, mas iniciante no magistério, o professor pronunciou-se acerca de como eram estas condições:

Eu assumi quando Dorcelina começou as transformações na educação. Nós tínhamos uma escola municipal Carlos Chagas que era em torno de 400 alunos freqüentando, uma educação infantil em torno de 70 crianças que era na antiga delegacia, na antiga delegacia no Sargento Zandoná, e aí começaram as modificações... [...]

[...] antes o professor não tava nem aí pro aluno, o aluno passou, não passou... [...] [os alunos]... tinham vergonha de falar que eram alunos da escola municipal... [...]

Ao contrário do depoimento anterior, a coordenadora do programa Bolsa-Escola narrou sobre como era antes a educação, com conhecimento das condições insalubres de trabalho, e da desvalorização do magistério:

Não havia nada antes de 1996, nossos salários eram atrasados constantemente, se o professor do município contasse para sobreviver do salário da prefeitura municipal, ele passava grandes dificuldades financeiras, os governos municipais não ligavam pra educação tanto é que o professor tinha que ter outra profissão, pois ficávamos até seis meses sem receber, eu mesma tive que abandonar meu período de professora do município pra vender roupa. [...]

[...] O envolvimento dos educadores, porque até então eles eram muito apáticos, era uma participação tímida, antes da revolução do município, de participação, depois eles ficaram mais afoitos,... [...]

[...] Sim, um dos pontos que me lembro bem, está relacionado com a educação infantil, pois ela existia, mas não era legalizada... [...]

Segundo Bosi (2001), através da memória, não só o passado emerge, misturando-se com as percepções sobre o presente, como também desloca esse conjunto de impressões construídas pela interação do presente com o passado que passam a ocupar todo o espaço da consciência. Esse deslocamento do passado, ou melhor, reestruturação da lembrança pode explicar como o mesmo fato pode ser lembrado de forma diferente, de acordo com o envolvimento dos narradores. Como exemplo, temos o relato do professor, que se reportou ao número de alunos matriculados na escola e disse que este estava em torno de 400, o que não se confirmou na narração da secretária de educação, que veremos a seguir, pois esta contou-nos que eram em torno de 680 alunos matriculados na mesma escola. A memória recupera a informação de forma mais ou menos nítida, de acordo com a função que os narradores desempenhavam na época da qual estavam se recordando.

Quando perguntamos acerca da construção do projeto político educacional, e da importância dos movimentos sociais, a narrativa contemplou a organização da metodologia de trabalho dos movimentos sociais, ao descrever como se deu na prática toda a formação política e educacional da população. Foi possível perceber o que dissemos acerca da organização política dos movimentos sociais, o entrelaçamento dos princípios do MST com os do projeto político do PT, a partir do depoimento dos narradores. Observamos como a atuação política de Dorcelina, uma liderança do MST, que congregou uma comunidade em torno de um ideal, apareceu de forma constante nos depoimentos.

Neste bloco, as narrativas não foram lineares, pois embora o tema fosse o projeto político educacional, ficava difícil para os entrevistados separarem o que era o projeto político, a formação e participação no interior dos movimentos sociais, no orçamento participativo, e a atuação nas escolas. Por essa questão, o recorte dos depoimentos foi mais difícil, novamente a separação foi arbitrária. Os fragmentos são maiores, para que pudessem conter toda a diversidade de perspectivas dos narradores.

A narrativa do vereador confirmou o que afirmávamos acerca da memória individual, pois como sua atuação no início foi como vereador, a perspectiva educacional não apareceu de forma nítida, contemplou mais o aspecto de organização do orçamento participativo, que para ele significou o início da construção do projeto político:

Na verdade, é enquanto vereador da época eu acompanhei muito pouco, a primeira gestão onde a Dorcelina implementou o O.P, mais o que aconteceu na primeira gestão da Dor ( modo carinhoso dos amigos chamarem Dorcelina) é que ela preparou, na verdade ela preparou o caminho pra que depois, a gente pudesse desenvolver melhor os projetos que foi, que foi implementado. E com o O.P não foi diferente porque era uma coisa nova, uma novidade, né. Inclusive nos palanque quando a Dorcelina falava que ia implementar o O.P a gente ficava até surpreendido falava... que jeito a gente vai fazer isso e enfim, ela ganhando a administração foi implementada essa experiência de ouvir a população, de discutir projetos, debater, ver o que é que é melhor, né, pra cada setor da sociedade e foi uma experiência maravilhosa a questão do O. P. Teve muitas dificuldades no início, né, muitas dificuldades para a implementação, até porque era... até porque era uma novidade e foi bom porque a comunidade...pela curiosidade de saber, AHHH vou na reunião do O.P, aquela curiosidade de saber... [...]

Em contrapartida a esse depoimento, que não abordou os aspectos educacionais de forma direta, a narrativa da secretária da educação foi bastante contundente em relação a implantação do projeto político educacional e da importância de Dorcelina nesse processo, foi muito difícil escolher quais fragmentos eram mais importantes, elegemos como mais significativos:

[...] Nasceu de uma ideologia, muito grande da prefeita Dorcelina, (posso falar da Dorcelina?) [assim ela perguntou] de vários companheiros que lutavam por justiça, que ligados ao Movimento do MST, ao movimento jovem da Igreja e pastoral, Igreja Católica, foi dali que surgiu, e foi colocado em prática após Dorcelina assumir a prefeitura municipal. Infelizmente hoje muitas coisas da esquerda se perderam.

[...] Ele (o projeto político) começou a incluir, esses alunos nas atividades culturais do município, em 1997 eram 680 alunos matriculados, depois de um ano já eram 1000 alunos tivemos que ampliar a estrutura existente, a Diretora não fazia o que a prefeita queria, e sim exigência do que a comunidade decidia, tudo começa a desde a concepção na barriga da mãe, por meio da casa da gestante, caminhando para o ensino infantil, e para o ensino fundamental, procurando transforma o ser humano em cidadão sem o paternalismo, construído através de projetos sociais. Dorcelina falava em inverter prioridades, a maior contradição e resistência foi a câmara, ela ia contra a administração, a prefeita transformava em projeto de lei com o apoio do povo, assim foi bolsa escola, assim foi a casa da gestante, que era a menina dos olhos da “DOR” (Dorcelina) [...]

No primeiro fragmento, a narradora confirmou o que destacamos no segundo capítulo, acerca da participação na construção do projeto das lideranças políticas, que estavam inseridas no interior da CPT, do MST, do movimento jovem e dos sindicatos.

No segundo fragmento, o relato voltou-se para a questão da educação formal, pois ela relembrou a quantidade de alunos atendidos na escola antes do período estudado, destacando o aumento das matrículas posteriormente, o que acarretou a ampliação da estrutura escolar municipal. Este fragmento denotou o envolvimento da entrevistada com a organização do ensino como um todo, diferente do relato do professor, que só trabalhava na escola Carlos Chagas. A secretária de educação continuou relatando que:

[...] A participação popular os segmentos o direito de falar e ver as coisas acontecerem, de vivenciar, de correr atrás dos meus direitos,

cada segmento tinha que fazer sua parte, acreditando nas mudanças.

[...]falavam que a Dorcelina fazia aquilo só pra mascarar a situação, ta fazendo isso pra aparecer, eram pessoas conversadoras, e ao mesmo tempo capitalistas, só pensa no capital o mais importante pra elas era o dinheiro, o capital, a obra... em si e não o ser humano, pra nós eu penso, enquanto secretária, enquanto ser humano, enquanto educadora que o maior patrimônio de uma comunidade, de um município, de um estado de uma nação é o seu povo, se você não investir na população não adianta você investir em certas obras, apesar de todas são importantes a mais importante é o ser humano.

[...] A escola melhorou muito, melhorou os aspectos em geral mudou com ajuda da bolsa-escola, pois a família recebia um benefício de um salário mínimo para a permanência dos alunos na escola e em contrapartida as mães voltassem a estudar, elas também tinham que freqüentar esta escola era um projeto educacional, que ia além da sala de aula, tudo isso fez com que a comunidade acordasse a despertasse para participar de tudo que a escola tinha para oferecer, para sua clientela, seus alunos sua comunidade o projeto político estava vinculado ao projeto educacional, com certeza todas as melhorias vinham do setor público, a comunidade passou a conhecer, passou a participar, a cobrar e passou a viver esse projeto junto com toda a administração municipal da época e com o O.P. [...] (grifos nosso)

[...] Eu vejo a participação popular, que deve a cobrar mais os nossos governantes, de fato o direito da educação, [...] devem acreditar que a educação de fato vai ser prioridade e por meio dela que ele passa ser cidadão da educação, participar mais, cobrar mais, que ela possa transformar a sociedade, mudando a situação de que poucos, enquanto o poder público não gastar com a educação não veremos desenvolvimento em todas as áreas, podendo ter qualidade de vida, não dá pra desvencilhar a educação da política, a sociedade como esta posta é muito injusta temos que exercer a consciência coletiva no cotidiano da escola pra mudar a situação da classe dominante. [...]

A seguir, no terceiro e quarto fragmentos, é importante ressaltar a defesa que a secretária de educação fez acerca da formação do homem, da necessidade de educar a população para a participação política, ela diz “o maior patrimônio de uma comunidade, de um município, de um estado de uma nação é o seu povo”, essa compreensão perpassou todo o fragmento apresentado.

No quinto e sexto fragmentos, destacamos a importância do projeto bolsa-escola, no qual a família recebia um salário pela permanência das crianças na escola e, em contrapartida, os responsáveis tinham que estudar também, o programa representou não apenas um projeto assistencialista, no relato

apresentado, a secretária de educação disse: “era um projeto educacional, que ia além da sala de aula, tudo isso fez com que a comunidade acordasse, a despertasse participar de tudo que a escola tinha para oferecer”. Nas palavras dela, temos a confirmação de que o “o projeto político estava vinculado ao projeto educacional”.

[...] Pois uma coisa fundamental que a Dorcelina dizia é que era necessário, fazer as pessoas entender a máquina pública, eles passaram a compreender como funcionava o custo econômico, a arrecadação, a divisão dos recursos, o valor gasto em cada setor e apresentava a população no meio da praça pública todo mês para a população. A verdadeira política é o que decide a nossa vida, jamais pode ser desvinculada da educação.

[...] Alguns projetos e coisas perderam um pouco o caráter, exemplo foi à bolsa família que perdeu a exigência das mães freqüentarem a escola, era importante elas se tornarem independentes, viram e compreenderam que sempre foram cidadãs, donas de seus próprios atos, buscaram seus empregos, muitas delas buscaram escolas, a exigência a condição deste caráter se perdeu um pouco, eu fiquei sentida por isso. Tem muitos eventos muitas atividades, mas diferente do governo idealista da Dorcelina. Dorcelina era o cerne, ela foi o cerne junto com ela um grupo de pessoas, sem sombra de dúvida, sempre valorizava tudo e todos ela sempre dizia que sozinha ela não chegava a lugar nenhum. Sempre tinha um grupo de pessoas que partilhavam as idéias, as idéias de mudança, as idéias de transformação de melhorias, ela acreditava que a sociedade pode mudar sua história que a sociedade era protagonista de sua própria história e nós que estávamos junto com ela também acreditávamos nisso. [...]

Outro fragmento que consideramos importante foi sua declaração de que: “a Dorcelina dizia é que era necessário, fazer as pessoas entender a máquina pública, eles passaram a compreender como funcionava o custo econômico”, isto confirmava o que dizíamos acerca do projeto político representar um projeto educacional, que envolvia a sociedade civil na gestão dos recursos públicos e na educação para a emancipação política.

Na transcrição dos depoimentos observamos o engajamento dos envolvidos com o projeto político e educacional, a memória individual estava marcada por sua atuação direta na condução dos trabalhos. A narradora, ao se referir ao projeto de mudança social e ao ideal de Dorcelina, diz textualmente “nós que estávamos junto com ela também acreditávamos nisso”.

Transcrevemos os depoimentos da diretora e do professor, que relatam como os trabalhadores se organizaram para que o projeto educacional pudesse ser valorizado e viabilizado no período estudado. Como os educadores se organizaram, para que a população entendesse a importância da educação. A escola como centro irradiador e agregador do projeto educacional do município. No depoimento da diretora encontramos a seguinte narrativa:

[...] Não sei, só sei que nasceu de reuniões coletivas por parte da escola e depois e formações de grupos, nesses grupos tinha um questionário pra cada segmento da sociedade responder. Quem impulsionou foi a Dorcelina foi ela mentora do projeto, acreditou nas suas idéias, professora, deficiente, sem terra, e a persistência de não desistir de seus ideais, mesmos sendo vencida em outras eleições e não se abater com as derrotas sempre lutando pelos seus ideais pelo movimento dos sem-terra. [...]

[...] A nova forma de gestão responsabilizou a comunidade, por um projeto mais amplo a educação. Um dos diferenciais foi a derrubada dos muros, escola com grade e não com muro, permitindo maior visão do que poderia acontecer dentro e fora da periferia da escola. Facilitava a nossa visão, pois antes os traficantes aliciavam ou estavam aliciando nossos menores, ficavam escondidos atrás do muro, nós derrubamos o muro, e colocou-se um muro alegre e atrativo, grades em forma de lápis colorido, assim nós professores e a vizinhança e toda a comunidade envolvida com a escola cuidava. Cuidava de algo estranho que poderia ocorrer perto da escola Carlos Chagas. Evitávamos matação de aula, namoricos, pessoas mais idosas... estranhas, rodando a porta de escola, isso toda escola tem... Olhares de observação ao redor periferia da escola, algo de estranho..Acabou. Do pátio da escola, tinha uma visão do que estava acontecendo na rua, se um carro tem mais de vinte minutos parado, um funcionário da escola saía e perguntava se estavam precisando de alguma coisa, decidiam agir sobre o momento duvidoso. E iam lá verificar, isso acabou porque você tinha uma visão de tudo que acontecia ao redor da escola. A partir do momento que se derrubou o muro, os vizinhos se sentiam responsáveis... Há tem algo diferente lá dentro. A escola era cuidada por dentro e por fora. Melhorou bastante depois que tirou o muro e colocou grade. [...]

[...] O compromisso da comunidade, de enxergar a educação como prioridade para o desenvolvimento do município. Lembro-me também da minha defesa sobre o asfalto em frente da escola, não podia passar porque tinha outras prioridades, e sempre defendíamos com muitos argumentos, cheguei num final de tarde de reunião do OP e disse: \_ Boa tarde! Porque não pode passar o asfalto? Temos ao lado uma delegacia, o dia que o ladrão invadir sua casa pra roubar os policiais não vão poder pegar o carro por causa dos buracos... Rapidinho saiu o asfalto em frente a Carlos Chagas as necessidades podiam ser educacionais, mas se os argumentos fossem sociais eles eram atendidos. E se entendia o social de

atender toda comunidade, a escola Carlos Chagas ficava ao lado da delegacia. Outro fato foi a troca das Kombis escolares... Eram trocadas de dois em dois anos, o argumento utilizado é que a vida de uma criança, de um aluno valia mais que uma Kombi reformada, pois as estradas eram perigosas, eram na zona rural sem asfalto. [...]

No depoimento do professor encontramos as referências acerca das influências externas, que ajudaram na construção do projeto, e sua perspectiva a partir do projeto político ao educacional:

[...] Nós avaliávamos muito a questão de Porto Alegre, eles faziam muito anos lá, eles ficaram três mandatos, eles tiveram vários avanços na educação e na saúde, na questão de orçamento participativo, foi lá que começou sabe... na do O.P na questão da educação, a gente se embasou muitas vezes nas idéias deles, muitas vezes a gente procurou melhorar na questão do município, seguindo a administração petista sabe... valorizando os professores, investindo na área profissional. Houve muitas palestras sabe? que vieram na época da Dorcelina, época de palestras na questão do pessoal dentro do PT, que vinham de São Paulo, Geraldo Garcia, participou, o objetivo dessas palestras era a questão da gente trocar informações, melhorar a questão de todas as áreas, não só a questão da educação, observando várias cidades que deram certo. Houve investimento na área da educação, o kit escolar, a questão do MOVA. [...]

As narrativas apresentaram detalhes que remeteram à memória individual, fazem parte da construção da memória coletiva, rica em fatos concretos, e carregados de emoções, na entonação de sua voz, existe um discurso, um apelo, a uma coesão social (NORA apud TUMA, 2007). Essa carga emocional transpareceu quando a diretora narrou acerca das atitudes necessárias para envolver a comunidade com o que acontecia no interior da escola, trocou-se o muro da escola pelas grades, a visibilidade propiciada foi a abertura para o diálogo com a comunidade, que passou a ser co-responsabilizada pelo processo educacional. Claramente observou-se uma coerência entre o discurso do fazer político e o fazer pedagógico atrelando política/educação que uma é a conquista do outro, que o fazer pedagógico só tem sentido maior se tiver ligação com o fazer político.

A diretora narrou acerca das estratégias para convencer a população a investir na educação, mesmo que essa não fosse inicialmente prioridade, pois considerou: “O compromisso da comunidade, de enxergar a educação como prioridade para o desenvolvimento do município.”

O relato do professor diferenciou-se do da diretora por apresentar a perspectiva da formação continuada, necessária para a implementação do projeto político educacional, destacou os cursos e os investimentos para melhorar as condições de trabalho em todas as áreas.

Na próxima narrativa, temos a perspectiva da coordenadora do programa Bolsa-Escola, militante do sindicato dos trabalhadores em educação, apresentou detalhes muito específicos, o que nos fez registrar vários fragmentos narrados em momentos diferentes, mas referindo-se ao mesmo assunto, pois a recorrência da memória caracteriza-se por esse ir e vir, próprio da recuperação das lembranças (BOSI, 2001). Estas são referentes ao projeto político educacional.

[...] Sim, com a formação das associações de bairro, que não existia na época com a chegada da Dorcelina, a população foi se acostumando a participar, acostumando devagarzinho... é tanto que quando a gente vai a Campo Grande na formação de sindicato, nas palestras, fala que é de Mundo Novo já sabe que ele vai abrir a boca, vai falar, vai participar, já sabem que é de Mundo Novo, porque o povo de Mundo Novo aprendeu isso com a Dorcelina. [...]

[...] A formação sindical foi muito responsável, as pessoas que faziam parte, que ajudaram a construir as associações de bairro, que ajudaram a formar o colegiado nas escolas, que ajudaram a participar da constituinte escolar, dos grupos estudantis, as mesmas pessoas estão por ai até hoje, meio indignada, mas estão tudo isso tá, registrado em fotos, em atas. [...] Nós do sindicato orientamos os professores a entrarem como representante em seus bairros, pra garantir a representatividade diante da sociedade diante dos segmentos, nos conselhos municipais e com isso a educação ganhou grande força. Nós do sindicato, que eu era representante do sindicato da época orientei o professor, ou a professora a entrar nos conselhos dos bairros porque cada bairro tinha os seus representantes, ai eu falava, por exemplo, professora tal você é do bairro tapajó você vai à assembléia do conselho e se candidata. Teve conselho de O.P que nós tínhamos de dez a quinze professores, teve conselho de OP ele entrava com as duas vagas as quais tínhamos direito representando do sindicato e como morador dos bairros, e com isso a educação tinha grande força e a comunidade adorava porque o s professores tinham conhecimento das necessidades daquele bairro, ele não ia lá defender só a proposta da educação, mas do bairro também, era uma grande troca, uma grande aprendizagem, uma aula democracia. [...]

O relato da coordenadora do programa, no primeiro fragmento selecionado, destacou acerca da organização dos trabalhadores da educação, que em sintonia com o projeto político do PT, remete ao segundo princípio de

organização do MST, a sindicalização. No segundo fragmento, houve o desdobramento deste fazer, mas agora ela ressaltava com emoção os detalhes da construção do projeto, as estratégias das organizações sindicais na inserção dos educadores nos conselhos representativos e nas conquistas educacionais. Ela continuou afirmando:

[...] A política em relação a mulher o programa da bolsa escola trouxe a importância do papel da mulher dentro de casa, na educação, da cidadania na educação dos filhos, o foco do programa era na educação da mãe e da criança, principalmente da mãe. [...]

[...] Eu fui num assentamento aqui, fui e passei um dia inteiro no assentamento, por que eu fiquei sabendo que o pessoal do INCRA ia vim dar um treinamento para os agricultores, que data eles tinham que plantar o arroz? em que data eles tinham que plantar o feijão? Que mês tinha que preparar a terra, eu tava no programa nessa época. Aí, o José Honorato, na época, que era secretário de administração, ele me convidou pra ir: [...], vamo no assentamento hoje? Vai ter um pessoal do INCRA dando um treinamento, peguei e fui. Num sol, num calorão, numa poeira, no assentamento que tinha aqui em Itaquirá, na beira da estrada, e nós ficamos o dia inteirinho na reunião sentada num banco duro, no meio do mato, lá, fiquei participando desse treinamento. Então os treinadores, eles eram educadores, eu fui porque a gente tinha muita família que os maridos dessas mulheres, que os filhos, que os irmãos, eles tavam lá no assentamento, né. [...]

No fragmento inicial deste bloco, destacamos o relato da coordenadora do programa que narrou acerca do papel que Dorcelina considerava que a mulher deveria ter, e o investimento feito para a educação na tentativa de conquista da emancipação feminina, um dos instrumentos utilizado foi o programa bolsa-escola.

No último fragmento, a narradora confirmou a presença constante do MST, influenciando a construção do projeto político educacional. Podemos constatar isso por meio de sua formação política, que se dava no interior dos acampamentos. Destacamos o fato de a entrevistada considerar que, como organizadora e responsável pelo programa bolsa-escola, deveria conhecer o local de onde provinham as famílias atendidas, para melhor orientar as mães. Essa prática correspondeu ao que destacamos no capítulo anterior como “pedagogia do movimento”, que inspirou o projeto educacional de Mundo Novo.

A narrativa da coordenadora do programa Bolsa-Escola destacou a ação dos trabalhadores em educação, especificamente os professores esclarecidos sobre os direitos e deveres da sociedade civil, quando eles foram para o embate nos conselhos, questionando recursos e organizando-se em movimentos trabalhistas, unindo forças com os Sem- Terra e outras categorias trabalhistas.

Nas narrativas da superintendente de educação do Estado e do secretário de educação do Estado encontramos fragmentos com idéias que se complementam, o destaque nos dois textos foi acerca da figura da prefeita, como liderança na construção do projeto político educacional. A narrativa da superintendente tratou do projeto político:

Valores como cidadania, consciência e militância política foram valorados em Mato Grosso do Sul, que é um Estado agrário e sempre enfrentou o poder dos coronéis. A gestão de Dorcelina foi num momento de ruptura com a velha ordem, por isso difícil e muitos problemas a ser enfrentado. [...]

[...] Cidadania só tem sentido se houver participação, poder de decisão. Isso pressupõe que ela possa ser exercida em todas as instancias. E a sociedade civil tem o poder de fazer com que os direitos políticos sejam colocados em prática, pois seu papel é exercer o movimento contra hegemônico, buscando modificar a estrutura sócio-histórica-política-econômica hegemônica vigente para se alcançar um outro patamar de sociedade. [...]

A narrativa da superintendente de educação voltou-se mais ao registro das questões ligadas ao poder político que comandou o Estado, e o que representou a eleição de Dorcelina nesse cenário oligárquico de dominação latifundiária. Reafirmando o que discutimos no capítulo anterior, quando descrevemos a constituição política de Mato Grosso do Sul.

Na narrativa do secretário de educação do Estado, houve o destaque para a gestão e implementação do projeto político:

Tive a grata satisfação de acompanhar o belíssimo trabalho de implementação da proposta geral de Administração popular e participativa coordenado pela ex-prefeita.

Dorcelina foi uma militante partidária e dos movimentos sociais que deu exemplo de compromisso com a ética e com a promoção dos direitos dos segmentos excluídos da sociedade. A frente da Prefeitura Municipal de Mundo Novo, tornou-se referência de Administração com participação popular, de respeito no trato da coisa pública e de prioridade para as políticas sociais. Foi pioneira no

estado na implantação de programas sociais como Bolsa Escola, Agroindústria familiar, Casa da Mulher Gestante, Roça Comunitária, além do Orçamento Participativo.

Dorcelina, enfim, fez a diferença como prefeita, projetando o município de Mundo Novo pela forma democrática de decidir as prioridades da administração e pela inversão de prioridades, primando pela qualidade dos serviços públicos.

Era exemplo, no estado e no país, do modo petista de governar.

A narrativa do secretário de educação do Estado destacou a gestão da prefeita como exemplo de inclusão social, a partir dos projetos sociais implementados, todos de cunho social e educacional, ele ressaltou que houve a inversão de prioridades na administração dos bens públicos, e que a gestão tornou-se referência no Estado e no país.

A narrativa dos dois entrevistados foi mais impessoal e distante, pois a memória que narrou não participou efetivamente da construção do projeto político educacional de Mundo Novo. O tom carregado de subjetividade e emoção não transpareceu de forma efetiva, ambos foram gestores estaduais da educação, na época do governador “Zeca do PT”.

### 3.3 CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO EDUCACIONAL

O projeto político educacional, conforme já destacamos no bloco temático anterior, estava entrelaçado com os princípios da “pedagogia do movimento”, do MST, essa aproximação dificultou a separação da educação formal da informal, uma vez que a concepção de educação, proposta pelo movimento, não está restrita as paredes de uma sala de aula. As narrativas misturaram a prática pedagógica da escola e a prática educativa responsável pela formação política dos diferentes segmentos da sociedade civil.

Acerca do projeto educacional, o fragmento da narrativa do vereador que selecionamos discorreu sobre o ato educacional e a formação política, ao dizer:

[...] Com certeza, o pessoal da área de educação, que era representado pelo SINTED, pelo sindicato dos servidores, só que incluíam os servidores da educação no geral, do estado, do município, a contribuição era enorme, né, até porque, sem

menosprezar ninguém, o pessoal mais esclarecido, com uma visão mais, mais aberta dos problemas tal, enfim, a contribuição do pessoal da educação foi muito grande. [...]

[...] Então, a cidadania pra mim é isso, a gente construir, construir projetos, construir programas, que faz com que as pessoas se tornem cidadãos, isso é que é cidadania, é a gente ser cidadão e querer que os outros também seja cidadão. Porque a partir do momento que você leva informação de como funciona a prefeitura, quanto que arrecada, quanto que você gastou, você também tá, também fazendo a pessoa um cidadão mais informado, mais que participa. E a questão que você falou de... que são pessoas simples, mas olha Adma, por mais simples que a pessoa seja, ela sabe o que quer, ela sabe o que quer, e ela sabe o que é melhor pra vida dela. [...]

As narrativas, presentes nos dois fragmentos selecionados do vereador, contemplaram a formação do projeto educacional na construção da educação informal, ao destacar o terceiro princípio do MST, que é a formação política da classe trabalhadora por meio da participação coletiva. A memória dele não trouxe elementos da educação no interior da escola, mas a construção do projeto político educacional permeou sua fala, e sua narrativa conceituou cidadania como prioridade ética na formação do ser humano.

Acerca do projeto educacional, a secretária de educação foi mais específica do que o vereador, pois, envolvida com a educação formal, suas memórias foram mais pontuais, refletindo o conhecimento da realidade das escolas:

[...] Juntou a direção com as eleições, efetivada pela comunidade escolar, pela coordenação concursada, efetivos pelos professores pelos pais que tinham prazer que se doavam pela escola em participar das construções da escola que doavam pela escola, para verificar o que não tinham e tudo que ela estava tendo depois de 97, os administrativos participavam e ou contribuindo com idéias. [...]

[...] Eu vou ser bem sincera, nem as pessoas que eram contrárias, partidariamente que trabalhavam na escola, foram contrárias, eles participaram da construção do PPP porque perceberam que a administração não estava olhando partidarismo, ela estava vendo a educação, quando viram que as coisas estavam acontecendo perceberam que havia avanço no processo educacional do município estes contrários, passaram a acreditar e ajudar todos viveram isso e tiveram prazer. Algumas pessoas que eram “caciques” da cidade, não estavam no PPP e sim fora do PPP, a rejeição não aconteceu dentro da escola, mas de algum movimento de oposição sobre a forma de administrar da Dorcelina, a comunidade construiu o Centro Infantil Paulo Freire, um espaço privilegiado, localizado na periferia do município, uma escola equipada, arejada e adaptada com rampa

e banheiros para cadeirantes, o lugar realmente priorizava a diferença, construído em uma zona humilde, na periferia da cidade, inclusive foi feita uma afirmação, dizendo que a prefeita estava doida, enlouquecendo de dar escola de primeiro mundo pra periferia, pra um monte de pobres, pra miseráveis, pobre nem sabe viver em lugar bonito, pra que isso pra pobre? Isso era falado por alguns caciques da sociedade que não achavam o que falar [...].

No primeiro fragmento, o relato da secretária de educação referiu-se a participação coletiva na construção do projeto educacional, como a comunidade escolar comprometeu-se com as mudanças a partir das conquistas pós 1997. A valorização dada a todos os trabalhadores em educação, assim chamados após a unificação dos sindicatos, quando relatamos a criação da FETEMS, refletiu nas práticas de organização sindical e no interior da escola, pois como ela afirmou “os administrativos participavam e ou contribuindo com idéias...”

No segundo fragmento, há o relato de que houve oposição ao projeto político, que em dado momento ela chamou de projeto político pedagógico: “eles participaram da construção do PPP”, apontando quem eram esses opositores: “Algumas pessoas que eram “caciques” da cidade, não estavam no PPP e sim fora do PPP, a rejeição não aconteceu dentro da escola”. A narradora destacou que a comunidade participou da construção do projeto educacional, acreditando em uma escola melhor, apenas políticos ligados as lideranças oligárquicas se opuseram ao processo, pois a educação de qualidade para a população carente, no caso, feria os interesses do capital. Esses “caciques”, conforme a narradora os chamou, diziam: “... a prefeita estava doida, enlouquecendo de dar escola de primeiro mundo pra periferia...”

A narrativa da secretária de educação contemplou um aspecto que não temos registro formal, a existência de um projeto político pedagógico, sendo construído com a participação da comunidade, por isso é tão importante o resgate e registro desses fragmentos de memória, pois foi uma iniciativa de inclusão que se perdeu. Continuando, afirmou que:

[...] O salário dos professores já de cara 100%, foi melhorado, traçou-se uma política salarial para os funcionários administrativos, aquisição do material pedagógico, não tinha nada... Nada. As melhorias não só foram sentido da questão física mais também na estrutura pedagógica, materiais pedagógicos e escolares em abundância, melhoraram a aquisição de livros para a biblioteca, montamos uma videoteca, melhorando o ensino aprendizagem na

escola a permanência dos alunos na escola, tinha muita evasão, pois as escolas estavam na pobreza situadas na periferia, em áreas carentes, antes de 97 só havia sala de aula e quadro e nada mais... melhorou muito. [...]

[...] Sim, o que foi fundamental, foi à participação das pessoas do PPP da escola os professores e os discentes e a comunidade de pais as eleições da Escola, foi um grande passo para a autonomia, este passo importantíssimo para participar do processo de ensino e aprendizagem houve maior esclarecimento sobre os investimentos da educação. Foi um salto na educação infantil de 50 crianças atendidas para 450 crianças e com estrutura, não eram amontoados, depósitos de crianças, havia estrutura física e humana para atender estas crianças. Todos ficavam felizes, mais confiança, pois havia muita seriedade e transparência, suas prioridades eram atendidas pela comunidade. [...]

O último destaque que faremos nessa narrativa refere-se as condições de trabalho dos professores, pois, de acordo com a secretária de educação, houve valorização dos trabalhadores em educação, com aumento significativo do salário, melhoria na estrutura física e pedagógica da escola. Além disso, o que foi recorrente na fala da narradora diz respeito a Educação Infantil, que não existia, ou funcionava em salas que mais pareciam “depósitos de crianças”. A prefeitura assumiu sozinha os encargos de manutenção desse nível de ensino, investindo e aumentando o atendimento, conforme a narrativa: “Foi um salto na educação infantil de 50 crianças atendidas para 450 crianças e com estrutura...”.

A próxima narradora, no caso a diretora, falou acerca do projeto educacional, sua perspectiva foi de dentro da escola, seu fazer relacionado com a direção das escolas, o que acrescentou mais dados para o conjunto de relatos que estamos montando acerca do período, suas memórias reportaram-se a ação educacional mais formalizada, como a escola sofreu influências diretas na construção do projeto educacional.

[...] Não participei da construção do projeto político, e sim só do pedagógico, quando percebi já estava nas reuniões distribuindo questionários, articulando na frente dos pais com os pais envolvidos nas melhorias da escola. [...]

[...] Qual a prioridade principal do bairro Copagrill, reforma da escola Petrônio Portela, estava bem precária a reforma surgiu de um movimento do OP, estava registrado em fotos no museu e acervo principal, não foi uma reforma ela praticamente foi demolida a comunidade participando, a primeira verba que ela conseguiu, ela pintando, lixando, vizinho trazendo cafezinho, pãozinho, jardinando,

pais e alunos participando da reforma, a primeira verba que a administração teve eles praticamente levantaram a escola, com espaço de lazer, banheiros ampliados, horta comunitária com legumes a serem utilizados para a merenda dos alunos trazendo valores esquecidos de compromisso daquele espaço escolar. [...]

No primeiro fragmento, a diretora contou-nos como foi a implantação do projeto na escola, que envolveu todos, mesmo os que estavam alheios ao projeto político participaram da ação pedagógica, que envolveu toda a comunidade escolar. Logo a seguir, destacamos outro fragmento, no qual a narradora confirmou o envolvimento dos pais, que não se limitava as discussões e cobranças. Um exemplo foi a participação, em forma de mutirão, na reforma da escola Petrônio Portela. Destacou que isso foi possível somente porque a comunidade percebeu a seriedade da proposta educacional, o que fez com que a comunidade abraçasse a escola. Continuou destacando que:

[...] Principalmente a estrutura física, eram bairros pobres de periferia, primeiro investi para dar um conforto aos alunos, pra que se sentissem seguros na escola, pra eles sentissem na escola, algo bom, o que muitas vezes não tinham em casa. Marcou uma forma diferenciada de gestão escolar, pra mim gestão escolar é uma forma de discernir e administrar coletivamente, o gestor é aquele que media as conquistas. Um dos diferenciais foi a participação da comunidade, a participação dos pais em freqüentar a escola, por receber a bolsa escola. [...] O maior objetivo do PPP é que cada um é igual com conhecimento diferenciado, esta é minha lição, a partir daí... passamos a valorizar mais o tempo disponibilizado com as pessoas da sociedade, com a comunidade escolar dentro da sala, fora da sala, no recreio passei a valorizar estes conhecimentos valorizados, gerando auto-estima. [...]

[...] Sim, na grade curricular do Ensino básico e na forma de participação das comunidades escolares, implantação das aulas programadas, eventos culturais escolares por meio de aulas programadas ela era responsável pelos eventos culturais. a informática que atendia até aos sábados, inclusive os professores que queriam aprender a lidar com o PC. Reuniões com os professores e suas reais necessidades. O Ensino infantil, não só tinha o objetivo de cuidar, mas educar o aluno, ampliando o número de CEIMS. O PPP e o município aderiam todas as inovações sempre ia buscando novas alternativas de gestão escolar. [...]

Nestes fragmentos, a concepção de administração dos bens públicos apareceu na narrativa da entrevistada, pois ao dizer que considerava que a “... gestão escolar é uma forma de discernir e administrar coletivamente, o gestor é

aquele que media as conquistas.” Essa concepção foi forjada no seio dos movimentos populares, contemplando toda a discussão que fizemos acerca das práticas educacionais do MST. Embora a memória da narradora não envolvesse essa construção, pois ela mesma declarou não ter participado da elaboração do projeto político, as práticas educacionais do movimento estavam presentes nas suas ações pedagógicas. Estas práticas educacionais promoveram a formação humana e a fizeram refletir acerca da postura profissional, pois ela mesma declarou “dai... passamos a valorizar mais o tempo disponibilizado com as pessoas da sociedade, com a comunidade escolar”.

Finalizando esse bloco de narrativas, a diretora destacou a construção da matriz curricular, como a participação de todos foi importante para a discussão e elaboração de um projeto político pedagógico que atendesse de fato toda a população.

Nos depoimentos do professor, o relato diz respeito a sua participação em uma das escolas, sua memória recuperou algumas informações importantes que não apareceram na narrativa dos outros, o ensino noturno foi um exemplo.

[...] nós não, nós consultávamos a população, todas as reuniões do bairro dava em torno de 200, 250 pessoas assim, todos falavam. Então todas as pessoas falavam nos bairros sobre a educação, a participação era muito grande na educação, questão se havia vaga pra creche, a gente sabia que a Educação Infantil, o município bancava 100 por cento, não existia investimento do governo estadual e nem federal, na época não se investia. Hoje não, hoje trabalhamos com o FUNDEB, na época da Dorcelina existia FUNDEF, então o município tinha que bancar 100% da Educação Infantil, e bancava com qualidade: merenda, uniforme, hoje tá tendo uma decaída, a gente percebe que tá, não tá a mesma coisa. [...]

[...] Até a questão no Carlos Chagas existe uma diferença, uma diferença muito grande em relação aos outros municípios, que é o ensino noturno diferenciada, com metodologia diferenciada pra adultos, tão popular e o pessoal que chegava lá de Brasília, quando ... Não havia recurso pro aluno da noite, nós mantivemos com o ciclo, na época era ciclo, nós mantivemos ciclo com ensino diferenciado pra adulto, que foi aprovado pelo conselho estadual da educação, que foi pra Brasília, começou a receber subsídio... Na época era assim, na época o ensino noturno não vinha dinheiro do FUNDEB na época era recurso, não vinha recursos pros adultos, só que a escola não tinha autorização pra funcionar EJA, não sei como funcionava e nós criamos ciclo noturno, com metodologia diferenciada, a faixa etária à noite era 30, 40, 50 anos entendeu?...[...]

A perspectiva presente no primeiro fragmento dizia respeito à educação informal, uma vez que envolvia a sociedade civil, por meio das reuniões do orçamento participativo, a população era informada sobre as necessidades da escola, e discutia e resolvia como investir para melhorar as condições de ensino. Havia ações estratégicas para a garantia de que as verbas fossem destinadas prioritariamente para educação. Ele destacou a Educação Infantil, que era toda mantida pela prefeitura, como já foi narrado pela secretária de educação.

O outro fragmento destacado foi importante, pois o professor relatou o fato de Mundo Novo ser um município inovador no Estado, na questão do ensino noturno. Houve, segundo o professor, um movimento para aprovação do ciclo noturno, e o projeto recebeu, posteriormente, recursos do governo federal. Uma vez que essa modalidade não recebia subsídio e funcionava assim mesmo, adotando uma metodologia diferenciada. A memória do narrador recuperou a luta pela implantação do ciclo no ensino noturno, pois este estava mais próximo de seu cotidiano escolar, como professor deste período, suas lembranças remeteram a essa conquista educacional.

A narrativa da coordenadora do programa Bolsa-Escola esteve repleta de informações sobre a educação informal, pois a memória que relatou estava emocionalmente ligada ao contexto narrado (TUMA, 2007), como coordenadora, foi co-responsável pela construção do projeto educacional junto a comunidade de mães. Destacamos alguns fragmentos ricos em detalhes do contato da narradora com essas mulheres:

(Refere-se às mães do programa bolsa-escola) [...] Mães que antes nem escovar os dentes sabiam, socializávamos, como que essas mães iam educar seus filhos a escola podia dar a escova e elas podiam quebrar essa escova porque não sabiam a serventia daquilo, mães analfabetas muitas delas brasiguaias, brasileiros que saiam do Paraguai e voltavam pra casa, hoje estas mulheres estão por ai estudando, trabalhando, muitas estão no ensino médio, na faculdade,...[...]

[...] (sobre o bolsa-escola) Trabalhávamos por meio de reuniões mensais e quinzenais discutindo um assunto político, educacional polemico da atualidade; hoje vamos discutir a autoridade do pai, discutia só sobre a autoridade do pai na família, as mães falavam, falavam, falavam, a gente orientava. Na outra reunião a gente ia discutir postura sexual da mulher, discutia os mais variados assuntos, na outra reunião a sexualidade da menina, na outra a sexualidade do filho homem, como os pais podem lidar como namoro

dos filhos a gente trabalhava a multidisciplinaridade, tudo isso a gente fazia, por isso que a bolsa-escola eram educadores professores, todos eram professores do estado, pedagogos, ficávamos entre duas a três horas reunidas, a gente fazia místicas pra introduzir os assuntos, pra todos ficarem envolvidos e participarem das discussões e dependendo do tema até a solução, usávamos os temas transversais dos PCNs... [...]

[...] ... a gente fazia círculo de discussão, as mães eram reunidas em grupos, porque eram cento e oitenta famílias e não cabia, a gente tinha quinze grupos, cada dia era uma reunião com um grupo, o grupo não passava de vinte e cinco mães, pras discussões ficarem bem afetivas, né, a gente não tinha, a meta, a gente tinha projeto, tudo né, tudo que conduzia nosso trabalho. [...]

No primeiro fragmento, a coordenadora do programa destacou as condições precárias de formação humana das mães e a necessidade de educar não apenas as crianças, pois as mulheres eram desprovidas das condições básicas de existência, não tinham espaço de identificação (HALL, 2005), pois não eram reconhecidas nem como brasileiras, nem como paraguaias, eram marginalizadas. O projeto educacional gerou conquistas para essas mulheres, conforme a narrativa: “... hoje estas mulheres estão por aí, estudando, trabalhando, muitas estão no ensino médio, na faculdade...”

No segundo e terceiro fragmentos, a coordenadora narrou a metodologia e os procedimentos pedagógicos para trabalhar o projeto educacional. O primeiro passo para o envolvimento da comunidade vinha por meio das místicas para introdução dos assuntos (motivação); o segundo passo dizia respeito às matrizes curriculares da educação formal, PCNs (temas transversais); no terceiro passo eram abordados os conteúdos, que são relacionados com a problemática social vivida pela comunidade; no quarto passo refletia-se sobre os problemas da comunidade. O ponto culminante das reuniões era o quinto passo, no momento da abertura do espaço de discussão, no qual todos falavam.

É importante ressaltar que o exercício da prática pedagógica, que vinculava o projeto educacional de Mundo Novo aos princípios pedagógicos do MST, provocava a conscientização e despertava o compromisso e a responsabilidade social, como afirma Marx (1987) “as circunstâncias fazem o sujeito, assim como, o sujeito faz as circunstâncias.” Compreendendo esta afirmação podemos entender as nossas práticas pedagógicas, nas relações que permeiam o sujeito, enxergando as

duas dimensões numa só, ou seja, ver as práticas pedagógicas do MST e ver o MST nas práticas pedagógicas.

Esses fragmentos confirmaram a discussão que apresentamos de que o projeto político era um projeto educacional, fazia o ensino formal e informal, ao educar a população. A narrativa da coordenadora do programa destacou a diferença entre a concepção de educação mercadológica e a concepção de educação com a valorização da formação humana. Ela afirmou: “... A gente não tinha meta, a gente tinha projeto, tudo né, tudo que conduzia nosso trabalho.”

[...] Olha o projeto político pedagógico da escola ele, ele, a mudança que ele trouxe, eu acho que ele deu um caráter mais organizativo pra educação, né, de organização do espaço escolar, dos direitos e deveres de alunos, dos educadores, né, a contribuição deles, assim, que a gente viu mais foi nesse sentido, o que a gente viu, por exemplo, depois veio a questão do conselho tutelar: isso pode, isso não pode fazer com o aluno, aquilo pode, aquilo não pode, na questão organizativa, ainda deixou muito a desejar na questão evolução didática pedagógica. [...]

[...] Significou assim, a população ela teve conhecimento que ela tinha muito mais direito, e esse direito tinha como valer, tinha como vir, porque as crianças do município de Mundo Novo, hoje, acho que noventa por cento está envolvida com esporte, porque tem quadra de esporte, parquinho pra tudo quanto é lado. Tem professor de futebol, e professor disso, professor daquilo, professor de judô, o professor de atletismo, tem tudo. Só que hoje não existe mais, o OP não existe mais, acabou. [...]

[...] Não havia plano de cargos e carreiras, começou a ser discutido no governo da Dorcelina, e depois... mataram a Dorcelina, e depois parou tudo né, depois do governo do Kléber, ele ficou de dez, onze meses ficou parado. Depois no governo do Humberto começou a ser discutido de novo, mas tá em fase de implantação, não foi implantado ainda. Não existe ainda. Nós tentamos... em participar enquanto sindicato, montar comissão, nós montamos uma comissão prá participar, não existe plano, inclusive a nossa grande briga, a nossa grande briga é pra incluir a educação infantil no plano de cargos e carreiras foi essa. Desde a época da Dorcelina não foi implantado ainda, não foi votado o plano de cargos e carreiras, do magistério tem, mas do município como um todo não tem. [...]

No fragmento acima, apareceu novamente a afirmativa da construção de um projeto político pedagógico, no interior da escola, que como já dissemos não foi encontrado registro formal do mesmo, embora a atuação dos professores atestasse sua existência. A coordenadora do programa Bolsa-Escola considerou que este projeto tinha um caráter de organização do espaço escolar,

apresentado em um currículo “oculto”, um projeto “oculto”, o que representou sua materialização independente de sua formalização. No fragmento seguinte, a narradora destacou a importância da infra-estrutura do esporte na contribuição para a inclusão social de crianças e jovens, para a formação da cidadania.

No último fragmento do relato, a memória voltou-se para as questões sindicais, nas quais ela era atuante, por isso suas recordações das lutas para inclusão do Ensino Infantil, no plano de cargos e carreiras, estiveram tão nítidas, em outros depoimentos a Educação Infantil apareceu sob o ponto de vista do atendimento a criança, mas não das conquistas dos direitos trabalhistas.

As narrativas apontaram a construção de um projeto político educacional, que buscava a transformação dos sujeitos sociais, portanto, quando o sujeito social se apropriava da informação, do conhecimento, seja em qualquer instância, em quaisquer circunstâncias, ele mudava sua perspectiva sobre o mundo que o cercava. O conhecimento informal desencadeia a descoberta do conhecimento intelectual, este por sua vez permite-nos uma leitura de mundo que vai além dos signos, além da escrita, nos permite ter uma leitura de mediação, ter uma perspectiva crítica em relação ao que somos e ao que queremos na construção da nossa postura ideológica e política.

#### 3.4 ORÇAMENTO PARTICIPATIVO E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

O exercício da cidadania, propiciado pelo orçamento participativo (O. P.) permitiu à sociedade fazer escolhas, que provocaram a transformação dos sujeitos de consentimento social em sujeitos de transformação social. Segundo Caldart (2004, p. 106):

[...] A formação não se dá pela assimilação de discursos, mas fundamentalmente, pela vivência pessoal em ações de luta social, cuja força educativa costuma ser proporcional ao grau de ruptura que estabelece com padrões anteriores de existência social destes trabalhadores e destas trabalhadoras exatamente porque isto exige a elaboração de novas sínteses culturais.

O projeto político educacional visava a articulação da participação popular, exercitando a prática pedagógica de fazer escolhas, de decidir e fiscalizar o bem público, para o bem comum, o O. P. era um dos seus instrumentos de ação social. Objetivava a melhoria da qualidade de vida de todos os segmentos sociais, beneficiando a sociedade. Nesta época, a educação recebeu investimentos financeiros, que possibilitaram a implementação do projeto educacional em sua estrutura física e pedagógica.

O relato do vereador sobre o O. P estava mais centrado em sua organização, distribuição financeira e participação popular, sua memória não se vinculava a um segmento específico, mas a condução dos trabalhos e aos investimentos feitos pela prefeitura.

(relação do O. P. com o pé no bairro) [...] Ele organizava, fazia corte de cabelo, levava o médico, o pé no bairro pegava toda a estrutura da prefeitura, da prefeitura e levava ela pro bairro, pra prestar serviço lá, e daí nós aproveitávamos esse momento, a gente tinha telão, porque a gente já fazia uma tamanha prestação de contas, naquele período. Isso, nós já fazíamos uma prestação de contas bem grande no bairro, e aí, levava show artístico, pra também chamar mais a população, e fazia aquela prestação de contas, pra mostrar pra população onde que tava sendo gasto o dinheiro que eles decidiam lá, nas assembléias do O. P. [...]

(aplicação dos royalties) [...] Não, o primeiro mandato da Dorcelina era debatido setenta por cento só dos royalties, não era nem cem por cento dos royalties, que era a nossa receita maior, por exemplo, o município arrecadava um milhão ao total, desse um milhão, vinha uns trezentos mil de royalties, então, discutia-se setenta por cento desses trezentos mil dos royalties. E com os setecentos mil reais, não se discutia, aí quem debatia esse dinheiro era o conselho político, que era formado pela prefeita, vice-prefeito, e alguns secretários, né, o conselho político, eram cinco ou seis pessoas, que tinham que tomar a decisão rápido, reunir esse conselho, e pelo conselho administrativo, que era formado por todos os secretários e todos os diretores de departamento. [...]

A narrativa, no primeiro fragmento, comprovou o que dissemos no segundo capítulo, quando relatamos a construção do O. P., as reuniões aconteciam nos bairros, com o projeto “pé no bairro”, a prefeitura deslocava-se, em um “governo itinerante”, que prestava contas a comunidade. Segundo o vereador, era importante a mobilização popular, pois quanto maior o envolvimento, melhor, “pra mostrar pra população onde que tava sendo gasto o dinheiro que eles decidiam lá”, no O. P.

O segundo fragmento diz respeito aos recursos destinados aos municípios lindeiros, os royalties, o vereador apresentou uma versão diferente dos outros narradores, quando se tratou dos recursos financeiros do município, discutidos nas plenárias do O. P., segundo ele, apenas setenta por cento da arrecadação eram disponibilizados nas assembléias, para a aplicação nas prioridades. Na narrativa dos outros encontramos que o orçamento era discutido cem por cento no O. P., pelos segmentos. Cabe destacar que o entrevistado tinha acesso ao orçamento como um todo, e não apenas ao que era destinado a educação.

[...] Porque a partir do momento que você leva informação de como funciona a prefeitura, quanto que arrecada, quanto que você gastou, você também tá, também fazendo a pessoa um cidadão mais informado, mais que participa. E a questão que você falou de... que são pessoas simples, mas olha Adma, por mais simples que a pessoa seja, ela sabe o que quer, ela sabe o que quer, e ela sabe o que é melhor pra vida dela. [...]

[...] Uma das coisas, assim, que a gente sentia, que... que era uma das dificuldades, que era a questão orçamentária, por quê? Depois que você abre pra população, a população tem em mente o seguinte: eu vou poder escolher o que eu quero, o que nós queremos, isso vai ser executado. Entendeu? E não é bem assim, porque a gente abre o debate, discute, mas nós temos os limites orçamentários, tem entraves de leis, porque nós temos que respeitar as leis, ué, tem lei de responsabilidade fiscal, tem lei não sei do que, isso aí às vezes travava, travava, e não executava o projeto, não executava o projeto. [...]

Nos dois últimos fragmentos, destacamos na narrativa do vereador a questão da educação da população, pois a necessidade de fazê-la compreender o funcionamento da máquina pública, para melhor atender as demandas trazidas pelas pessoas, dificultava o trabalho do O. P. A abertura das contas públicas e o exercício de explicar os investimentos, por meio dos debates, das discussões, e decidir a aplicação, com a conseqüente fiscalização, era ação educacional.

A perspectiva da narrativa da secretária de educação sobre o O. P. foi mais educacional, sobre os investimentos na melhoria da qualidade de ensino no município, destacando a ampliação dos recursos destinados a educação.

[...] Todos ficavam felizes, mais confiança, pois havia muita seriedade e transparência, suas prioridades eram atendidas pela comunidade. O dinheiro estava sendo gasto, os 25% eram gastos da

educação tem ano que foi gasto mais de 30% houve ano que as necessidades eram tantas que tinha ano que gastávamos 34% com educação, não era gasto e sim investimentos. O importante que não. Tenho certeza que era investido na educação, o que era da educação era da educação. Chamávamos os professores pra discutir, o Fundef, pois houve sobras no final do ano, chamamos o secretário de finanças, contadores o técnico em contabilidade porque não dava pra fazer o rateio, na realidade o Fundef não cobria o pagamento dos professores, sempre necessitava do dinheiro do município e dos royalties. A prefeitura para mostrar que não dava pra fazer o rateio, democraticamente promovia um foro de esclarecimento mostrando em números o custeio da máquina pública, porque que não dava pra fazer o rateio. Pois uma coisa fundamental que a Dorcelina dizia é que era necessário, fazer as pessoas entender a máquina pública, eles passaram a compreender como funcionava o custo econômico, a arrecadação, a divisão dos recursos, o valor gasto em cada setor e apresentava a população no meio da praça pública todo mês para a população. A verdadeira política é o que decide a nossa vida, jamais pode ser desvinculada da educação. [...]

[...] Os royalties fizeram a grande diferença, propiciou a devolução pra sociedade daquilo que era dela, basicamente toda estrutura na melhoria geral de todas as escolas da rede municipal e a credibilidade de pais, administrativos e professores daquela comunidade que começaram acreditar que o bem do poder público pode voltar para o povo, por meio da ética da transparência e a credibilidade foi fundamental, melhorou muito... muito... muito esta questão educacional[...]

A narrativa, da secretária de educação do município, destacou como era importante o envolvimento da comunidade para que esta compreendesse a necessidade de investir na educação, segundo ela “houve ano que as necessidades eram tantas que tinha ano que gastávamos 34% com educação, não era gasto e sim investimentos”. Essa declaração nos reporta ao que dissemos no primeiro e segundo capítulos, sobre a inversão de prioridades e investimento na formação do homem, para a consolidação do projeto de educar a sociedade mundonovense. Segundo a narradora, “A verdadeira política é que o decide a nossa vida, jamais pode ser desvinculada da educação.”

Ao selecionarmos esses dois fragmentos, nosso objetivo era demonstrar que, a gestora sabia que a verba destinada a educação era apenas os vinte e cinco por cento, mas que com a ampliação dos recursos da prefeitura, representada pela arrecadação dos royalties, foi possível melhorar todo o sistema educacional, e que a administração pública de Dorcelina fez toda a diferença, pois

segundo nossa narradora “Os royalties fizeram a grande diferença, propiciou a devolução pra sociedade daquilo que era dela...”

As narrativas da diretora e do professor foram também ligadas aos investimentos na educação, o O. P. representava um instrumento de luta, pois a participação dos educadores nos fóruns garantia o aumento dos investimentos na educação. A seguir, a narrativa da diretora:

[...] Não, como antes não tudo era decidido pelo OP, hoje só a administração direta decide tudo, tanto de bairro quanto os problemas da escola, hoje isto não acontece. Embora muitos professores fossem guerreiros e estão atentos pelas conquistas da época, uma das conquistas é de não perderem as eleições diretas pra diretores. Não se ouve a classe do magistério como antes [...]

[...] Lógico que ele foi muito importante, ele foi aplicado na área rural, e tinha fins educacionais por meio das palestras, em trazer informações como a faixa de reflorestamento que deveria margear o rio Paraná, haviam projetos que foram viabilizados, pelos recursos dos royalties, como por ex. as curvas de rio que facilitava a agricultura familiar, incentivando novas culturas e a nossa criança vinha mais bem alimentada, isso tudo era com o dinheiro dos royalties. Os royalties significaram um grande avanço, pois complementavam os recursos destinados a educação, e na época não era desviado, era investido na educação e contávamos com os incentivos dos tributos da prefeitura,... [...]

O presente relato destacou a questão da transparência na execução do orçamento, pois havia a divulgação sobre a arrecadação do município, propiciado pela gestão de Dorcelina. Houve a garantia do destino dos incentivos representados pelos royalties, “pois complementava os recursos destinados a educação, e na época não era desviado, era investido na educação...”

Ainda sobre o OP. e os investimentos na educação, o professor comentou o seguinte:

[...] Os royalties na época fizeram a diferença na educação, depois não, mas no começo fizeram, porque a educação não tinha estrutura pra nada, não tinha carros, poucos professores eram formados, no esporte não tinha nada. Os royalties, eles entraram, assim, os royalties, eles entraram assim na questão da educação, educação municipal [...]

[...] O financiamento sempre passou dos 25,26, 27%, nunca abaixo dos 25 nunca abaixo dos 25 sempre ultrapassou a 25 % em relação ao financiamento eu sei porque tudo era exposto em grandes placas

na região central da cidade, este dado e outros investimentos do municípios decidido pelo O.P; pra você tinha mês que chegava 29%.

[...] Eu acho que o orçamento participativo foi o carro Chefe da administração em todas as áreas, existia vários segmentos dentro do O.P da saúde, do agricultor, das instituições, não governamentais, tipo FOCA, patrulha mirim, APAE, todos participavam todos podiam ir lá frente participar do debate, todo mundo exercia sua cidadania discutia sobre saúde, sobre educação, sobre asfalto, sobre educação, todas as áreas. [...]

As narrativas da diretora e do professor foram consensuais no que diz respeito ao aumento dos investimentos na educação. Consideraram que o O.P. representava um espaço de participação e garantia de cidadania, com a ampliação de recursos destinados a educação, por meio da participação dos professores. A memória individual que é um ponto de vista sobre a memória coletiva, segundo Halbwachs (2004), neste caso foi complementar, pois embora os entrevistados nos narrem de perspectivas diferentes, o destaque foi o mesmo, a melhoria da educação.

Acerca do orçamento participativo e os investimentos na educação, a coordenadora do programa Bolsa-Escola narrou da perspectiva de quem participava ativamente das decisões nas assembleias, como conselheira.

[...] Todo orçamento do município foi discutido no OP, todo o orçamento do município foi discutido no O.P, cem por cento do orçamento, do dinheiro do município é discutido lá, inclusive o salário dos servidores, aumento e tudo do município foi discutido no O.P. Eu era conselheira do O.P fui por dois mandatos, como o dinheiro de tudo foi canalizado de pra lá, lá a gente dizia quanto o que a gente ia comprar, o que ia comprar, que setor era votado pelos conselheiros e com isso a educação ganhou muito em qualidade, fazíamos reuniões coletivas no sindicato, juntamente com professores, funcionários e pais, pra levantar o que eles queriam o que era prioritário pra educação pra aquele ano, ali depois levantasse as prioridades e estas prioridades eram encaminhadas para o conselheiro e o conselheiro representado a educação que era eleito no sindicato. [...]

Destacamos a narrativa da coordenadora do programa por considerar seu envolvimento na gestão de Dorcelina, como coordenadora do programa bolsa-escola, e como representante dos professores no O.P., sua perspectiva, portanto, estava carregada de emoção, e por isso declarou “todo o orçamento do município foi discutido no O.P, cem por cento do orçamento, do dinheiro do município é discutido lá”. Essa declaração nos chamou a atenção, pois

no relato do vereador, transcrito acima, ele afirmou que na gestão de Dorcelina foi discutido no O.P. apenas setenta por cento do orçamento. A diferença nas informações pode ser provocada por que a memória da coordenadora, mais envolvida emocionalmente com o projeto educacional, a fez esquecer que não eram os cem por cento.

Os relatos da superintendente de educação e do secretário de educação estaduais foram mais no sentido de destacar a democratização da gestão, a partir da participação popular nos mecanismos de decisão, via orçamento participativo. A narrativa da superintendente destacou o seguinte:

Cidadania só tem sentido se houver participação, poder de decisão. Isso pressupõe que ela possa ser exercida em todas as instancias. E a sociedade civil tem o poder de fazer com que os direitos políticos sejam colocados em prática, pois seu papel é exercer o movimento contra hegemônico, buscando modificar a estrutura sócio-histórica-política-econômica hegemônica vigente para se alcançar um outro patamar de sociedade.

O destaque da narrativa do secretário de educação visou mais a gestão da Dorcelina:

Dorcelina, enfim, fez a diferença como prefeita, projetando o município de Mundo Novo pela forma democrática de decidir as prioridades da administração e pela inversão de prioridades, primando pela qualidade dos serviços públicos. Era exemplo, no estado e no país, do modo petista de governar.

O relato da superintendente de educação destacou a questão da participação popular, do poder exercido em prol da coletividade, o conceito de que a educação é um ato político, que deve ser usado para romper com a estrutura hegemônica de poder, exercida pela elite dominante, como discutida nos capítulos anteriores. Na narrativa do secretário de educação houve destaque para a inversão de prioridades na gestão dos bens públicos, pois o governo de Dorcelina representou um modelo de administração, do projeto político educacional do PT, para o Estado e o país.

### 3.5 INFLUÊNCIA DO PROJETO POLÍTICO EDUCACIONAL NO ESTADO E SUAS DIFICULDADES

Os benefícios do projeto político educacional não se restringiram somente à cidade de Mundo Novo, ele influenciou na construção de políticas de inclusão social, em âmbito estadual e nacional. A forma de gestão do governo participativo representou uma opção na maneira de gerenciar os bens públicos, com um modelo que incluía a população marginalizada.

Selecionamos do relato do vereador dois fragmentos, que destacam a influência do projeto político, mais especificamente em âmbito educacional.

[...] Eu acho que influenciou sim, na questão das estruturas, começou a acordar, saber que um município pequenino com uma pequena arrecadação tinha como melhorar deixar as escolas lindas, bonitas pra sua população as pessoas embora pobres sentissem valorizadas, rompendo com o pensamento dominante. [...]

[...] pra você ter uma idéia, influenciou na política salarial do estado, o transporte escolar porque o estado assumiu o transporte com mais eficiência, fazendo parceria com os municípios, isto faz até hoje... [...]

A narrativa do vereador considerou a importância das modificações na infra-estrutura física das escolas, os investimentos feitos na periferia representaram a valorização de toda a comunidade, mesmo as mais carentes, que passaram a ter escolas bem equipadas. Essa inversão nas prioridades rompeu com as práticas anteriores a 1997, e se tornou referência para o Estado. No segundo recorte, o vereador relatou sobre a valorização do magistério, com aumento dos salários, o que foi polêmico, pois os professores dos outros municípios e da rede estadual de ensino passaram a reivindicar melhores condições de trabalho.

As narrativas da diretora e da coordenadora do programa Bolsa-Escola contemplaram não apenas a educação, mas como as políticas públicas de atendimento as necessidades da população mais carente representaram um modelo a ser seguido. No relato da diretora encontramos as seguintes informações:

[...] Acredito que sim, direto outros políticos vinham nos visitar, e dizia que as escolas de Mundo Novo eram referência, isto é uma escola modelo, era tudo decidido de forma democrática, citamos ela nas nossas falas quando estamos fora. O projeto educacional inspirou a constituinte escolar do Estado e depois outros projetos como prêmio

Dorcelina vive, dado aos que se destacavam sobre as causas sociais. O município era inovador, com as parcerias com estado, exemplo dos elevadores no parque dos poderes, na governadoria e secretarias. Depois desse projeto paralelamente houve mudanças no Ensino Infantil do estado, um movimento a nível de estado, no estado cresceu-se muito o Centro de Educação Infantil, ampliando hoje o benefício do MEC que contempla os municípios do Cone-Sul. Houve capacitação da secretaria da educação vieram técnicos que orientavam os conselheiros, dizendo que nossas propostas deveriam estar embasadas na legislação vigente, pois não adiantava a comunidade só querer, mas sim conhecer a legislação para que estas acontecessem. [...]

No relato da diretora destacamos o modelo da Educação Infantil de Mundo Novo, pois foi a partir das iniciativas do município, no sentido de incluir esse nível de ensino como de atendimento obrigatório, que provocaram discussões e mudanças, resultando na criação de políticas de financiamento nos municípios circunvizinhos e no Estado.

A coordenadora do programa destacou as conquistas do projeto político educacional, que influenciaram o projeto político do estado.

[...] Esta idéia nasceu daqui, isto eu tenho certeza depois ele foi para o estado, as políticas de inclusão pros deficientes, as políticas de emancipação da mulher no Estado, o O.P do estado, a criação do dia contra corrupção, a favor da ética do bem público, dia 30 de outubro, dia do assassinato da Dorcelina e muito outros que estão no encarte, do dia Municipal de luta e combate a Violência[...]

O relato acima se referiu mais às políticas sociais, pois a gestão de Dorcelina conseguiu priorizar as políticas de inclusão social, que não tinham muita visibilidade no cenário nacional, principalmente dos direitos dos deficientes, a data de sua morte marcou o início de uma luta estadual a favor da vida.

As narrativas da superintendente de educação e do secretário de educação destacaram a influência do projeto político nas políticas educacionais do Estado. Sobre essa questão, a superintendente manifestou-se da seguinte forma:

[...] Em minha opinião acredito que quem exerceu influencia fundamental tanto na política de educação quanto na política de gênero foi a mulher, professora e militante política Dorcelina Folador. Lembro-me que na questão de gênero ela foi um exemplo a ser seguido, tanto que a coordenadoria de políticas pública para a mulher elaborou vários trabalhos a partir dessa influência. Eu pessoalmente coordenei a criação de um prêmio instituído pela

Secretaria de Estado de Gestão Pública, Prêmio Dorcelina Folador, com o objetivo de premiar os melhores artigos que tivesse como tema a questão de gênero. Esses trabalhos resultaram em publicação de revista pela coordenadoria da mulher. O simbolismo, a mensagem que ficou com a morte de Dorcelina Folador de uma forma tão brutal foi justamente da mulher sensível, guerreira e que enfrentou as maiores dificuldades para defender uma política pública tendo como base a justiça.[...]

Para o secretário de educação, o projeto político educacional de Mundo Novo foi o início da implantação no Estado de um modelo de políticas de inclusão.

[...] A frente da Prefeitura Municipal de Mundo Novo, tornou-se referência de Administração com participação popular, de respeito no trato da coisa pública e de prioridade para as políticas sociais. Foi pioneira no estado na implantação de programas sociais como Bolsa Escola, Agroindústria familiar, Casa da Mulher Gestante, Roça Comunitária, além do Orçamento Participativo. [...]

No relato da superintendente a ênfase foi dada a questão das políticas públicas, em especial a questão de gênero, pois Dorcelina representou uma mudança na política sul-mato-grossense, uma mulher deficiente, oriunda dos movimentos sociais, professora, chegou ao poder em um município com conflitos agrários, com um modelo patriarcal e excludente. Já o relato do secretário sintetizou todas as ações implementadas em termos de políticas sociais, de atendimento aos menos favorecidos.

Em Mundo Novo havia, na gestão de Dorcelina, uma preocupação em construir uma sociedade responsável no trato com os bens públicos, que respeitasse o homem, conforme conceituamos no primeiro capítulo, tentando combater os instrumentos de coerção e preconceitos autocráticos, por meio da organização coletiva (SIMIONATTO, 2004). As práticas inseridas nos movimentos sociais propiciaram a formação de lideranças, imbuídas na construção de projetos sociais.

No entanto, o projeto educacional foi apenas iniciado, a sua breve existência pode ser atribuída alguns pontos falhos, que não puderam ser lapidados. Selecionamos algumas narrativas, que representam o consenso entre os entrevistados a esse respeito.

Em sua narrativa a diretora apontou os seguintes problemas:

[...] Depredação de um parque infantil próximo a escola, por possuir muro, o parquinho não ficou dentro da escola... Hoje não se tem mais. Não deu certo porque a comunidade não cuidou, precisava de uma bola a população carente levava a bola... Precisava de um arame ela ia lá à noite e cortava o arame e levava... assim não deu certo. [...]

[...] Interrupção do projeto educacional, após a morte da Dorcelina, embora houvesse a retomada do PT nas próximas eleições, houve uma interrupção de dois anos até que o PT retomasse ao poder, retomou com outro fôlego. [...]

O relato da diretora apontou problemas referentes a manutenção da estrutura física sem vigilância, e da necessidade de capacitação docente, além de questionar até que ponto a população tinha condições de compreender a extensão dos investimentos e o custo da manutenção do bem público, pois essa aprendizagem só acontece a longo prazo. No segundo fragmento destacamos a questão da interrupção do projeto que foi lembrada por todos os entrevistados.

A seguir, de acordo com o professor, os pontos negativos foram: “[...] Negativo eu acho que foi a questão assim, que era de organizar a sociedade pra participar, sabe... porque tem muita gente que critica, e pouca gente que na hora participa das questões, várias, sabe, que participa [...].”

O relato destacou a participação popular, que para ele, em muitos momentos, não era efetiva. Essa narrativa foi diferente em relação aos outros, que apontavam a participação de todos os envolvidos, principalmente do setor educacional.

A coordenadora do programa Bolsa-Escola narrou as seguintes dificuldades:

[...] Ai aconteceu que a escola recebeu toda essa injeção financeira, e os educadores não sabiam o que fazer com tanto material didático, com tanto recurso didático e de repente não tinha um estudo de como trabalhar com tantos recursos, começou a perceber o desperdício de material, os professores começaram a ficar encurralados (esta é a minha visão) com cobrança da secretaria e o professor não sabia o que fazer, é a mesma coisa do professor que toma a tabuada com a régua na lousa e depois jogam o computador na frente dele e ele não sabe o que fazer, ele tem dificuldade de lidar com aquele recurso. [...]

A narrativa ressaltou a questão de que houve muito investimento na escola, mas que o tempo para a formação dos professores foi insuficiente, para que

pudessem usufruir de todo o aparato disponível. A sobra de materiais apareceu na fala de mais duas narradoras.

O exercício da cidadania, que se tentou implementar em Mundo Novo, cumpriria com objetivo de educar o homem quando, diante das conquistas educacionais, este compreendesse que a política e a educação não se separam e sim se entrelaçam.

As memórias, individual e coletiva, dos narradores estão interligadas, pois pertencentes a um mesmo fenômeno, a um mesmo grupo social, onde cada sujeito colheu o que foi mais representativo para ele naquele momento, o tempo e o espaço são revividos como se fossem fatos presentes, mas segundo Halbwachs (2004) são dependentes dos interesses atuais de quem narrou a história.

Retomando em memória o espaço e a época vivida de 1997 a 2000, foi como se o tempo parasse, pois a relação do passado com o presente foi permeada por lembranças que se cruzavam e se complementavam, não tendo uma única identidade, mas uma identificação individual, a qual é valiosíssima para compor a identificação coletiva (HALL, 2005).

Acreditamos que o homem só superará as desigualdades sociais quando todos puderem usufruir o bem comum. Parece utopia, já que vivemos numa sociedade de consumo, na qual tudo é descartado, onde as memórias são apagadas - não é que nos esqueçamos, mas nos fazem esquecer. As histórias, embora sendo fecundas, são esquecidas em detrimento de uma ideologia mercadológica em que as instituições são "Aparelho reprodutor do Estado" (SAVIANI, 2007). Superar esse modelo é o grande desafio da humanidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história abordada no trabalho é a do homem, constituída pela luta de classes, história de um sistema excludente. O homem contemporâneo tem um grande desafio, a superação do modelo mercadológico, imposto pelo capital, o qual é representado hoje pelos Organismos Internacionais que influenciam todas as nações. Por sua imposição de mercado, que desvaloriza o homem, provocando exclusão e desigualdade, marginalizando muitos em favor de poucos.

Esta forma de organização mundial é decorrente do modo de produção capitalista, que centraliza o capital na mão de poucos, e que precisa gerar a desigualdade para sobreviver, aliás, o que garante a manutenção do capital é o seu poder de reinvenção, que gera a máquina de produção da miséria humana. Esta relação se constitui por meio dos aparelhos ideológicos do Estado, que retiram o valor humano, na construção do sujeito crítico.

No Brasil este modelo não é diferente, nosso país é considerado um mercado emergente, que tem acordos e obrigações com os organismos econômicos, os quais responsabilizam os setores sociais por suas crises, geradas pela individualidade e competitividade, colocando os setores sociais em uma condição de inferioridade.

Portanto, o capitalismo reinventado no neoliberalismo aprisiona ainda mais o trabalhador, que sofre com os ajustes estruturais: na economia, na saúde, na educação no trabalho. O Estado, ao ajustar-se a esse modelo, deixa a desejar quanto a política de inclusão social, gerando mais desigualdades no sistema. Ao favorecer o mercado, desencadeia uma crise de emprego, criando a chamada “reserva de exército” que é o excesso de mão de obra, a qual o próprio mercado não suporta. Deste modelo decorrem reformas sociais que desmobilizam as categorias trabalhistas diante das lutas de classe.

Ao tratar do sistema educacional, o modelo neoliberal dita normas e reformas ao ensino brasileiro, normas estas que democratizam o ensino, mas não garantem o acesso, e a permanência dos trabalhadores ao ensino de qualidade. Assim, o capital continua impondo a dualidade do ensino, para a classe trabalhadora e para a elite.

Os problemas que vivemos na área educacional são os que reportam às estruturas econômicas de investimento na educação. Diante do quadro de exclusão social, a educação brasileira sofre com as imposições do mercado econômico, que privilegia uma concepção de educação que não promove o processo de formação humana. Neste cenário é imprescindível a construção de referenciais e de políticas de inclusão social, nas quais os sujeitos sociais que estão a margem, que fazem parte da diversidade da sociedade brasileira, sejam chamados a participar e se inserir em diferentes espaços sociais.

A implementação de políticas de inclusão, principalmente de políticas educacionais, deve promover a transformação social e não o consentimento social, estes homens e mulheres que precisam ser incluídos são: deficientes, negros, índios, homossexuais, lésbicas, sem-terras, sem tetos, analfabetos, enfim todos aqueles que estão a margem da sociedade.

A experiência vivenciada em Mundo Novo, no período de 1997 a 2000, sob a gestão administrativa da prefeita Dorcelina de Oliveira Folador, configurou-se como uma proposta de governo que priorizava as políticas de inclusão. Nossa pesquisa constatou a existência de um projeto político educacional, inspirado no fazer dos movimentos sociais, que se constituía como agente formador educacional da população mundonovense. Sua implementação foi interrompida, mas deixou como legado o exemplo de probidade administrativa e as memórias dos que acreditaram na materialização do projeto político educacional.

Ao responsabilizar a sociedade civil, na construção do projeto político educacional, por meio do instrumento do O. P., a administração garantiu o exercício de decisão democrática, na busca contínua da justiça social. A participação popular nos mecanismos de decisão provocou a inversão das prioridades de gestão e investimento. Esta inversão contemplou a educação com a ampliação de financiamento destinada a ela, emancipando o homem.

A aproximação das categorias organizadas da população permitiu o aprendizado do exercício da democracia participativa, pois a cultura das decisões coletivas, com a efetiva cobrança da aplicação dos recursos orçados nas plenárias do O.P., constituiu-se como agente formador da população. Ao ensinar que a construção de um projeto coletivo é capaz de reverter a ordem do individualismo e transformar a realidade, educou-se o povo, que foi orientado e passou a atuar nas decisões das políticas públicas, durante o período estudado.

Esta participação popular, representada pela atuação organizada dos trabalhadores em educação, nas plenárias do O.P., provocou a compreensão da necessidade de ampliação dos investimentos para a melhoria da educação na escola. Estes recursos fizeram a diferença, pois os investimentos impulsionaram o projeto educacional. A concepção de educação visava a formação global do cidadão, seu papel fundamental é de responsabilidade do coletivo social, promovendo não só o direito a educação mas a universalização da mesma. Promovendo e responsabilizando a família, para a valorização da educação diante da sociedade.

Acreditamos que as conquistas estruturais e logísticas na educação, no período pesquisado, só foram possíveis pelo aumento do incentivo financeiro no município de Mundo Novo, a ampliação do financiamento da educação fez a diferença. Embora o projeto político pedagógico não tenha sido formalizado, o resgate da memória de alguns de seus sujeitos evidencia que não se pode negar sua existência.

Há que se destacar que um dos problemas detectados na pesquisa foi a questão da formação docente, por estar em construção, o projeto educacional viabilizou recursos e materiais, mas é preciso considerar o tempo de formação do profissional da educação, pois este é fundamental para o comprometimento com as estruturas e com a qualidade do projeto educativo. Embora a educação de Mundo Novo tivesse um dos melhores salários da categoria em nível municipal no Estado, o mesmo não acompanhou o desenvolvimento de capacitação dos profissionais. A necessidade da formação adequada e continuada, e os incentivos financeiros devem ser concomitantes, sempre considerando o tempo, como fator de médio e longo prazo, o que não ocorreu no processo de apropriação do saber e de avaliação, no caso do projeto educacional de Mundo Novo.

O projeto político educacional de Mundo Novo estava em processo de implantação no curto período da gestão de Dorcelina de Oliveira Folador, mas este não teve continuidade, pois a administração participativa foi interrompida pelo assassinato de sua mentora. Mesmo assim, sua breve administração influenciou a criação de projetos e prêmios no município, no estado de Mato Grosso do Sul e no exterior. Um dos programas implantados em Mundo Novo de forma pioneira no Estado foi o do Bolsa-Escola, que foi adotado pelo governo estadual. Com a morte de Dorcelina foram instituídos vários prêmios, destacamos o Prêmio Dorcelina

Folador, pois este tem como objetivo premiar os melhores artigos que abordam a questão de gênero, uma das bandeiras de luta defendidas por ela.

A repercussão da gestão administrativa de Dorcelina de Oliveira Folador no Estado proporcionou um avanço nas políticas públicas. A gestão participativa demonstrou ser possível a seriedade na administração do bem público, quando exercitamos a democracia participativa, na qual a defesa das políticas públicas é prioridade para a promoção da justiça social e educação da população.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- ALBANEZ, J. L. **Sobre o processo de ocupação e as relações de trabalho na agropecuária: o Extremo Sul de Mato Grosso (1940-1970)**. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – UFMS, Dourados.
- ARANDA, M. A. de M. **Projeto pedagógico e plano de desenvolvimento da escola**: buscando distinção. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Campo Grande: UFMS, 2001.
- AVRITZER, L.; NAVARRO, Z. (Org.). **A inovação democrática no Brasil**: o orçamento participativo. São Paulo: Cortez. 2003.
- BELLO, J. L. de P. **Educação no Brasil**: a história das rupturas em 2001. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro>>. Acesso em: 9 mar. 2007.
- BETTO, F. **E a reforma agrária?** 2007. Disponível em: <<http://www.mst.org.br>>. Acesso em: 20 jul. 2007.
- BITTAR, M. **Estado, educação e transição democrática em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Ed. UFMS, 1998.
- BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 9. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Tradução de Geni Vastman. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1993.
- BRANDÃO, C. R. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Conferência Mundial da Educação para todos**, Jomtien/ Tailândia. UNESCO, UNFPA e UNICEF. Brasília: MEC, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Plano decenal de educação para todos**. Brasília: MEC, 1994.
- BATISTA, P. N. **O consenso de Washington**: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- CALDART, R. S. **Pedagogia do movimento sem terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- CAMBI, F. **História da pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

CASTORINA, J. A. **O debate Piaget-Vigotsky**: A busca de um critério para sua avaliação. São Paulo: Ática, 1998.

COUTINHO, C. N. **A dualidade de poderes**: estado, revolução e democracia na teoria marxista. São Paulo: Brasiliense, 1997.

FARIAS, M. de F. L. **Acampamento América Rodrigues da Silva**: esperanças e desilusões na memória dos caminhantes que lutam pela terra. Dourados: Fundo de Investimentos Culturais de MS; Dinâmica, 2006.

FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 2004.

FERNANDES, M. D. E. **Políticas de educação**: a gestão Democrática na rede estadual de ensino em Mato Grosso do Sul. Dissertação (Mestrado) - Campo Grande, Mato Grosso do Sul, 1996.

FERNANDES, B. M.; STEDILE, J. P. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

FERNANDES, B. M. **MST - movimento dos trabalhadores rurais sem terra**: formação, e territorialização em São Paulo. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2003.

FERREIRA JUNIOR, A. **A FEPROSUL e a luta sindical dos professores estaduais de 1º e 2º Graus**: 1979 a 1986. 1992. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande.

FERRETTI, C. J. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, C. J. et al. **Novas tecnologias trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994.

FIORI, J. L. **Os modelos falsos**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

FREITAS, D. N. de. Sistemas e escolas de educação básica: entre democratizar e compartilhar a gestão. In: SENNA, Ester (Org.). **Trabalho, educação e política pública**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2003.

FRIGOTTO, G. (Org.). **Teoria e educação no labirinto do capital**. Petrópolis: Vozes, 2001.

GOHN, M. da G. **Movimentos sociais e educação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

GORNI, D. A. P. Ensino fundamental no Paraná (1985-1997): análises e perspectivas. In: HIDALGO, A. M.; SILVA, I. L. F. (Org.) **Educação e Estado**: as mudanças nos sistemas de ensino do Brasil e Paraná na década de 90. Londrina: EDUEL, 2001.

GRAMSCI, A. **Cartas do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

\_\_\_\_\_. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

\_\_\_\_\_. **Concepção e dialética da história.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. **Note Sul Machiavelli, Sulla Política e Sullo Estado Moderno.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** Tradução de Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HAYEK, F. **O caminho da servidão.** Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1987.

HIDALGO, A. M. **Educação e estado:** as mudanças no sistema de ensino do Brasil e Paraná na década de 90. Londrina: EDUEL, 2001.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Contribuição da CPT nas lutas dos trabalhadores rurais em MS.** Campo Grande, 1993. História da Comissão Pastoral da Terra/Mato Grosso do Sul – Período 78-92.

KONDER, L. **Histórias das idéias socialistas no Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, 2003.

LUCINI, M. **Nacional de história:** programa e resumos do XXIII simpósio nacional de história: guerra e paz. Londrina: Mídia, 2005.

MAKARENKO, A. **Poema pedagógico.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARIN, J. R. A pastoral das fronteiras entre Brasil, Paraguai e Bolívia. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DO MS: História, Memória e Identidades, 6., 2002, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: UCDB, 2002.

MANACORDA, M. A. **História da educação:** da antiguidade aos nossos dias. Tradução de Gaetano lo Monarco. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MARX, K. **Obras escolhidas.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1977. 3 v.

MARX, K. **O 18 Brumário e cartas Kugellmann.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_. **O 18 de Brumário de Louis Bonaparte.** São Paulo: Centauro, 2003.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** Tradução de Carlos Alberto Buni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1974.

\_\_\_\_\_. **Princípios do comunismo do partido comunista.** Tradução de Diego Siqueira. São Paulo: Sandermann, 2007.

MOTO GROSSO DO SUL. Diário Oficial do Estado. **Decreto n. 2536.**

MOTO GROSSO DO SUL. **Diário Oficial do Estado nº. 440.** Dispõe a opção da clientela geral do Grupo Magistério, Campo Grande, 1980.

MOTO GROSSO DO SUL. Diário Oficial do Estado nº. 3033. **Decreto n. 5868.** Dispõe sobre a Estrutura Básica das Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino. Campo Grande, 1991.

MÉSZÁROS, I. O Capital estrangeiro e o futuro da humanidade sem terra. **Revista Expressão Popular**, São Paulo, n. 43, jan./fev., 2008.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES. **Construindo a história da nossa luta.** Disponível em: <<http://www.mst.org.br>>. Acesso em: 28 maio 2007.

MINAYO, M. C. de S. **Teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NASCIMENTO, L. M. do. **As charqueadas em Mato Grosso:** subsídio para um estudo de história econômica. 1992. 195 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Assis. 1992.

NUNES, I. D. **Contribuições da sociedade civil organizada para as concepções políticas pedagógicas da educação básica brasileira na década de 1990:** um estudo das produções do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. Monografia (Trabalho de Iniciação Científica) – UFMS, Dourados, 1999.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública.** 3. ed. São Paulo: Ática; 2007.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

\_\_\_\_\_. Parem de preparar para o trabalho! reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica. In: FERRETTI, C. J.; SILVA JUNIOR, J. dos R.; OLIVEIRA, M. R. N. S. **Trabalho, formação e currículo:** para onde vai a escola? São Paulo: Xamã, 1999.

PINTO, D. C. LEAL, M. C. PIMENTEL, M. A. L. **Trajetórias de liberais e radicais pela educação pública.** São Paulo: Loyola, 2000.

POCKER, J. G. **Cooperação e cooperativismo no movimento dos trabalhadores rurais sem terra.** Disponível em: <[http://www.comciencia.br/reportagens/ framereport.htm](http://www.comciencia.br/reportagens/framereport.htm)>. Acesso em: 4 jun. 2007.

QUEIROZ, P. R. C. Temores e esperanças: o antigo sul de Mato Grosso e o Estado nacional brasileiro. In: MARIN, J. R.; VASCONCELOS, C. A. de (Org.). **História, região e identidades.** Campo Grande: Ed. UFMS, 2003.

\_\_\_\_\_. **Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20.** Bauru: EDUSC; Campo Grande: Ed. UFMS, 2004.

RESENDE, M. J. de. **A ditadura militar no Brasil:** repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984. Londrina: Ed. UEL, 2001.

- RODRIGUES, N. **Por uma nova escola: o transitório e o permanente na educação**. 6. ed. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1987.
- SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Ed. Universidade Estadual de São Paulo, 2007.
- SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 26. ed. Campinas: Autores Associados, 2004.
- SAVIANI, D. Tendências e correntes da educação brasileira. In: BRZEZINSKI, I. **LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. São Paulo: Cortez, 2002.
- SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C. Educação socialista, pedagogia histórico-crítica e os desafios da sociedade de classes. In: LOMBARDI, J. C. **Marxismo e educação**. Campinas: Autores Associados, 2005.
- \_\_\_\_\_. **As concepções pedagógicas na história da educação brasileira**. Disponível em: <<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos>>. Acesso em: 10 set. 2007.
- MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. **Uma proposta de educação para Mato Grosso do Sul: educação pública democrática**. Campo Grande, 1992.
- SEMERARO, G. **Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SENNA, E. (Org.). **Trabalho, educação e política pública**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2003.
- SEVERINO, A. J. Os embates da cidadania: ensaios de uma abordagem filosófica da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In: BRZEZINSKI, I. **LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. São Paulo: Cortez, 2005.
- SGUISSARDI, V.; SILVA JUNIOR, J. dos R. **As novas fases da educação superior no Brasil: reforma do Estado e mudanças na produção**. São Paulo: Cortez, 2001.
- SILVA JUNIOR, C. A. **Supervisão da educação: do autoritarismo. Ingênuas à Vontade Coletiva**. São Paulo: Loyola, 1984.
- SILVA JUNIOR, C. A. **A escola pública como local de trabalho**. São Paulo: Cortez, 1990.
- SILVA JUNIOR, J. dos R.; OLIVEIRA, M. R. N. S. **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?** São Paulo: Xamã, 1999.
- SIMIONATTO, I. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. 3. ed. Florianópolis: Ed. UFSC; São Paulo: Cortez, 2004.
- SPRANDEL, M. A. (Coord.). **Situação das crianças e dos adolescentes na tríplice fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai: desafios e recomendações**. Curitiba: ITAIPU Binacional, 2005.

STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária 1946–2003**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TAVARES, M. C.; MELIN, L. E. Mitos globais e fatos regionais. In: FIORI, J. L.; LOURENÇO, M. S.; NORONHA, J. C. de. **Globalização: o fato e o mito**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

TONETO JR, R.; GREMAUT, A. P.; VASCONCELOS, M. A. S. de. **Atlas de desenvolvimento humano no Brasil**. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2007.

TUMA, M. M., MESQUITA, I. M. de, CHIOZZINI, D. F. Potencialidades da história oral e da memória para o diálogo com professores e professoras em suas singularidades. In: ZAMBONI, E. **Memória, história oral e razão histórica**. Itajaí: Maria do Cais, 2007.

UNDIME. **Financiamento e orçamento da educação para educadores: um começo de conversa**. Cadernos da Undime, Brasília, v. 3, 1997

VIAN, E. A história dos especialistas de educação: contribuição ao estudo da coordenação Pedagógica de Mato Grosso do Sul. **Revista Arandu**, Dourados (MS), n. 23, fev./abr. 2003.

VIEIRA, E. (Org.) **Projeto político-pedagógico: Uma construção possível**. 17. ed. Campinas: Papirus, 2000.

VIGOTSKY, L. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

**ANEXOS**

## ANEXO A

### Discurso da Dorcelina de Oliveira Folador.

----- Temos que fazer ecoar o sonho e a prática de Dorcelina pelo Brasil afora. Pouco-a-pouco a arrogância dos opressores do povo está sendo encantada como cavalo bravo quando vai sendo apertado no canto de duas cercas sem poder mais escapar. Exclama Dom Pedro Casaldáliga:  
*"Ai de um povo que não honra os/as seus/suas mártires!!!"*

---

#### DISCURSO DE DORCELINA NA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE RENDA MÍNIMA, em 11/08/1998

----- **A SRª DORCELINA FOLADOR** - Saudações ao Senador Eduardo Suplicy e a todos os participantes deste brilhante evento, organizado com carinho pelo Senador, uma figura que vem há anos batalhando pela renda mínima.

----- Antes de iniciar, gostaria de dizer que sou a primeira prefeita portadora de deficiência física, oriunda do MST, a governar um Município neste País, além de ser a representante e coordenadora da Frente Nacional dos Parlamentares e Executivos portadores de deficiência física.

----- Mundo Novo é uma cidadezinha localizada na fronteira com o Paraguai – fronteira seca – e vocês sabem das nossas dificuldades. Temos inúmeras mulheres chamadas de mães viúvas de maridos vivos, porque, na verdade, as mulheres da nossa fronteira residem no Brasil enquanto seus maridos e os filhos que já atingiram a idade de sete ou oito anos vão para o Paraguai, em busca de emprego e de uma renda familiar melhor. Instituímos a bolsa-escola em Mundo Novo pensando nos meninos de rua e nessas crianças "brasiguaias", os filhos de nossas mulheres que vivem num país vizinho, separados de suas mães, de suas famílias, de nossa Nação.

----- Na verdade, a bolsa-escola ainda não foi legalmente instituída, apesar de já estar efetivamente funcionando por decreto municipal, porque não temos maioria na Câmara de Vereadores e, na fronteira, enfrentamos grandes dificuldades com o Legislativo, pois rompemos com o grupo da máfia que governava nosso Município.

----- Sendo assim, apresentamos no Orçamento geral do Município, em 1997, "recursos para ajuda a estudantes", de forma simples, porque sabíamos que se colocássemos "bolsa-escola e renda mínima" não o teríamos aprovado pela Câmara. Assim, foi possível, no ano de 1998, implementarmos o Projeto Bolsa-Escola com esses recursos de ajuda aos estudantes. Estamos, então, funcionando, em um Município onde existem uma pessoa do gabinete da Prefeita, um representante da assistência social do Município, um da patrulha mirim de Mundo Novo, das escolas municipais, da creche municipal, do orçamento participativo e da assessoria municipal de imprensa, que formam a Comissão.

----- Um dos principais requisitos que incluímos no Projeto Bolsa-

Escola, como o fizeram os demais companheiros, diz respeito às famílias que têm portadores de deficiência física e pessoas da terceira idade. O nosso objetivo principal é resgatar todos os meninos de rua. Como a nossa cidade é pequena e havia cerca de 40 meninos, priorizamos as famílias desses meninos. Hoje, todos os meninos de rua estão dentro da rede municipal de ensino, e estamos batalhando por recursos federal e estadual a fim de que possamos abranger também a rede estadual. Por enquanto, só temos acesso à rede municipal de ensino, haja vista as grandes perdas que tivemos – por mês, na área da educação, e que estávamos investindo em nosso Município com o Fundef.

----- Implementamos a bolsa-escola, em princípio, na rede municipal, para que pudéssemos conseguir maior número de alunos e assim aumentar a nossa arrecadação.

----- Quero dizer, também, para cada companheiro aqui presente que gastamos 1,2% do orçamento geral do Município com a bolsa-escola.

Alcançamos 70 famílias neste ano e pretendemos, no ano que vem, atingir 100 famílias com o Projeto Bolsa-Escola. Esse programa ficará em torno de R\$5.880,00 - R\$84,00 por mês por família que tenha todos os filhos, de 7 a 14 anos, dentro da sala de aula. São recursos, apenas da arrecadação municipal, que investimos nessas famílias, para construir, com nossos homens e mulheres, a cidadania do nosso povo.

----- Além disso, gostaria de dizer que as crianças que recebem a bolsa-escola ficam meio período na sala de aula e meio período na patrulha mirim. Essa é uma entidade vinculada à Prefeitura Municipal que acolhe os meninos drogados, os meninos de rua e que oferece um trabalho profissionalizante na área de marcenaria. Temos a melhor escola de informática do Estado do Mato Grosso do Sul implementada em nosso Município. São 23 computadores que auxiliam as aulas permanentemente, para que as crianças saiam da rede de ensino municipal e venham para a patrulha mirim. Temos também acompanhamento em trabalhos artesanais, música, dança, coral municipal, além de uma banda organizada pelos meninos que participam dessa patrulha.

----- As crianças ficam o dia inteiro envolvidas em alguma atividade. Obrigatoriamente, elas têm que ter 90% de presença na sala de aula e na patrulha mirim, acompanhadas pela Secretaria Municipal de Educação, pela assistência social e pelos membros que já mencionei.

----- Este ano, tiramos da rua e trouxemos do Paraguai cerca de 240 crianças. Mas sabemos que muitas outras ainda precisam ser resgatadas daquele país. Sabemos que milhares de crianças ainda estão vivendo no país vizinho, como ocorre em todas as fronteiras desse Brasil afora, sem a família.

----- É preciso implementar políticas sérias, que não sejam decorrentes apenas de eleições, meramente para confundir a classe trabalhadora. Os Projetos de Renda Mínima e Bolsa-Escola têm demonstrado ao País que estão dando certo. Por isso, tenho o orgulho de dizer que copiamos o

programa do GDF e que muitos companheiros, prefeitos do PT, assim como pioneiros à implantação da bolsa-escola por este País afora, têm servido de exemplo para todos nós, mostrando que é possível mudar, inverter prioridades, investir no social e acreditar na mudança do Brasil por meio dessas famílias carentes. Devemos implantar políticas não paternalistas, mas de construção da cidadania, numa parceria entre o Poder Público, a escola e os pais. Essa parceria tríplice não pode faltar na bolsa-escola e é esse o exemplo que, penso, todos os companheiros que a implementaram nos trazem.

----- Fizemos essa caderneta da bolsa-escola e iremos entregá-la a cada uma das Lideranças, inclusive internacionais, cuja presença saúdo. Todas as suas fotos são de crianças da periferia de Mundo Novo. Elas nunca estiveram em painéis ou em revistas desse País, mas têm a oportunidade de estar em uma cartilha do Governo Democrático e Popular de Mundo Novo, do Governo Popular e Participativo do Partido dos Trabalhadores, lá na fronteira, em uma cidadezinha chamada Mundo Novo, que tem um povo organizado e que sonha com mudanças; que vai à luta e faz de tudo para representar, em um cantinho do Brasil, o nosso espaço, mostrando que é possível se fazer justiça social e, com poucos recursos, vontade política e seriedade, governar um Município, mesmo com todos os boicotes que sofre em nível federal e estadual.

----- Para finalizar, quero dizer que acima de tudo, temos lutado muito para construir a ética e a cidadania de homens e mulheres que querem ver um País mais justo, socialista e revolucionário.

Um beijo ao Senador Eduardo Suplicy e um abraço a cada um dos presentes. (Palmas)

----- Dorcelina Folador, mártir de uma política com ética.

# Dorcelina Vive...

Que o SONHO de DORCELINA  
seja o sonho de todos nós.  
Que a DETERMINAÇÃO e a  
CORAGEM de DORCELINA  
estejam presentes  
em cada cidadão e cidadã  
que lutam por um  
Mundo Novo!



30/01/2000 - 3 meses do Assassinato de Dorcelina.

... Onde houver alguém lutando para que todo trabalhador do campo tenha direito à terra e condições de nela plantar e colher... Dorcelina vive.

... Onde houver alguém lutando para que Homem e Mulher sejam compreendidos nas diferenças, e tenham deveres e direitos iguais... Dorcelina vive.

... Onde houver alguém lutando para que os portadores de necessidades especiais sejam respeitados como cidadãos... Dorcelina vive.

... Onde houver alguém lutando em defesa dos negros, das nações indígenas e outras minorias marginalizadas... Dorcelina vive.

... Onde houver alguém lutando na organização popular pela conquista do direito de participar das decisões políticas... Dorcelina vive.

... Onde houver alguém lutando para que a administração pública seja transparente e o dinheiro público integralmente aplicado para o bem estar social... Dorcelina vive.

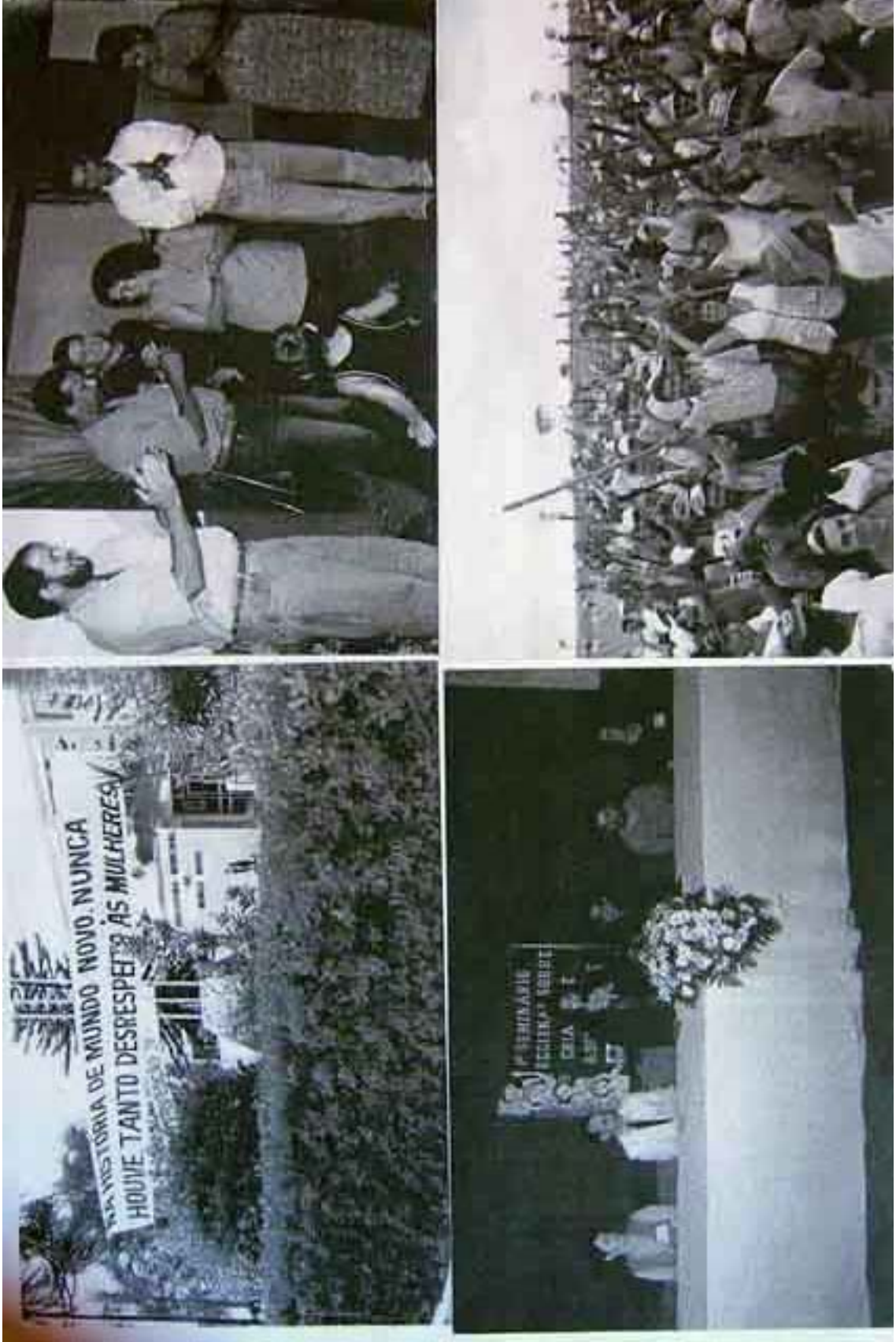
Enfim, onde houver alguém capaz de renunciar a projetos pessoais, superar limites e doar-se à luta por uma sociedade justa e igualitária... Dorcelina vive.

**... e viverá eternamente!!!  
Pois o seu ideal é imortal.**

*"Tá vendo ali ela vem / andando na força do canto / sonhando um Mundo Novo / sem o poder dos tiranos:  
Seu andar não era tão belo assim, mas um mundo novo queria aqui.  
Tá vendo ali ela vem / andando com a enxada nas costas / dizendo que o pequeno / precisa de um pouco de roça.  
Tá vendo ali ela está / gritando em cada palanque / que vale a pena a luta / se mesmo nos tiram o sangue.  
Tá vendo ali ela está / sonhando hoje em nossas varandas / olhando o horizonte / pedindo ao povo esperança.  
Seus passos que eram / tão belos pra mim / hoje são pegadas, que vamos seguir".  
(Letra e música: Hércio N. Grespan)*

**COMITÊ DORCELINA VIVE**

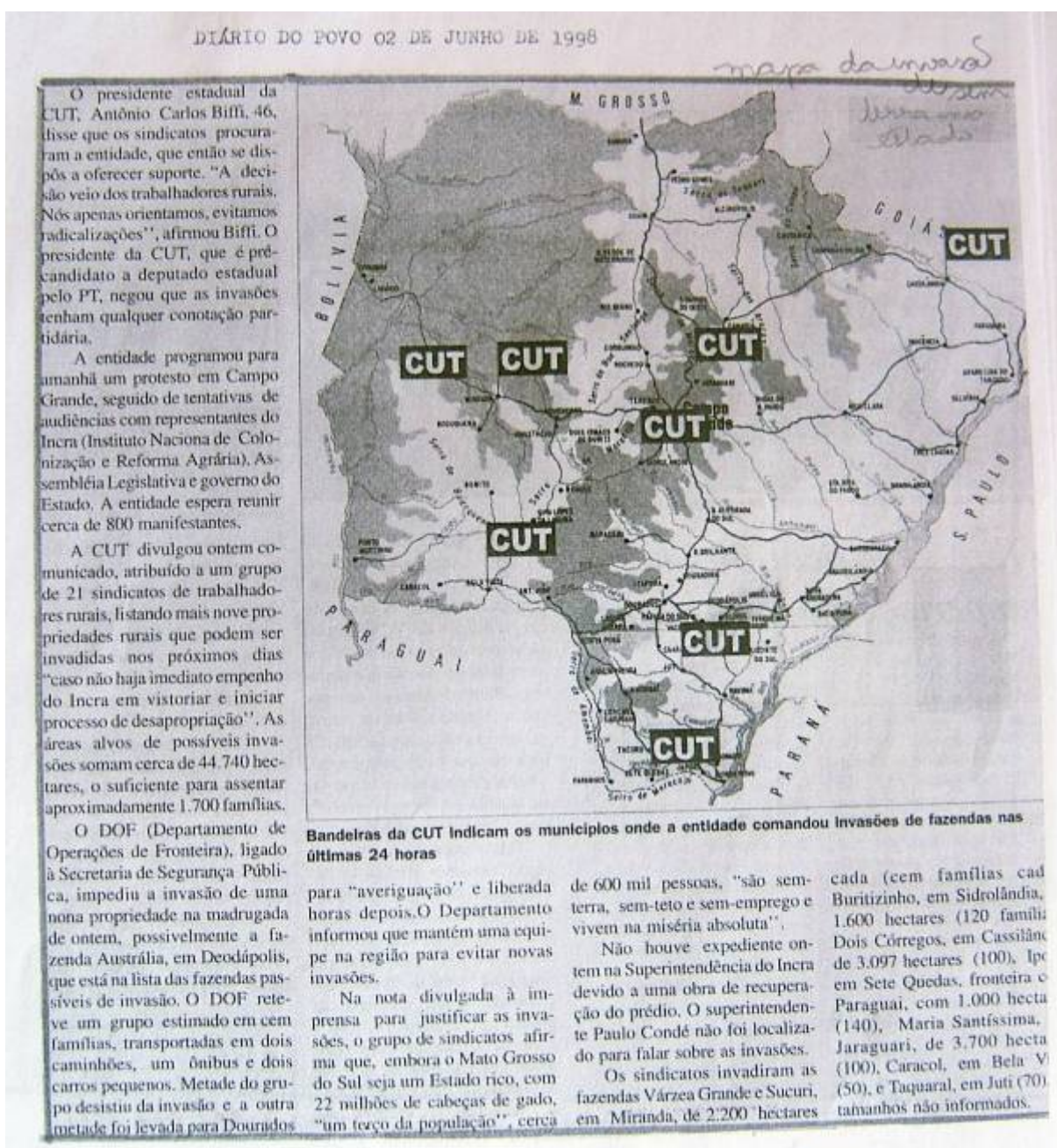
Anexo A Dorcelina Folador.



Anexo A Política da Sociedade Civil.

## ANEXO B

## Mapa de Invasão dos Sem-Terra no Estado



## MST mobiliza 3 mil pessoas em marcha

O Movimento dos Sem Terra mobilizou 3 mil pessoas nos acampamentos e assentamentos dos Municípios do cone sul de MS para participar da Marcha do Dia Internacional de Luta Camponesa e Contra as Políticas Neoliberais, organizadas em todo o Brasil nos dias 16 e 17 de abril. As mobilizações dos em terra acontecerão nos municípios de Naviraí, Itaquiraí, Eldorado, Japorá e Mundo Novo.

Os colonos sem terra vão organizar 3 marchas, totalizando 50 quilômetros de caminhada ao longo da BR 163. As caravanas em marcha obedecerão os seguintes percursos: dos acampamentos 8 de Março e Joaquim Neves marcharão em direção a cidade de Naviraí e de Japorá sairá uma caravana em para a cidade de Mundo Novo.

A marcha dos sem terra é um protesto contra a violência no campo e a impunidade dos criminosos pelo massacre de Eldorado de Carajás (PA), quando 19 colonos sem terra foram assassinados pela Polícia Militar e jagunços a mando de fazendeiros do Pará e 2 anos após a tragédia os culpados ainda não foram punidos. O MST também protesta contra a lentidão do Governo FHC no processo de Reforma Agrária, uma vez que milhares de famílias estão abandonadas em acampamentos de lona nas margens das rodovias a espera de um pedaço de terra.

Segundo o coordenador do MST, Jilvan Santos, o INCRA e o Governo de MS têm virado as costas para os trabalhadores rurais sem terra. A situação nos acampamentos é de miséria absoluta, com as



Sem-terra dos Acampamento 8 de Março,, em Itaquiraí, marcharão até Naviraí

famílias passando necessidades de alimentação e sofrendo desnutrição, sendo que as crianças são as mais castigadas. "O INCRA prometeu no prazo de 60 dias indicar duas áreas no Município de Itaquiraí para assentamento definitivo das famílias do acampamento 8 de Março. O prazo venceu no dia 10 de abril último, no dia 14 (terça-feira) o superintendente do órgão em MS, Paulo Afonso, numa atitude covarde, fugiu de uma audiência agendada com as famílias e o MST para tratar do assunto", ressaltou Jilvan.

O líder dos sem terra disse ainda que só no Governo de FHC

aconteceram 132 assassinatos no campo, além dos dois massacres de Eldorado dos Carajás (PA) e Curumbiara (RO). "O que espanta é a perspectiva da impunidade, enquanto condenam os sem terra, como é o caso de Zé Rainha, absolvem criminosos declarados, como é o caso dos assassinos do índio Galdino que foi queimado em abril de 97 em Brasília", enfatizou Jilvan.

A prefeita Dorcelina Folador (PT) informou que vai participar da marcha dos sem terra de Japorá a Mundo Novo e das atividades pelo MST na sua cidade. Segundo ela, a Reforma Agrária constitui

hoje numa das principais alternativas dos trabalhadores para amenizar o quadro de penúria, miséria e exclusão social no qual são jogados milhões em todo o país. "A indignação aumenta entre a população brasileira em face da política nefestas do neoliberalismo e, diante desse quadro, a saída para o povo em geral é engrossar a luta dos trabalhadores rurais sem terra, integrando efetivamente as mobilizações que buscam a defesa da vida, como: a Reforma Agrária, pois com ela eríamos empregos, aumentamos a produção de alimentos e melhoramos as condições de vida da população", disse ela.

**Anexo B - MST Mobiliza população em marcha.**

## MST promove consulta popular e panfletagem em Mundo Novo

Uma equipe do Movimento dos Sem Terra - MST está desde ontem, fazendo panfletagem e debate em Mundo Novo. O trabalho faz parte da "Marcha pelo Brasil", iniciada em 3 de agosto pelo MST em todo o país. Em Mato Grosso do Sul a marcha começou no último dia 10 pela cidade de Paranhos e vem tomando corpo, atingindo todas as cidades do Estado.

Nas cidades os integrantes do MST distribuem panfletos, visitam meios de comunicação e debatem nas escolas com alunos e professores. Em Mundo Novo a equipe dos Sem Terra, composta por 40 pessoas, está distribuindo 5 mil panfletos no comércio e bairros residenciais da cidade.

Os coordenadores disseram que a marcha está tendo boa receptividade entre a população. Nas escolas o MST apresenta a cartilha sobre o Projeto Popular para o Brasil e discute as propostas com os alunos. Segundo o MST, a grande maioria dos alunos, visitados até agora, tem direcionado o debate para as atividades do Movimento dos Sem Terra, deixando em segundo plano a discussão do Projeto para o Brasil. Para José Mauro dos Santos, um dos coordenadores da marcha, isso acontece porque a grande maioria da população recebe informações do MST apenas pela mídia, que geral-

mente passa as notícias distorcidas a cerca do trabalho e das lutas do Movimento dos Sem Terra desenvolvidas em todo o Brasil. "O MST e as entidades populares e sociais responsáveis pela cartilha estão preocupados em discutir um projeto que ofereça alternativas concretas para o conjunto da população brasileira e este é o momento, haja vista as eleições gerais de outubro, isso independente de quem vier a ganhar as eleições", resumiu José Mauro.

O coordenador disse ainda que o MST tem enfrentado, em algumas cidades, dificuldades para promover o debate. Em Sete Quedas, por exemplo, o prefeito Roberto Alcântara, ne-

com os alunos e professores nos colégios. Segundo José Mauro, os diretores alegaram que só permitiam a entrada deles nos colégios com autorização judicial. Na escola Municipal Carlos Chuigas a equipe do MST foi recebida sem problemas pela comunidade escolar. "Mesmo com as dificuldades e empecilhos criados por algumas pessoas incumbidas de administrar o bem público estamos conseguindo discutir os problemas do país, debater propostas populares e esclarecer a comunidade sobre o MSDT", disse José Mauro.

De Mundo Novo a equipe do MST segue para Eldorado, Itaquiraí e Naviraí. Em Naviraí a equipe se divide em duas com

uma seguindo para Novo Horizonte do Sul, Ivinhema, Angélica, Deodápolis, Glória de Dourados, Jaricá, Vicentina e Fátima do Sul e a outra seguindo para Juti e Caarapó. As equipes se juntam no final do mês em Dourados. Segundo o coordenador do MST, Jilvan dos Santos, o Projeto Marcha pelo Brasil discute propostas que incluem a pessoa humana em primeiro lugar, que garantam trabalho, alimentação, moradia, vestuário, saúde, educação, lazer e cultura a todos. "É um projeto para construir um Brasil verdadeiramente democrático, com justiça social, distribuição de renda e solidariedade", disse Jilvan.

Anexo B - MST Promove consulta popular.

## XI O PARANAZÃO 12 DE JUNHO DE 1998

Depois de uma longa espera, enfim o INCRA distribuiu nesta semana lotes de terras para 334 famílias que estavam acampadas a mais de um ano às margens da rodovia BR 163. São acampados do acampamento 8 de março nas proximidades de Itaquiraí. As famílias assentadas estão a partir de agora nas fazendas Santa Rosa e Guassú conforme informou Marcelo Rezende, representante do INCRA para a região. Este é mais um projeto de reforma agrária que deu certo informou Pipoca um dos líderes do MST na região que acompanhou a par e passou todos os acontecimentos envolvendo os acampados desde o dia 08 de março de 1997. Esta é mais uma conquista e por isso estamos felizes, isto também vem provar de que as coisas neste país só acontecem com

pressão, a luta vai continuar pois queremos ver todas as famílias famintas por terra, terem o seu pedacinho de chão para plantar afirmou o líder do movimento. Vale destacar ainda que na última semana mais 514 famílias tiveram suas situações resolvidas com a distribuição de terras no Mato Grosso do Sul. E como se diz popularmente: De vagar se vai ao longe. Para o efeito Renato Tonelli, é sem dúvida um momento muito importante no processo administrativo, visto que novas famílias passaram a pertencer oficialmente ao novo assentamento.

### Assentamento vem resolver parte do problema

te ao nosso município que com certeza ganhará bastante com este novo assentamento.

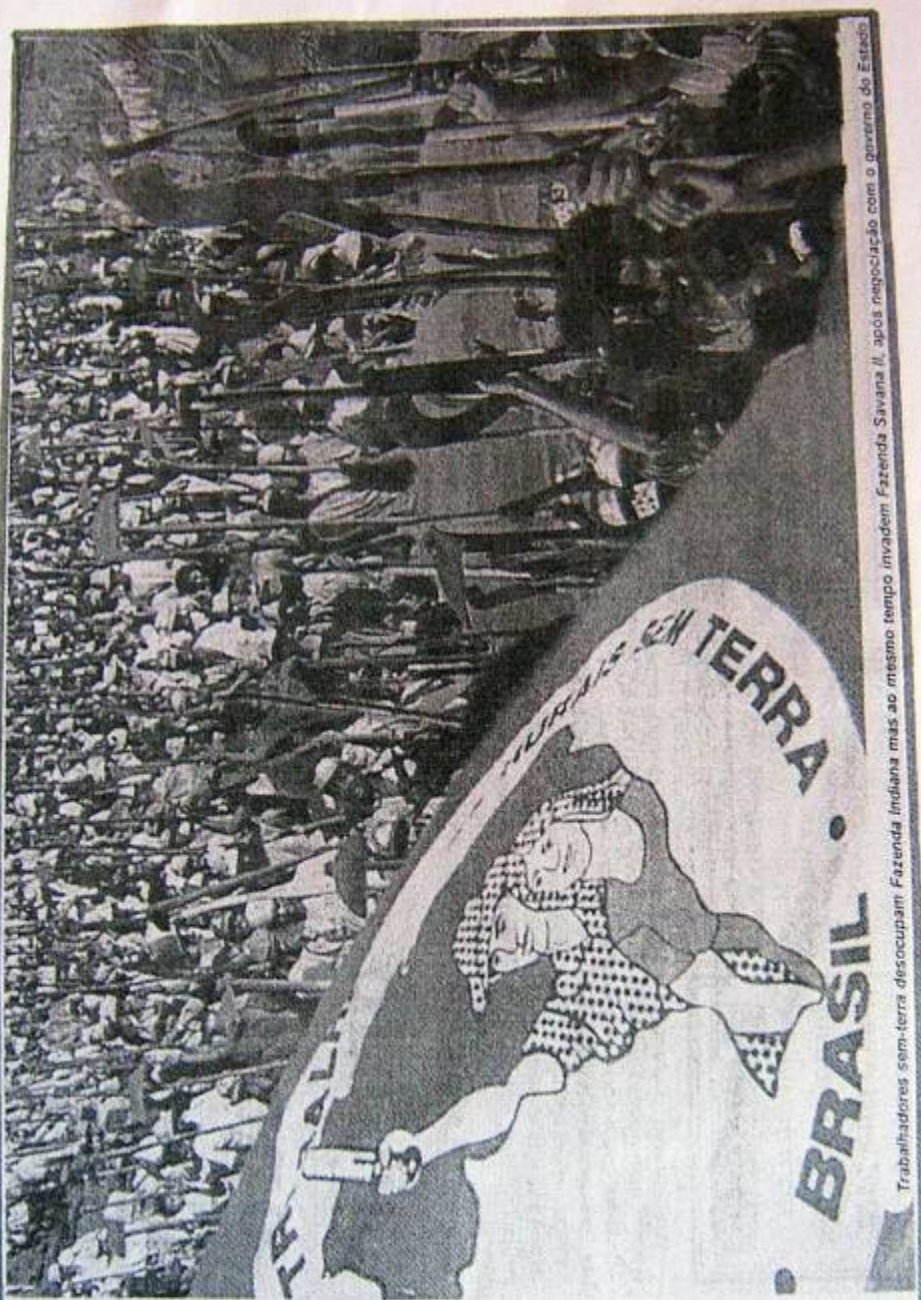


Anexo B - Reunião vitoriosa dos futuros assentados em lotes.

O LIBERAL 26 DE MAIO DE 1998

Os trabalhadores rurais sem-terra acampados desde dezembro passado na Fazenda Indiana em Japorá, começam a desmontar o acampamento com 270 barracas, após negociação com o secretário de Segurança Pública do Estado. Na sexta-feira, expirou o prazo concedido pelo Tribunal de Justiça para que o governo promovesse a reintegração de posse aos proprietários da Indiana, sob pena de intervenção federal no Estado.

Os acampados exigiram lonas, remédios e cestas básicas para deixar o local. Os sem-terra deixam a Indiana mas ao mesmo tempo promovem a invasão da Fazenda Savana II que faz divisa com a Indiana. O acampamento em Japorá conta com 1.200 trabalhadores rurais sem-terra.




Trabalhadores sem-terra desocupam Fazenda Indiana mas ao mesmo tempo invadem Fazenda Savana II, após negociação com o governo do Estado.

Anexo B - Reivindicação do MST por condições básicas.

**ANEXO C**

Questionário de formação dos conselheiros do OP.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNDO NOVO**  
Estado de Mato Grosso do Sul  
*“Governo Popular e Participativo”*

**Questionário de formação dos Conselheiros do OP**

1 - Se as prioridades do seu Bairro ou Segmento não forem aprovadas pelo Conselho, qual será a sua conclusão?

- Meu trabalho foi inútil.
- O Conselho não está preparado para discutir o orçamento.
- Nas próximas votações vou votar contra quem votou contra meu Bairro ou Segmento.
- As prioridades aprovadas foram mais urgentes do que as do meu Bairro ou Segmento

2 - Com relação as principais funções dos Conselheiros do OP; você foi eleito para: (marque um x até no máximo em duas questões)

- Defender somente o seu Bairro ou Segmento?
- Defender o seu bairro ou Segmento e o Município?
- Aprovar as prioridades do município, mesmo quando estas não sejam as do seu Bairro ou Segmento?
- Ter conhecimento de como é gasto o dinheiro público?

3 - Você acredita no Conselho do Orçamento Participativo?

- Sim. Porque ele nos dá noções do Orçamento Público.
- Sim. Porque ele permite ao Conselheiro poder e decisão na elaboração do Orçamento.
- Não. Porque acredita que o Conselheiro não têm poder de decisão na elaboração do Orçamento.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNDO NOVO**  
**Estado de Mato Grosso do Sul**  
*“Governo Popular e Participativo”*

4 – Você se sente à vontade, no Conselho, para defender o seu Bairro ou Segmento?

- Sim.  
 Não.

Se respondeu “Não” marque uma das alternativas a seguir.

- Não gosto de falar ao microfone.  
 Tenho vergonha de falar em público.  
 Outros motivos.

5 – Vamos tomar como exemplo que você tenha uma renda mensal de R\$-500,00 e sua despesa total do mês é de R\$-400,00.

O que você faria com os R\$-100,00 restantes?

- Compraria à prestação uma moto ou um celular?  
 Não assumiria nenhum compromisso guardaria para uma emergência.

Se decidiu comprar alguma coisa à prestação, até que valor você assumiria?

- R\$-100,00  
 R\$-80,00  
 R\$-50,00

6 – O que você gostaria de falar ou descrever e que o questionário acima não apresentou? Comente.

---

---

---

Reunião ordinária do Orçamento Participativo realizada na sala de reuniões da Prefeitura Municipal em 03.08.98.



Momento em que parte dos conselheiros se manifestam sobre aprovação de investimento para 1999.

**Anexo C** - Momento em que os conselheiros se manifestam sobre a aprovação de investimentos.

ANEXO D

Ações do Projeto Educacional criação de conselhos na escola.

O LIBERAL 26 DE MAIO DE 1998

# Escola cria conselhos com a comunidade

## ELEIÇÃO DE DIRETOR-ADJUNTO É INOVAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL

Pela 1ª vez a Escola Carlos Chagas criou conselhos para o melhor funcionamento da rede, que conta com duas extensões, Tiradentes e Petrólio Portela.

Foram eleitos três conselhos: interdisciplinar, da merenda escolar e administrativo. Os membros dos conselhos são representantes de segmentos da comunidade escolar.

Dada a função de cada conselho, o interdisciplinar supervi-

siona a disciplina dos componentes da escola, bem como professores, alunos e administrativos. O da merenda escolar disciplina os atos da merenda como cardápio, recursos destinados, opinião dos alunos. E o conselho administrativo é o que cuida dos atos da administração escolar, passando ao corpo estudantil e interessados da comunidade escolar todos os acontecimentos da administração.

Aquela unidade de ensino

que tem na coordenação o professor Moisés Alves Martins, diretor-adjunto, João Batista supervisoras Nair Pereira da Silva e Sílvia Motaide Ferro, e secretária Isaura Dias dos Santos está cadastrando famílias carentes que têm seus filhos na rede municipal para o Projeto Bolsa Escola, com a participação de 70 famílias, que receberão mensalmente R\$ 84 reais para manter os filhos na escola.

## Informativo da Assessoria do Orçamento Participativo



**Prefeita Dorcelina e Humberto Amaduci, diretor do O.P. de Mundo Novo**

Até o presente dia foram realizadas as seguintes reuniões:

Mês de Fevereiro/99  
03 - Quarta-feira - Bairro Copagril  
05 - Sexta-feira - Jardim Fleck  
10 - Quarta-feira - Bairro São Jorge  
11 - Quinta-feira - Bairro Berneck  
12 - Sexta-feira - Estrada

Tricossi

17 - Quarta-feira - Mesquita/Santa Fé/Cachimbo Iguaçu  
18 - Quinta-feira - São Paulo  
19 - Sexta-feira - Bairro Itaipu  
20 - Sábado - AMPDF

O resultado das referidas reuniões foi a eleição e reeleição parcial dos conselheiros do Orçamento Participativo, na forma a seguir descrita:

### Bairro Copagril

Conselheiros	Suplentes
Terezinha Gonderek .....	Sérgio Burak
Osmar Walaswick (reeleito) .....	Aparecido Osório

### Bairro Fleck

Marta Feitosa de Paula .....	Mauro Gonçalves da Silva
Ataíde Bezerra da Silva .....	Márcia Zwang

### Bairro São José

Alécio Jaime Tel .....	Lucila Izabel Z. Munaro
Antônio Corrêa (jacaré) .....	Luiz Pereira Santos
Américo da Silva Lopes .....	Marcilene Soares

### Bairro Berneck

Laurindo Maciel .....	Reginaldo Aparecido
Rosa Maria Nascimento .....	Antônio Friet

### Estrada Tricossi

Roberto Rocha .....	Harlei Renero (reeleito)
Gelson Pereira de Souza .....	José Antônio Tricossi

### Comunicado Mesquita/Santa Fé/Cachimbo e Iguaçu

Rafael Z. Fernandes .....	João Soares Filho
Natal de Jesus Carvichioli .....	Agnaldo Raimundo Pereira

### Comunidade São Paulo/Internacional

José Lemes Costa .....	Waldemar R. Azevedo
------------------------	---------------------

### Bairro Itaipu

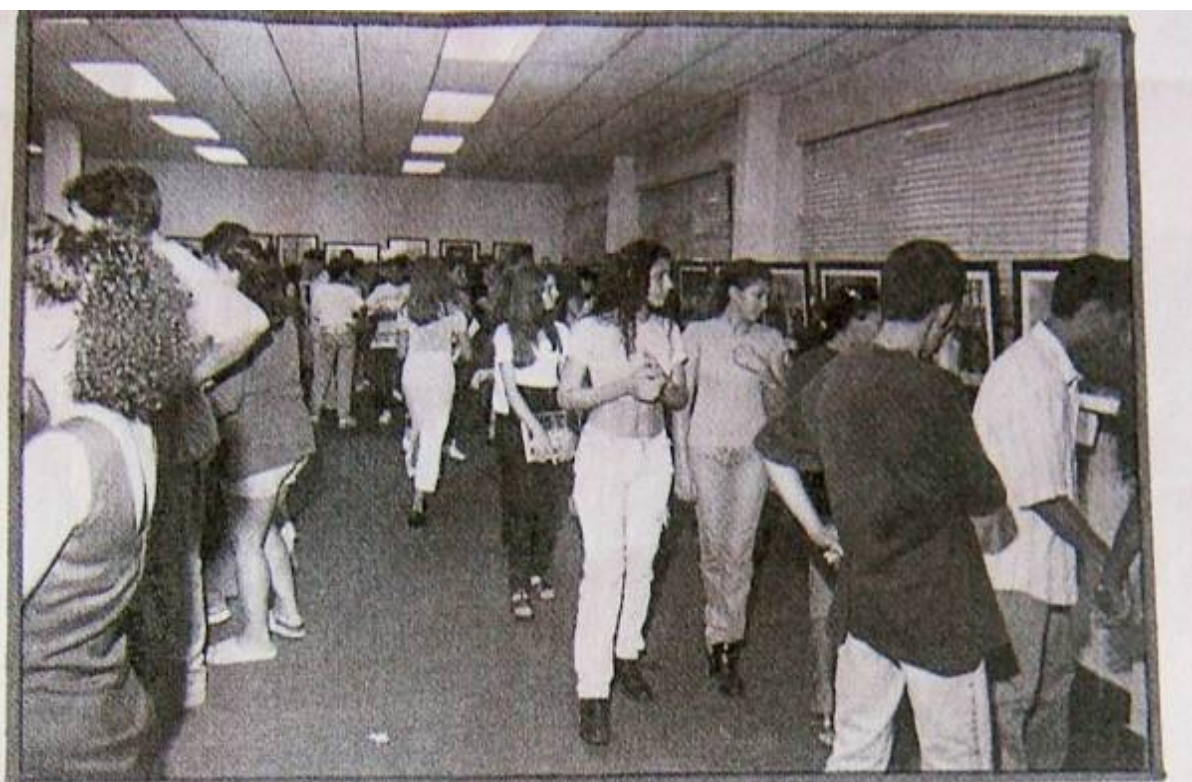
Antônio Soares de Lima (reeleito) .....	Marlene A. O. Amaduci
Edilson Braz .....	Adolfo Gaiola Neto
João Valdir Fragas Garcia (reeleito) .....	Miguel Raimundo da Luz

### AMPDF

Diana Arguelo Dias .....	Marinalva G. de Lima
José Luiz da Cruz .....	José Tiburço Ribeiro

**ANEXO E**

Exposição do fotógrafo Sebastião Salgado de 10 a 17-04-1997.



EXPOSIÇÃO DE FOTOS MST (SEBASTIÃO SALGADO) DE 10 A 17/04/97



## ■ MUNDO NOVO

## Bolsa-Escola repercute na imprensa nacional

O programa Bolsa-Escola implementado pela Prefeitura de Mundo Novo foi destacado pelo jornal Folha de S. Paulo, na edição do último domingo, numa ampla reportagem em que enfocou o comprometimento do programa de renda mínima do Governo Federal, em função do ajuste fiscal do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Segundo a matéria da Folha, em por causa do acordo do Governo com o Fundo Monetário Internacional - FMI, o programa de renda mínima vai perder 83,1% dos recursos previstos no Orçamento da União para o ano de 99.

A secretária municipal de educação, professora Sueli de Lourdes Gozzi, informou que ficou satisfeita em ver Mundo Novo destacado na Folha de S. Paulo, jornal de maior circulação nacional, como um dos poucos municípios do Brasil a implementar o programa Bolsa-Escola, inclusive em MS é pioneiro, uma vez que o projeto é inédito no Estado. Porém, disse que fica muito triste em ver o Presidente da República, recém reeleito utilizando um discurso de combate a exclusão social como grande meta de seu Governo, cortar as verbas por imposição do FMI. FHC prometeu durante a campanha eleitoral atender 711 mil famílias ainda em 98 e um milhão e quatrocentas mil em 99. "Esses cortes anunciados pelo Presidente provocam decepção na sociedade e prejudica sensivelmente o conjunto da classe social excluída", disse Sueli.

A Folha destacou que mesmo sem contar com apoio do governo federal várias prefeituras, aproximadamente umas trinta, implementaram o programa de bolsa-escola, inclusive municípios com arrecadação inferior a média estadual. "Como Mundo Novo (MS), que arrecada R\$ 500 mil mensais e, desde junho, paga R\$ 84 para famílias que preencham dois requisitos: ter uma renda per capita inferior a R\$ 60 por mês e todos os filhos de 7 a 14 anos frequentando regularmente a escola", informa o jornal. Em Mundo Novo o programa beneficia 70 famílias carentes e os gastos representam apenas 1% da receita do município.

Segundo a secretária de educação, Mundo Novo só deverá ser contemplado no programa do Governo Federal no ano 2000, uma vez que o critério adotado pelo Governo é a renda per capita, os municípios de menor renda serão beneficiados primeiro. Para Mundo Novo, segundo o programa do Governo Federal, está previsto para o ano 2000 investimentos na ordem de R\$ 418.980,00 para Bolsa-Escola, sendo que a metade será custeada pela Prefeitura. "Com esses cortes, não sabemos se o FHC vai cumprir essa meta", disse Sueli. A secretária de educação disse também que o programa do Governo Federal é extremamente burocrático e prevê uma ajuda de apenas R\$ 33,16 por família. "Achamos esse valor insignificante", enfatizou Sueli.

## ■ MUNDO NOVO

## Emmanuel Marinho se apresenta dias 26 e 27

O poeta e escritor douradense Emmanuel Marinho vai ministrar nos dias 26 e 27 de fevereiro, uma Oficina Pedagógica na cidade de Mundo Novo. A atividade está sendo aguardada com grande expectativa, especialmente pela clientela a quem será dirigida - os educadores da Rede Municipal de Ensino. Após a oficina o poeta vai fazer uma homenagem especial ao ex-presidente do Diretório Estadual do PT, Geraldo Garcia, morto em acidente automobilístico em Roraima, no dia 7 de fevereiro último, apresentando o monólogo Porã.

A Oficina Pedagógica será ministrada na sede do Sindicato dos Trabalhadores em Educação - SINTED e o monólogo Porã será apresentado no Salão paroquial, às 21:00 horas do dia 27, durante a 2ª Noite da Solidariedade. Segundo a secretária municipal de Educação, Sueli de Lourdes Gozzi, a oficina tem por finalidade proporcionar ao educador condições que facilitem a descoberta de talentos artísticos na escola, bem como proporcionar aos professores métodos que pos-

sam ser utilizados para quebrar a monotonia em sala de aula e diversificar a metodologia de ensino, saindo do modo tradicional de ministrar aulas.

O diretor do Departamento Municipal de Cultura, Valdenir Malheiros de Castro, espera reunir um grande público no Salão Paroquial durante a Noite da Solidariedade, em face da participação do poeta Emmanuel Marinho no evento. "Estamos preparando uma grande manifestação artística e cultural para ficar marcada na história de Mundo Novo, quem ganha com isso é nossa comunidade", disse Malheiros.

Essa é a primeira vez que Emmanuel Marinho se apresentará na cidade de Mundo Novo e será a primeira homenagem pública que o poeta fará a Geraldo Garcia de quem era amigo pessoal. Inclusive, a realização da Oficina Pedagógica na cidade foi proposta por intermédio de Garcia no mês de janeiro desse ano. Para assistir Emmanuel Marinho na 2ª Noite da Solidariedade basta levar um quilo de alimento não perecível.



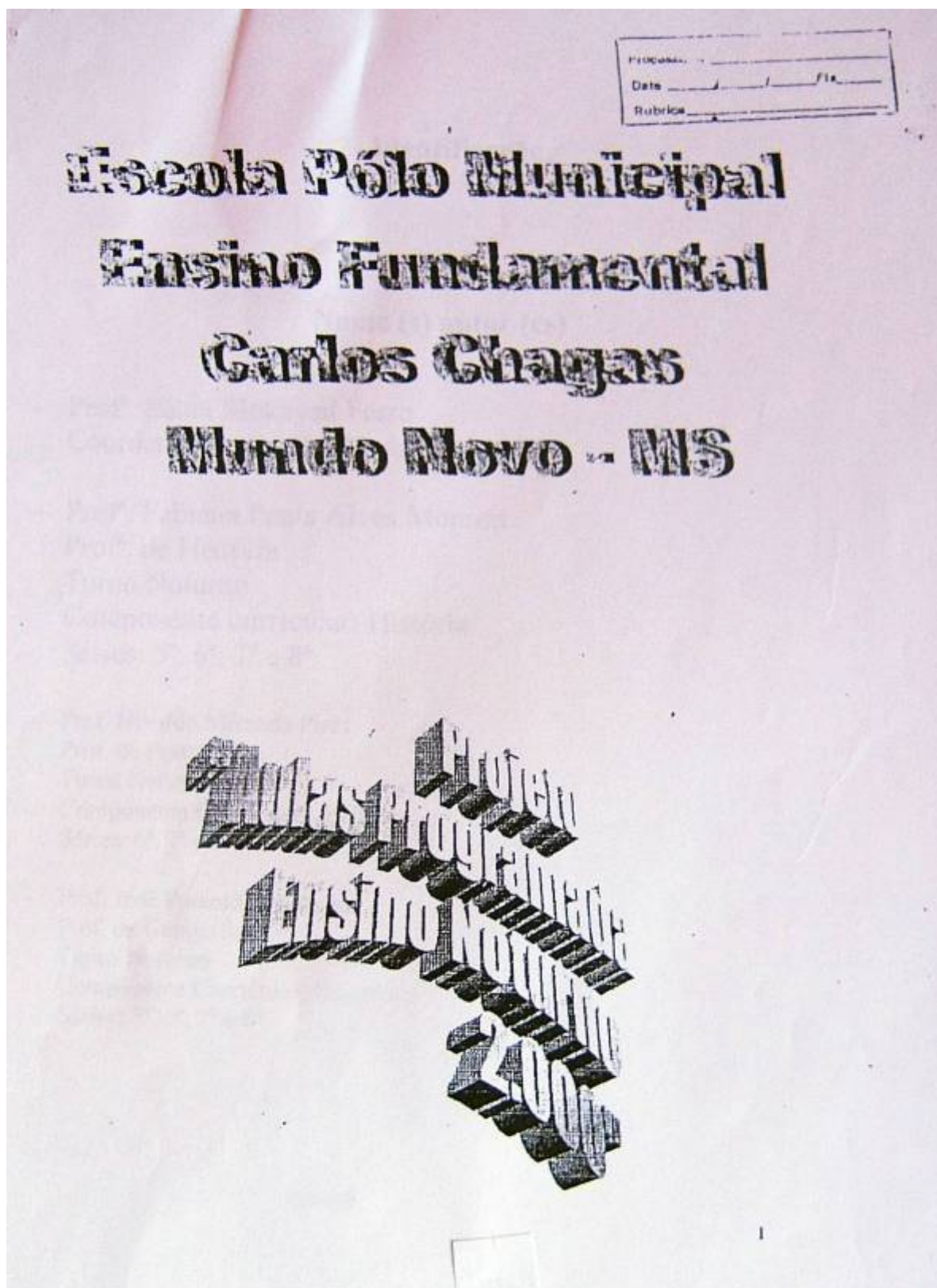
O poeta e ator douradense se apresenta na quinta e sextas-feiras em Mundo Novo

Anexo 5

**Anexo E** - Valorização da cultura e destaque ao poeta e ator douradense Emmanuel Marinho.

**ANEXO F**

Ações Projeto Político Pedagógico Aulas Programadas



## 2- Identificação

### Nome (s) autor (es)

- Prof<sup>ª</sup>. Sálua Mokayad Ferro  
Coordenadora de 5<sup>a</sup> à 8<sup>a</sup> séries
  
- Prof<sup>ª</sup>. Fabiana Paula Alves Moreira  
Prof<sup>ª</sup>. de História  
Turno Noturno  
Componente curricular: História  
Séries: 5<sup>a</sup>, 6<sup>a</sup>, 7<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup>
  
- Prof. Nivaldo Miranda Pires  
Prof. de Português  
Turno Noturno  
Componente Curricular : História  
Séries: 6<sup>a</sup>, 7<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup>
  
- Prof. José Peixoto dos Santos  
Prof. de Geografia  
Turno Noturno  
Componente Curricular: Geografia  
Séries: 5<sup>a</sup>, 6<sup>a</sup>, 7<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup>

### 3- Sumário

PROFESSOR	_____
Data	____/____/____
Rubrica	_____

#### Índice Geral

CAPA:	página 1
IDENTIFICAÇÃO:	página 2
SUMÁRIO:	página 3
APRESENTAÇÃO: E FINALIDADE:	página 4
JUSTIFICATIVA:	página 5
OBJETIVOS:	página 6
METODOLOGIA:	página 7, 8 e 9
DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO:	página 10
CONCLUSÃO E AVALIAÇÃO:	página 11

Projeto	_____
Data	____/____/____
Rubrica	_____

#### 4- Apresentação

Este trabalho é visto como um ponto referencial para início de correção das distorções se acumularam no decorrer dos anos no nosso Ensino Fundamental noturno.

A Escola é uma instituição social criada pelo homem e por isso a medida que começa a se distanciar de seus objetivos, deverá ser modificada.

Com esta visão já implícita em nosso Projeto Político Pedagógico, estamos posicionados para as transformações necessárias no Ensino Noturno.

#### Finalidade

Dar um atendimento diferenciado estreitando a interação professor-aluno, professor-escola e aluno-escola. Permitir ao aluno responsabilizar-se também e de fato, pela sua aprendizagem, conhecendo o seu ritmo de ação e suas possibilidades.

Gradativamente, curar o dado mais execrável do Ensino Noturno: a evasão, dinamizando essa educação estática que aí está, como transmissora de “verdades”, quando apenas informa, e mal.

Esse modelo, hoje, só se presta como barreira entre a Escola e aldeia global do nosso mundo.

Processo n°
Data: ...../...../.....
Inscrição

## 5- Justificativa

Diz Piaget: “Todo ser humano tem o direito de ser colocado durante sua formação, em um meio escolar de tal ordem que lhe seja possível chegar ao ponto de elaborar, concluir e posteriormente ,aos instrumentos indispensáveis a adaptação. “

Toda escola possui um conjunto de características que a diferencia das demais, ditado pelo contingente humano que a compõe, especialmente sua clientela escolar.

Essa nossa clientela noturna está inserida na base da pirâmide social, totalmente defasada quanto a faixa etária escolar, trabalha exaustivamente no dia, e vem para o seu meio escolar, cansada, com fome, com medo do desemprego, e, pra mais uma jornada de quatro horas consecutivas e NOTURNAS. Vem para “elaborar “um livro cujos conteúdos muito , ou nada tem a ver com sua realidade, e deve “concluir “ conceitos que não completam as suas estruturas já adquiridas.

Essa clientela, por mais que se esforce ou queira, chegará a “adaptação” piagetiana em sua Teoria Cognitiva.

Essa clientela começa o ano estigmatizada, condenada a marginalização ( por quem ? ) diante do processo evolutivo mundial, que se acelera alucinadamente.

Toda iniciativa, no uso de um novo instrumental que possa desencadear mudanças nessa situação, que nos liberte dessa letargia quanto ao ensino noturno, deve ser experimentada.

Processo n° \_\_\_\_\_  
Data \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Rubrica \_\_\_\_\_

## 6-Objetivos

Para que o diagnóstico traçado de nossa clientela escolar, em nosso Plano Político Pedagógico venha a ser operacionalizado de fato, quanto ao Ensino noturno, não basta apenas motivação e outras, é necessário desencadear um processo de empatia entre a escola-aluno-professor, para que as demais atitudes brotem a seguir.

Usar de procedimentos que pressuponham comportamentos sociais de integração, de uma reciprocidade nas ações de cada indivíduo envolvido, dirigida para o respeito - mútuo, que possibilitem o conhecimento de suas potencialidades, e finalmente formar uma concepção de ESCOLA, para esse educando, onde ele irá aprender por si mesmo a conquistar "verdades" gradativamente e, em graduação, que obedeça seu ritmo

Problema n°	_____
Data	____/____/____
Rubrica	_____

## 7- Metodologia

A linha metodológica será norteada pelo conhecimento sistêmico, onde o processo de construção da aprendizagem é determinado pela história, ( momento que se vive ), pelos contextos culturais e institucionais, ( espaço em que se atua), e pela natureza sócio internacional ( o que o meio cultural determina ).

No primeiro momento: um texto motivador lido, interpretado e analisado pelos alunos sob a orientação de seus professores orientadores, comtendo a essência o núcleo do assunto e sua problematização, já anteriormente nomeados pelos alunos, quando da decisão do projeto.

Meios para trabalhar os assuntos:

- Pesquisas bibliográficas
- Na vidioteca
- Em jornais e revistas
- Questionários

Esse projeto terá início na segunda semana letiva do ano 2.000, nos últimos horários de cada turma do turno noturno, não será usado o primeiro por termos julgado improdutivo, portanto teremos apenas cinco ( 5 ) horas-aula semanais. Os componentes curriculares neste bimestre serão: Português, História e Geografia, respectivamente: 02( duas), 02( duas) e uma (01). Seu término está previsto para a última semana do primeiro semestre.

Processo	.....
Data	.....
Autore	.....

## 10- Desenvolvimento do Trabalho

Os conteúdos eleitos a serem trabalhados no primeiro bimestre, apresentam-se largamente ao desenvolvimento com a transversalidade, especialmente quanto a Pluralidade Cultural, Ética e Cidadania. Queremos através desse Projeto, reafirmarmos nossa cidadania, prestando informações, orientando análises de fatos e valores quanto ao papel da Escola como formadora de sujeitos sociais, aptos a cidadania. A cidadania brasileira.

Nós brasileiros, e isso deve ser frisado aos nossos alunos, não devemos apenas aprender o que é pluralidade cultural, a nós compete vivermos desde o berço a pluralidade cultural. E, justamente por termos essa gama de etnias compondo a nossa, só a educação sistematizada (escola) tem meios de evitar o desenvolvimento de pensamentos e ações preconceituosas, promovidos por outros agentes sociais.

Assim, viramos o feitiço contra o feiticeiro, dando a oportunidade aos nossos de conhecer a etnia que construímos nestes quinhentos anos, um patrimônio etnocultural composto de diversidade cultural jamais encontrada em país algum. Que essas diferenças formam a homogeneidade de nosso povo, de forma tão rica.

Que, cada um de nós, conhecendo nossas origens, acharemos dentro de nosso grupo cultural específico, valores que nos propiciarão perceber traços dos mesmos, incorporados aos demais brasileiros.

Finalmente, admitir que se a realidade social com seus valores e limites, é contraditória, esta realidade também é um processo histórico permanente, onde estes valores e limites poderão ser transformados pela ação social, e, o que é melhor, através de nós.

Nome	_____
Data	____/____/____
Assinatura	_____

## 11-Conclusão e Avaliação

### 11.1-Avaliação do Processo e do Trabalho

Usando o Grande Grupo, a avaliação será feita após a apresentação do trabalho e durante o processo todo sempre que o mesmo requeira alguma síntese ou conclusão.

### 11.2-Auto-Avaliação

Sempre usando “grupos”, o aluno fará sua reflexão e será ajudado sempre que necessário.

### 11.3-Avaliação Final do Projeto:

Reunir todos os dados, organizando-os de forma de forma a serem interpretados e analisados, sobre o ponto de vista de correspondência com a problematização levantada. Tornar público os resultados obtidos.

ESTABELECIMENTO: ESCOLA PÓLO MUNICIPAL CARLOS CHAGAS

LOCALIDADE: MUNDO NOVO - MS

ANO DE IMPLANTAÇÃO : 2000

CARGA HORÁRIA : 833 HORAS  
1000 HORAS/AULA

DIAS LETIVOS ANUAIS : 200

SEMANAS LETIVAS ANUAIS : 40

DIAS SEMANAIS : 05

DURAÇÃO HORA-AULA : 50 MINUTOS

E. P. M. "CARLOS CHAGAS"

R. Mato Grosso Esq. c/R. 5 M. Novo/MS

TURNO: DIURNO

### Quadro Curricular

#### Ensino Fundamental 5ª à 8ª séries

COMPONENTES CURRICULARES	SÉRIES			
	5ª	6ª	7ª	8ª
LÍNGUA PORTUGUESA	5	5	5	5
HISTÓRIA	3	3	3	3
GEOGRAFIA	3	3	3	3
MATEMÁTICA	5	5	5	5
CIÊNCIAS	3	3	3	3
LÍNGUA ESTRANG. INGLÊS	1	1	1	1
LÍNGUA ESTRANG. ESPANHOL	1	1	1	1
EDUCAÇÃO FÍSICA	2	2	2	2
EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	1	1	1	1
EDUCAÇÃO RELIGIOSA	1	1	1	1
CARGA HORÁRIA SEMANAL EM HORAS/AULA	25	25	25	25
CARGA HORÁRIA ANUAL EM HORAS/AULA	1000	1000	1000	1000
CARGA HORÁRIA ANUAL EM HORAS	833	833	833	833

Apreciado  
EM 06/12/99  
A.T.E.  
Tolanda Coimbra da Silva  
Inspetora Escolar - Res. "p" SED  
de 26/05/99 - DO n.º 6020

Aprovado  
EM 06/12/99  
Tolanda Coimbra da Silva  
Inspetora Escolar - Res. "p" SED  
de 26/05/99 - DO n.º 6020

Anexo F - Componentes Curriculares

## Cronograma

Processo n° _____
Data _____ de _____ de _____
Rubrica _____

Disciplina	Assunto	Problematização
Português História Geografia	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Brasil 500 anos</li> <li>- Racismo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Causas e conseqüências</li> <li>- Resgate cultural</li> </ul>
Português História Geografia	<ul style="list-style-type: none"> <li>- História de Mundo Novo</li> <li>- Questão da Terra no Brasil</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de conhecimento da História do Município desvalorização;</li> <li>- Má distribuição da terra. Falta incentivo a agricultura.</li> </ul>
Português História Geografia	<ul style="list-style-type: none"> <li>- História de Mato Grosso do Sul</li> <li>- Desemprego</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de conhecimento da História do Estado. Desvalorização.</li> <li>- Causas e conseqüências.</li> </ul>
Português História Geografia	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Vivência na Escola</li> <li>- Criador, criaturas e criações</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Quais as ações de cada um?</li> <li>- Omissão do respeito mútuo.</li> </ul>



Sexta-feira, 27 de julho de 2001 **7****OParanazão****Mato Grosso do Sul****Secretaria de Educação capacita merendeiras em Mundo Novo**

A prefeitura municipal de Mundo Novo, através da Secretária de Educação, Sueli Gozzi, promoveu no último dia 12 de julho mais um seminário de Capacitação de Merendeiras do município. Este foi o terceiro seminário de uma série de cinco envolvendo as merendeiras das redes estadual e municipal de ensino de Mundo Novo, que aconteceu dessa feita na Creche Paulo Freire.

O curso está sendo ministrado para 35 merendeiras do município e acontece em forma de seminários sendo que o próximo já está marcado para o dia 10 de agosto. Os instrutores são todos do Paraná e

coordenadores de projetos de alimentação natural em vários municípios daquele estado.

Segundo declarações da professora Sueli Gozzi, secretária municipal de educação, as participantes foram envolvidas por dinâmicas de bom relacionamento humano e valorização da vida. O almoço e o lanche da tarde foram feitos pelos integrantes do projeto com produtos regionais (Horta Comunitária) e alimentação integral em forma de bolachas, doces, sucos naturais envolvendo o aproveitamento das fibras e das cascas das frutas e dos legumes no cardápio. Produtos tidos como sobras na



**3º seminário de capacitação de merendeiras realizado**

cozinha convencional como farelos de arroz e de trigo, cascas de banana entre outros, são transformados em massas e doces altamente nutritivos e de sabor que não fica a dever nada às massas e do-

ces convencionais. "É um projeto revolucionário que já está começando a acontecer nas nossas escolas mudando hábitos e costumes inclusive nas nossas próprias casas" enfatiza Sueli Gozzi.

**Anexo G - Capacitação de recursos humanos merendeiras.**



Coordenador Nacional do MST, João Pedro Stédile, discursando durante o I Encontro Municipal dos Servidores Públicos, no CTC, 09/05/98.



Servidores reunidos em grupos, durante o I Encontro Municipal dos Servidores Públicos, ministrado por João Pedro Stédile. Local: CTC, 09/05/98.

**Anexo G** - Coordenador nacional do MST João Pedro Stédile - Primeiro encontro dos servidores públicos.



Antônio José Ângelo Motti, Psicólogo e Superintendente de Cidadania e Justiça do MS, palestrando para representantes, professores e demais população mundonovense, durante 1º Seminário Regional Sobre Criança e Adolescente, no SalãoParoquial de Mundo Novo, 04/09/98.



Antônio José Ângelo Motti, Psicólogo e Superintendente de Cidadania e Justiça do MS, palestrando para representantes, professores e demais população mundonovense, durante 1º Seminário Regional Sobre Criança e Adolescente, no SalãoParoquial de Mundo Novo, 04/09/98.

**Anexo G** - Formação da população de Mundo Novo 1º seminário regional sobre crianças e adolescentes.

■ MUNDO NOVO

# Seminário discute educação em saúde

*Agentes de saúde do Cone Sul participaram da oficina organizada pela FNS e secretarias de Saúde*

Ronney Edson Minella

Da Sucursal de Naviraí

**E**nfermeiros, assistentes sociais, agentes comunitários de saúde, professores e outras pessoas que atuam na área de Saúde, participaram de uma oficina para a formação de equipes de Educação em Saúde.

Este encontro aconteceu de 23 a 27 de novembro em Mundo Novo, tendo sido encerrado ontem com representantes de Iguatemi, Naviraí, Aral Moreira, Caarapó, Eldorado, Paranhos e Mundo Novo.

De acordo com a pedagoga, Educadora em Saúde Pública e instrutora da Fundação Nacional de Saúde, Janete Belini D' Oliveira, os encontros que estão acontecendo por região tem o objetivo principal de assessorar os municípios na formação de equipes locais de Educação em Saúde. "Assim, buscamos proporcionar maior entendimento das políticas de saúde e do papel de cada um, cidadão ou profissional da área, no contexto sócio-político.

Durante o seminário, Janete e os monitores Sandra Maria Pires Gonçalves, Helena Ferreira Santana (de Dourados) e Mário Antônio Cavinatto de Mello, aproveitaram para estimular a participação popular no controle social, organização e até no gerenciamento dos serviços locais de saúde. "Tem que ficar claro que a sociedade de um modo geral deve participar das ações e iniciativas que visam melhorar a saúde da comunidade", acrescentou Mario Mello.

Dentro do tema central "O papel do Educador em Saúde



Agentes de Saúde de toda a região participaram do encontro em Mundo Novo

como transformador da realidade", os técnicos em Saúde salientaram a necessidade de se promover uma articulação maior entre o Conselho Municipal de Saúde e órgãos ou entidades que atuam direta ou indiretamente com a Saúde, para que ocorra uma ação mais integrada de Educação para a saúde.

Trocando experiências positivas, os participantes da oficina puderam questionar a fundo sobre a visão e compreensão de cada um sobre a saúde pública e como adotar o processo ensino-aprendizagem.

Outro detalhe abordado foi a importância de se rever os conceitos que a maioria tem sobre a saúde e ainda de repensar as prá-

ticas adotadas na educação em saúde para que haja eficácia no trabalho de vigilância epidemiológica em cada município e, sobretudo, no combate à todo tipo de doenças.

Depois de repassadas técnicas educativas, novos métodos de atuação e alternativas como proposta pedagógica universal da área de Saúde, a instrutora Janete Belini considerou altamente positivo o resultado das reuniões, pois o conteúdo programado para o seminário além de ser cumprido, proporcionou conhecimentos específicos que facilitaram o melhor atendimento do público alvo.

Para o secretário de Saúde de Mundo Novo, dr. Sandro Arthur, o seminário que ocorreu durante

toda a semana veio em momento bastante oportuno e preencheu uma lacuna em educação em Saúde. "A Prefeitura de Mundo Novo tem liderado projetos e iniciativas para a melhoria da Saúde da população, aplicando metas traçadas a nível do Ministério da Saúde e da Secretaria de Saúde do Estado. Mas através de iniciativas próprias trouxe recentemente o seminário sobre odontologia, área que também tem oferecido especial atenção. Hoje cumprimos mais uma etapa deste amplo programa de resgate de saúde da comunidade, por isso, concluímos que Mundo Novo mais uma vez saiu na frente e foi premiado com este encontro regional", declarou.

**Anexo H**  
**Painel de prestação de contas**



Painel de Prestações de Contas da Prefeitura Municipal de Mundo Novo. Foto: Nêne Colorama. Nov/97.



Painel de prestação de contas do Janeiro a Junho  
 100 dias do governo, informando a população sobre  
 os resultados obtidos no período.

O PARANÁZÃO 05 DE JUNHO DE 1998

## Mundo Novo

# IPTU 98

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNDO NOVO-MS**  
GOVERNO POPULAR E PARTICIPATIVO  
PRESTAÇÃO DE CONTAS DE JANEIRO A MARÇO 1998  
TOTAL GERAL ARRECADADO R\$ 2417046,00

**DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO ATUAL**

DESPESA P. CAMARÁ MUNICIPAL	158.062,71	DESPESA SEC. OBRAS	58.500,00
FOLHA DE PAGO DO PERIÓDO	648.212,41	DESPESA SEC. AGRICULTURA	125.000,00
DESPESAS DO GAB. DA PREFEITA	32.405,94	DESPESA SEC. SAÚDE	140.000,00
DESPESA SEC. ADMINISTRAÇÃO	17.793,34	DESPESA SEC. IND. COMÉRCIO	2.000,00
DESPESA SEC. FINANÇAS	1.026,85	TOTAL	3.023.000,00
DESPESA SEC. EDUCAÇÃO	274.236,42	<b>SALDO EM CAIXA</b>	<b>715.000,00</b>
		<b>DESPESAS A PAGAR</b>	<b>231.000,00</b>

**Mundo Novo  
Da Assessoria**

Todo o dinheiro arrecadado com IPTU/98 e Alvarás, na cidade de Mundo Novo na Região cone sul de MS, será investido a partir de determinação do Conselho do Orçamento Participativo, uma iniciativa inédita do Município, a campanha do IPTU/98 foi lançada no começo de maio e o dinheiro arrecadado está sendo depositado numa conta a parte e só será gasto após o conselho do OP, que reúne representantes de todos os bairros e segmentos organizados da população, definir as prioridades.

A Prefeitura está dando descontos que variam de 20% a 40% para quem efetuar o pagamento a vista até o dia 30 de julho. O contribuinte também pode, se desejar, parcelar o valor da dívida em até 6 meses.

O contribuinte que efetuar o pagamento integral de IPTU até 30 de julho, seja parcelado ou a vista, participa do sorteio de prêmios estipulado pela Prefeitura. Esse ano serão sorteados mais de 30 prêmios, entre televisor, bicicletas, liquidificador, ventilador, bate-dor de bolo, ferro elétrico e até uma motocicleta CG 25 cc zero quilômetro. Os prêmios serão sorteados em agosto durante a realização da Festa do Folclore.

No ano passado a Prefeitura de Mundo Novo arrecadou em torno R\$ 100.000,00 de IPTU e Alvarás. Em 97 há houve um aumento considerado na arrecadação de IPTU em relação a 96, tendo em vista a credibilidade da Administração da prefeita Dorcelina Bolador (PT) junto a população e a previsão deste ano é arrecadar R\$ 50.000,00 de IPTU e taxas.

O aposentado que recebe até dois salários mínimos mensais está sendo do pagamento do IPTU do imóvel onde reside. Já o contribuinte comprovadamente com baixa renda mensal e que não tenha condição financeira para efetuar o pagamento integral do IPTU, receberá um desconto especial que pode chegar até 85%. A Prefeitura colocou out-door em vários pontos da cidade enfocando a campanha do IPTU/98. No painel foram colocadas fotos com realizações feitas pela Administração Municipal, como: a compra de 16 veículos zero quilômetro, construção de parque infantil, construção de creche municipal e compra do primeiro aparelho de ultra-sonografia, o primeiro da história de Mundo Novo.

Anexo H - Despesas da administração 1998.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNDO NOVO			
GESTÃO 2000 1º 100 DIAS DE GOVERNO			
PRESTAÇÃO DE CONTAS À COMUNIDADE			
TOTAL GERAL ARRECADADO	R\$ 1.247.854,76	DESPESAS SECRETARIA DE SAÚDE	R\$ 23.936,84
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO ATUAL		DESPESAS SECRETARIA AÇAO COMUN.	R\$ 30.369,21
REPASSE P/ CAMARA MUNICIPAL	R\$ 156.033,39	DESPESAS SECRETARIA IND. COMERCIO	R\$ 807,22
FOLHA DE PGTO DO PERIODO	R\$ 355.304,94	ADQUIÇÃO S KOMBIS	R\$ 73.972,75
DESPESAS MEDICAS C/FUNCIÓNARIOS	R\$ 3.842,29	TOTAL PAGO DESPESAS ADMIN. ATUAL	R\$ 860.840,04
DESPESAS DO GABINETE DA PREFEITA	R\$ 9.641,27	DIVIDAS PAGAS DA ADMIN. ANTERIOR	
DESPESAS SECRETARIA DE ADMIN.	R\$ 65.224,12	PGTO DE FUNCION. ADMIN. ANTERIOR	R\$ 210.871,07
DESPESAS SECRETARIA FINANÇAS	R\$ 22.272,11	OUTRAS DESPESAS ADMIN. ANTERIOR	R\$ 51.190,62
DESPESAS SECRETARIA DE EDUCACAO	R\$ 72.429,73	TOTAL PAGO DE DIVIDAS PASSADAS	R\$ 262.061,69
DESPESAS SECRETARIA DE OBRAS	R\$ 35.427,61	TOTAL GERAL DAS DESPESAS	R\$ 1.122.901,73
DESPESAS SECRETARIA DE AGRICULTURA	R\$ 11.576,96	SALDO DE CAIXA EM 31/03/97	R\$ 224.953,03

Painel de prestação de contas à comunidade, do 1º 100 dias de governo, instalado na Avenida Campo Grande esquina com a Avenida Brasil. 4B3/97.



Painel de prestação de contas à comunidade, do 1º 100 dias de governo, instalado na Avenida Campo Grande esquina com a Avenida Brasil. 4B3/97.

# Prestando contas e fazendo história

A comunidade está avançando e através da organização vem conquistando melhorias para a cidade e zona rural

## Conquistas da comunidade através do Orçamento Participativo em 98

Aquisição de maquinários	R\$ 158.435,00
Aquisição de terrenos para associações	R\$ 18.000,00
Banco Popular	R\$ 27.000,00
Clube de Mães da Gleba 04	R\$ 4.500,00
Obras de contenção de erosão e asfalto	R\$ 297.700,00
Construção de Creche na Vila Nova	R\$ 36.000,00
Despolpadeira de frutas	R\$ 9.000,00
Equipamentos para piscicultura	R\$ 6.300,00
Fábrica de Rações	R\$ 13.500,00
Perfuração de poços artesanais na zona rural	R\$ 38.500,00
Posto de Cálculo	R\$ 45.000,00
Posto de sementes	R\$ 13.500,00
Rede de energia elétrica no bairro Itapu	R\$ 2.700,00
Rede de eletrificação rural na estrada Boladereú	R\$ 13.500,00
Rede de energia elétrica no bairro Flechi	R\$ 5.400,00
Restauração do Viveiro de Mudas	R\$ 9.000,00
Ampliação da Escola Patrícia Portela	R\$ 45.450,00
Unidade Móvel de Saúde	R\$ 45.000,00

## Prestação de contas de janeiro a novembro de 98

Total geral arrecadado	R\$ 7.082.232,56
<b>Despesas da Administração:</b>	
Repassar para a Câmara de Vereadores	R\$ 523.175,71
Fólia de pagamento do período	R\$ 2.747.726,00
Despesas do Gabinete da Prefeitura	R\$ 314.388,75
Despesas da Sec. de Administração	R\$ 129.436,00
Despesas da Sec. de Finanças	R\$ 121.054,54
Despesas da Sec. de Educação	R\$ 776.185,75
Despesas da Sec. de Obras	R\$ 662.397,42
Despesas da Sec. de Agricultura	R\$ 510.586,87
Despesas da Sec. de Saúde	R\$ 717.029,01
Despesas da Sec. de Ind. e Comércio	R\$ 27.662,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 6.729.663,55</b>

<b>Repasses de convênios para entidades filantrópicas e instituições sociais</b>	
	R\$ 256.254,01

Obs: Em dezembro a Prefeitura repassou à Câmara mais R\$ 25.034,98, totalizando de janeiro a dezembro a repactância de R\$ 256.210,00. Em 2 jeves 98 e 99 a Prefeitura repassou à Câmara de Vereadores de Mundo Novo R\$ 1.100.280,70 para milhas carde e cinco mil duzentos e sessenta reais e setenta centavos.

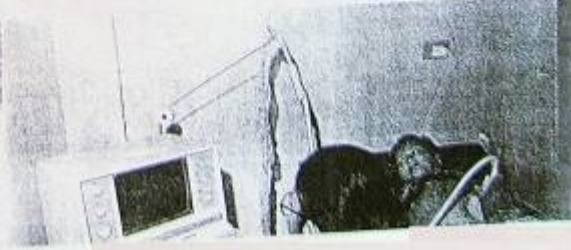
## Assistência Social

**Atendimento à criança, adolescentes e idosos e enfrentamento da pobreza**



## Comunidade mundonovense é beneficiada com mais saúde em 98

A conquista da cidadania tem no seu valor fundamental, o respeito à vida. Em 98 inúmeras foram as ações que concretizaram efetivamente a saúde da comunidade mundonovense. O processo de municipalização consumado com a participação popular, gerenciada através do Conselho Municipal de Saúde, a mudança do modelo assistencial e a implantação da Central de Atendimento, garantiram a organização do sis-



Anexo H - Prestando contas e fazendo história

## ANEXO I

Continuação da segunda reunião do projeto pé no bairro

▼ MUNDO NOVO

# Bairro Fleck recebeu o 2º Pé no Bairro

Divulgação

Um Projeto inédito está sendo colocado em prática com sucesso absoluto pela Prefeitura de Mundo Novo. Trata-se do Projeto Pé no Bairro, projeto este, que consiste em recuperar todas as ruas, atendendo a população na área odontológica e médica, proferir palestras sobre a conservação do Patrimônio Público, palestras sobre cidadania, além da prefeita despachar do local e realizar atividades culturais, recreativas e esportivas; para isso foram acionadas várias secretarias, dentre elas: Saúde, Educação, Obras e Urbanismo, Assistência Social etc... De 31/05 a 06/06, o bairro Fleck recebeu toda atenção necessária do Governo Municipal que não mediu esforços para alcançar os objetivos traçados. No tocante as atividades, houve dança, música através do Videokê, Torneio de Vôlei Masculino e Feminino, como também futebol suíço.

Lembrando que também participou de forma ativa, o Departamento de Esporte que organizou as atividades de sua área. Para a



**Máquinas da Prefeitura Municipal realizaram várias obras no bairro Fleck**

prefeita Dorcelina Folador, esta é uma maneira do Governo ir até os problemas existentes em cada bairro e na medida do possível, realizar as tarefas mais importantes. Dorcelina lembra que outros

bairros também receberam tal benefício, dentre eles: Itaipu, Universitário, Vila Nova, Copagril, Berneck e Centro. A população agradeceu a prefeita pela atitude tomada, demonstrando muito ca-

rinho e atenção principalmente após a realização do trabalho, onde dezenas de pessoas abraçaram a mandatária numa prova de agradecimento pelo que receberam.

**Mundo Novo****Pavimentação está sendo concluída**

**Secretário de Obras de Mundo Novo, Mateo Vêio**

A tão esperada pavimentação asfáltica que dá acesso ao ginásio de esportes, finalmente está sendo concluída. Este é um sonho da população, que sempre sofreu para chegar a tal praça es-

portiva. "No entanto, isso já faz parte do passado", afirmou Mateo Vêio, secretário de Obras. Após praticamente concluir o asfalto da Avenida JK, o objetivo agora é concluir as travessas daquelas proximidades e quem sabe ainda neste ano iniciar outra área de pavimentação aguardada há mais de 10 anos pelos moradores, ou seja, a Avenida Salvador, que tem nela instalada a Rádio Pantanal, a Casa da Terceira Idade, além do Tapajós Clube de Campo. Segundo a prefeita Dorcelina, antes de terminar seu mandato, muitas obras de pavimentação asfáltica e melhorias na área urbana estarão sendo executadas. "Este é um compromisso que fizemos em campanha e que não ficará apenas na promessa", enfatizou Dorcelina.

**Projeto "Pé no Bairro" reúne muita gente**

O projeto "Pé no Bairro", lançado recentemente pela prefeita Dorcelina, de Mundo Novo, já disse a que veio. Nesta semana, o referido projeto está sendo colocado em pauta no 1º bairro, ou seja, o São Jorge. A prefeita Dorcelina fez questão de estar presente e participar de forma direta num contato mais estreito com a população. Aliás, por falar nisso, dezenas de pessoas compareceram até o local apenas para dar as boas-vindas à mesma, além é claro de agradecer o apoio que o bairro vem recebendo. Com isso, sua popularidade continua crescendo junto às camadas mais necessitadas. Durante todo o dia, a operação Pé no Bairro limpou ruas, recuperou-as, atendeu a muitas pessoas com um trabalho odontológico de grandeza, além de discutir com a população os problemas locais. Também uma palestra sobre o projeto foi referida pela atual mandatária mundonovense, sempre se colocando à disposição de sua gente, além de cobrar a participação po-



**Prefeita Dorcelina, de Mundo Novo**

pular em seu governo. As atividades continuarão durante esta sexta e sábado, com a conclusão no domingo, quando na oportunidade serão colocados em prática várias atividades culturais, dentre elas a exibição da Banda Musical e muitas outras atrações. Participe.

**Vereador mundonovense quer melhorias para os deficientes**

**Wagner Ribeiro, médico e vereador de Mundo Novo**

Como é sua característica, o vereador e médico mundonovense Wagner Ribeiro vem lutando bravamente junto ao Poder Executivo

no sentido de melhorar as condições de vida dos deficientes físicos, e isso será possível assim que a prefeitura instalar nos dois hospitais da cidade a rampa de acesso. Isso viria facilitar bastante a vida dos deficientes que por ventura precisam de atendimento médico. Até mesmo na hora do socorro imediato, o deficiente não pode agir sozinho, dependendo de terceiros para poder chegar ao local de atendimento. Essa dificuldade pode ser superada com a instalação de rampas. "Somos sabedores do carinho e atenção oferecida pela prefeita para os deficientes. Tanto é verdade, que em Mundo Novo existe a Associação dos Deficientes Físicos. Isto já é uma prova de atenção à classe dos deficientes, não é mera ilusão", finalizou confiante o médico e vereador.

Anexo9

Anexo I - Projeto educacional pé no bairro.



Anexo I - Reunião na zona rural pé no bairro e deslocamento da zona rural para a reunião do OP.

**Anexo J**  
Reunião do O.P. bairro São Jorge



Reunião do Orçamento Participativo no Bairro São Jorge, prefeita Dorcelina Folador abraça moradora do Bairro. Março/1997.



Reunião do Orçamento Participativo no Bairro São Jorge. Da esq. para a dir. Mário Ramalho; Assessor de Comunicação Elecir Ribeiro Arce; prefeita Dorcelina Folador, discursando e vereador Jaime Simão Ozório. Março/1997.



Reunião do Orçamento Participativo no Bairro São Jorge. Ledi Ferla discursando. Março/1997.



Reunião do Orçamento Participativo no Bairro São Jorge, prefeita Dorcelina Folador cumprimenta moradores do Bairro. Março/1997.



Reunião do Orçamento Participativo no Bairro São Jorge. Laercio (Membro do Bairro) discursando. Março/1997.



Reunião do Orçamento Participativo no Bairro São Jorge. Ledi Ferla discursando. Março/1997.

**Anexo J** - Continuação do orçamento participativo presidente de bairro falando



**Anexo J** - Reunião do projeto pé no bairro na zona rural.

**Anexo K**  
Inauguração do elevador para deficientes na prefeitura 1998.



**INFORME PUBLICITÁRIO****Governo Popular transforma Mundo Novo em cidade cidadania**

Com 16.449 habitantes, Mundo Novo ganhou em 96 um *Governo Popular e Participativo* que já conseguiu mudar o quadro de abandono em que se encontrava a cidade. Entre os 77 municípios do Estado, Mundo Novo ocupa o 47º lugar em miserabilidade e analfabetismo, e está entre as três primeiras cidades de Mato Grosso do Sul em desenvolvimento econômico; é a que mais desenvolve projetos de combate à miséria e à fome.

Com incentivos à indústria e ao comércio, este ano Mundo Novo ganhou a instalação de duas novas indústrias de confecção – a TC Malharias e a Eduforme, ambas do Paraná. Mundo Novo foi o primeiro município a lançar o Projeto Bolsa-Escola e é o pioneiro no Estado a implantar o Orçamento Participativo, responsável pela deliberação dos recursos para projetos de investimentos.

*foto Arquivo Prefeitura Mundo Novo*

**Cidade foi a primeira a ter OP**

Criado em 97, o OP (*Orçamento Participativo*) tem como base a participação popular, feito com a comunidade e para a comunidade. O município foi dividido em 27 setores, incluindo as áreas urbana e rural. Cada setor tem seu representante, um conselheiro e um suplente, escolhidos pelos próprios moradores.

Hoje, o OP compõe 100 membros que definem os recursos para os projetos de investimentos e melhorias na cidade. A Prefeitura Municipal fica encarregada da execução dessas deliberações através de sua Secretarias.

Uma forma da população estar participando do processo administrativo é o *Projeto Pé no Bairro*, um complemento da descentralização do Governo

Popular e Participativo.

Todos os diretores de departamentos, secretários, assessores e inclusive a prefeita se

deslocam, por uma semana, para o bairro escolhido e lá a administração e os moradores participam de assembleias e de atendimentos individuais e coletivos.

Soluções emergentes são feitas nas áreas de saúde, educação, obras, cultura, esporte e lazer. Além, disso a prefeita presta contas do município à comunidade, que tem total liberdade de avaliação do Governo Municipal.

Conforme a prefeita



Dorcelina Folador, "todos os projetos desenvolvidos pela administração municipal legitimam a democracia interna e externa em Mundo Novo, sendo hoje a população quem decide para onde vão os recursos do Município, diferente das administrações anteriores".

Ela ressalta que durante 20 anos, idéias e projetos foram usados como trampolim político para muitos candidatos que se elegeram com promessas. "Agora há democracia", enfatiza.

O PARANAZÃO, PAG. 06 (CONESUL)

14/08/98.

## Orçamento Participativo definiu os investimentos para 99

A prefeitura de Mundo Novo já tem definida as prioridades de investimentos aprovadas pelo conselho do OP que serão inseridas no Orçamento Municipal para o ano de 99. As prioridades foram fechadas pelos Conselhos do Orçamento Participativo, após 3 meses de intensas discussões e reuniões com a comunidade. As propostas aprovadas pelo OP estão sendo sintetizadas no Projeto Orçamento que será enviado à Câmara Municipal de Vereadores.

Os investimentos definidos como prioridades pelos conselheiros do OP para o ano de 99 somam a importância de R\$ 480.000,00. Os investimentos tiveram uma redução em relação a 98, por causa da queda acentuada de arrecadação sofrida pelo Município. Mesmo dispondo de poucos recursos, os conselheiros souberam dividir bem os investimentos, beneficiando as comunidades rural e urbana. João Ravazine Filho, Assessor do OP, explicou que a receita do Município sofreu uma queda acentuada em decorrência das medidas impostas pelo Governo de FHC. "Todos os Municípios estão sofrendo com a queda de arrecadação, resultado das leis empurradas goela abaixo aos municípios pelo Governo Federal", disse Ravazine.

Os conselheiros definiram, entre os investimentos para a zona rural em 99, a compra de equipamentos, insumos agrícolas, construção de rede de eletrificação e reformas de pontes e estradas, implantação de banco de sementes e agroindústrias caseiras do PROVE, perfuração de poços semi-artesianos, dentre outras. "Foram aprovadas coisas simples, porém de suma importância para os moradores da zona rural", definiu um conselheiro.

Para a zona urbana os conselheiros aprovaram recursos para implantação do banco popular e incubadora industrial; instalação de malharias comunitárias, hor-

tas caseiras e mini indústrias de sandálias e produtos de limpeza, dentro do programa de geração de rendas; construção de moradias populares, drenagem e pavimentação; compra de veículo para Limpeza pública, materiais e equipamentos em geral, entre outras. Também foram aprovadas a compra de aparelhos de oftalmologia, Raios X e equipamentos odontológicos, visando melhorar ainda mais o atendimento da saúde pública municipal, além de investimentos na educação e cultura.

A Prefeitura tem até o dia 3 de agosto, conforme prevê a Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO), para entregar a peça orçamentária na Câmara para análise e votação dos vereadores. "Concluímos a primeira etapa, nossa luta agora será acompanhar par e passo a discussão e votação do Orçamento Participativo na Câmara" disse o conselheiro Silvino Esposito.

Para a prefeita Dorcelina Folador (PT) o Orçamento Participativo representa uma das principais bases de seu governo, onde a população participa e influi diretamente na definição dos investimentos municipais. "Eu como Prefeita vou nas reuniões, discuto e debato, mas não tenho direito a voto, quem define os investimentos são os conselheiros", disse Dorcelina.

<p>- Estruturação do quadro funcional da Câmara Municipal;</p> <p>- Participação em diversos simpósios e seminários;</p> <p>- Participação ativa da Câmara na implantação da União das Câmaras Municipais de Vereadores de Mato Grosso do Sul;</p> <p>- Participação ativa da Câmara na implantação da União de Vereadores do Cone Sul;</p> <p>- Diversas participações em encontros com autoridades Estaduais e Federais objetivando contrair benefícios ao Município de Mundo Novo;</p> <p>- Trabalho de assessoramento de diversos projetos de infra-estrutura no município, inclusive envolvendo piscicultura, pecuária e agricultura.</p>	<p>* Solicitou à Reitora da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, visando evitar esforços para incrementar o número de cursos na unidade de Mundo Novo;</p> <p>* Reivindicou ao Secretário de Estado de Segurança Pública, solicitando remanejamento de duas viaturas, uma da Polícia Civil e outra da Polícia Militar, substituindo-as por viaturas novas que possibilitem aos policiais, garantir a segurança da comunidade;</p> <p>* Reivindicou à Prefeitura Municipal, dar posse aos membros do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, tendo em vista ser fundamental para o atendimento principalmente aos menores</p>	<p>* Indicou a Prefeita Municipal juntamente com os demais Vereadores, reforma a ampliação do Prédio da Câmara Municipal de Mundo Novo;</p> <p>* Indicou a Prefeita Municipal, para a construção de um trevo na rodovia BR-163, mais precisamente na entrada do matadouro, saída para Eldorado, o que diante dessa impossibilidade se faça aterro nas laterais, com sinalização;</p> <p>* Reivindicou junto ao Gerente do Banco do Brasil ceder parte superior do prédio para uso do Tribunal de Justiça para a instalação</p>	<p>* Indicou à Prefeita Municipal retrogradar os canteiros prolongados existentes de frente ao Supermercado Schiavini 2, com a construção de calçadas;</p> <p>* Indicou a Prefeita Municipal ceder uma merendeira para período noturno na Escola Marechal Rondon;</p> <p>* Encaminhou abaixo-assinado subscrito por moradores do Bairro São Jorge para recuperação no final das ruas Sargento Zandoná e Amazonas;</p> <p>* Requereu da Prefeitura cópias das requisições emitidas e no-</p>
--	---	--	---

**Anexo K** - Investimentos executados com o projeto educacional. Jornal Tribuna do Povo, nº 825, de 25 a 02/08/ 1997.

# MUNICÍPIOS

MATO GROSSO DO SUL, TERÇA-FEIRA, 22 DE JUNHO DE 1999

2

▼ MUNDO NOVO

## Prefeitura inicia projetos deliberados pelo OP

A Prefeitura Municipal de Mundo Novo, Governo Popular e Participativo, começa a executar hoje as obras do Orçamento Participativo, o qual abrange um pacote de 10 projetos em estudo desde agosto do ano passado, dos 27 setores da cidade. Autorizado pelos conselheiros e suplentes, o valor deliberado é de R\$ 856 mil, o qual corresponde a 80% do repasse dos royalties de 1999.

O Orçamento Participativo foi implantado em 97 e faz parte da proposta de governo da Prefeitura de Mundo Novo e tem por objetivo a total participação da comunidade nas atividades de melhoria do município.

O programa compõe 96

membros representantes da população, divididos entre conselheiros e suplentes, responsáveis por discutir, organizar, projetar e autorizar os projetos pedidos pela comunidade.

Conforme o assessor do Orçamento Participativo, Humberto Amaducci, R\$ 212.250,00 vão para a agricultura e meio ambiente nos projetos calcário, poços artesanais e cafeicultura.

Outros R\$ 44.850,00 vão para a indústria, comércio e turismo nos projetos Prove e Banco Popular.

A Secretaria de Obras também vai receber R\$ 553 mil para os projetos da capela mortuária, combate a erosão, asfalto e terreno para cemitério. E mais R\$

50 mil vão para a ampliação da Escola Municipal Carlos Chagas, incluída no setor de Educação.

Para Dorcelina Folador, estar executando esse pacote de 10 projetos, debatidos em plenárias nas comunidades e deliberados pelo Orçamento Participativo, representa a legitimação da democracia externa de seu governo.

"Os conselheiros são os representantes da população e os responsáveis por direcionar as obras do nosso município", disse a prefeita concluindo que o município de Mundo Novo, com certeza, é a cidade mais democrática e participativa de Mato Grosso do Sul.

**Anexo K - Publicação dos projetos deliberados do O.P.**



**Anexo K** - Reunião pé no bairro, execução do projeto educacional banda municipal.

# Mundo Novo define investimentos

*Prioridades foram definidas após três meses de intensos debates nas comunidades e no Conselho*

DIÁRIO DO POVO

2 - Região - Sexta-feira, 07 de agosto de 1998 - Geral



Conselheiros do Orçamento Participativo, durante votação que definiu investimentos para o ano de 99

A Prefeitura de Mundo Novo já tem definida as prioridades de investimentos aprovadas pelo conselho do OP que serão inseridas no Orçamento Municipal para o ano de 99. As prioridades foram fechadas pelos Conselheiros do Orçamento Participativo, após 3 meses de intensas discussões e reuniões com a comunidade. As propostas aprovadas pelo OP estão sendo sistematizadas no Projeto Orçamentário que será enviado à Câmara Municipal de Vereadores.

Os investimentos definidos como prioridades pelos conselheiros do OP para o ano de 99 somam a importância de R\$ 480.000,00. Os investimentos tiveram uma redução em relação a 98, por causa da queda acentuada de arrecadação sofrida pelo Município. Mesmo dispondo de poucos recursos, os conselheiros souberam dividir bem os investimentos, beneficiando as comunidades rural e urbana. João Ravazine Filho, Assessor do OP, explicou que a receita do Município sofreu uma queda acentuada em decorrência das medidas impostas pelo Governo de FHC. "Todos os Municípios estão sofrendo com a queda de arrecadação, resultado das leis empurra-

das da goela abaixo os municípios pelo Governo Federal", disse Ravazine.

Os conselheiros definiram, entre os investimentos para a zona rural em 99, a compra de equipamentos, insumos agrícolas, construção de rede de eletrificação e reformas de pontes e estradas, implantação de banco de sementes e agroindústrias caseiras do PROVE, perfuração de poços semi-artesianos, dentre outras. "Foram aprovadas coisas simples, porém de suma importância para os moradores da zona rural", definiu um conselheiro.

Para a zona urbana os conselheiros aprovaram recursos para implantação do banco popular e incubadora industrial; instalação de malharias comunitárias, hortas caseiras e mini indústrias de sandálias e produtos de limpeza, dentro do programa de geração de rendas, construção de moradias populares, drenagem e pavimentação; compra de veículo para limpeza pública, matérias e equipamentos em geral, entre outras. Também foram aprovadas a compra de aparelhos de oftalmologia, Raios X e equipamentos odontológicos, visando melhorar ainda mais o atendimento da saúde pública municipal, além de investimentos na educação e

cultura.

A Prefeitura tem até o dia 31 de agosto, conforme prevê a Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO), para entregar a peça orçamentária na Câmara para análise e votação dos vereadores. "Concluímos a primeira etapa, nossa luta agora será acompanhar par e passo a discussão e votação do Orçamento Participativo na Câmara" disse o conselheiro Silvino Esposito.

Para a prefeita Dorcelina Folador (PT) o Orçamento Participativo representa uma das principais bases de seu Governo, onde a população participa e influi diretamente na definição dos investimentos municipais. Ela disse que fica contente e sente uma grande satisfação nos conselheiros do OP, quando das discussões e definições das prioridades. "Eu como Prefeita vou nas reuniões, discuto e debato, mas não tenho direito a voto, quem define os investimentos são os conselheiros. O OP significa a democracia participativa, onde a população define o investimento público, é totalmente diferente de você colocar umas em pontos estratégicos da cidade para o povo opinar, como fazem alguns prefeitos", disse Dorcelina.

Anexo K - Votação das prioridades de Mundo Novo.

# ANEXO L

## Destaque a setenta famílias atendidas pelo bolsa escola

Especial Mundo Novo

### Determinada, Corajosa e ousada, Dorcelina prova que de frágil, mulher não tem nada

Mulher, esposa, mãe e profissional, Dorcelina não se dá por vencida. Ela é a protagonista de uma história que inspira e motiva. A sua coragem e ousadia são exemplos para muitas mulheres que vivem no mundo novo. Ela não tem medo de enfrentar os desafios e lutar por seus sonhos. Sua história é uma prova de que a mulher não tem nada de frágil. Ela é determinada, corajosa e ousada. Ela sabe o que quer e não desiste. Ela é uma mulher que não se dá por vencida. Ela é uma mulher que inspira e motiva. Ela é uma mulher que prova que a mulher não tem nada de frágil.

**Saúde**

A área de saúde em Mundo Novo tem recebido atenção especial. O governo tem investido em equipamentos e profissionais para garantir a qualidade do atendimento. A saúde é uma prioridade para todos os moradores. O objetivo é proporcionar um atendimento de qualidade e garantir o bem-estar da população.

**Educação**

O setor educacional tem a marca de 1996, quando o governo iniciou a construção de novas escolas. O objetivo é garantir o acesso à educação para todos os moradores. O governo tem investido em equipamentos e profissionais para garantir a qualidade do ensino. A educação é uma prioridade para todos os moradores. O objetivo é proporcionar um ensino de qualidade e garantir o futuro da população.

**Agricultura e Meio Ambiente**

A agricultura e o meio ambiente são prioridades para o governo. O objetivo é garantir a sustentabilidade e a qualidade de vida dos moradores. O governo tem investido em equipamentos e profissionais para garantir a qualidade do atendimento. A agricultura e o meio ambiente são prioridades para todos os moradores. O objetivo é proporcionar um atendimento de qualidade e garantir o bem-estar da população.

**Assistência Social**

A assistência social é uma prioridade para o governo. O objetivo é garantir o bem-estar da população e proporcionar um atendimento de qualidade. O governo tem investido em equipamentos e profissionais para garantir a qualidade do atendimento. A assistência social é uma prioridade para todos os moradores. O objetivo é proporcionar um atendimento de qualidade e garantir o bem-estar da população.

**Cultura**

A cultura é uma prioridade para o governo. O objetivo é garantir a preservação e o desenvolvimento da cultura local. O governo tem investido em equipamentos e profissionais para garantir a qualidade do atendimento. A cultura é uma prioridade para todos os moradores. O objetivo é proporcionar um atendimento de qualidade e garantir o bem-estar da população.

**Obras**

O governo tem investido em obras de infraestrutura para garantir a qualidade de vida dos moradores. O objetivo é proporcionar um atendimento de qualidade e garantir o bem-estar da população. O governo tem investido em equipamentos e profissionais para garantir a qualidade do atendimento. As obras são uma prioridade para todos os moradores. O objetivo é proporcionar um atendimento de qualidade e garantir o bem-estar da população.

**IMPARCIAL**

IMPARCIAL



Anexo L - Obras em consequência do projeto educacional no município.

O 1 Festival Ecumênico de Músicas Sacras Interessante - FEMUSI, realizado no domingo em Mundo Novo, foi uma grande confraternização cultural religiosa das igrejas e fiéis cristãos e um alerta contra o narcotráfico e o uso de drogas. O festival contou com a participação de músicos de cidades de Mato Grosso do Sul e do Paraná e contagiou o público que compareceu no Ginásio de Esportes da cidade.

O festival teve momentos de pura beleza e solidariedade entre os participantes, como o culto ecumênico celebrado pelas igrejas católica e evangélicas envolvidos na realização do evento, demonstrando a união entre as instituições religiosas da cidade. A prefeita Dorcelina Folador (PT) também destacou o congraçamento entre as igrejas. "Criamos o FEMUSI com o objetivo de integrar as religiões cristãs de nossa cidade e da região; resgatar os jovens para dentro das igrejas na convivência familiar e cristã e assim termos uma vida mais solidária, justa e humana, sem prostituição e livre das drogas. Esse festival representa um ato de repúdio aos traficantes que ardem na nossa juventude para espalhar a desgraça entre as famílias", disse a prefeita.

Para a prefeita Dorcelina, o FEMUSI constitui um marco histórico para a comunidade mato-grossense no cone sul de MS e do oeste/noroeste paranaense, no sentido da juventude estar sempre alerta contra as drogas e as ações dos traficantes e persistir, sempre, em busca dos caminhos traçados por Cristo Salvador. "Jovem use dos seus dons e talentos a serviço de Deus", complementou ela, durante a solenidade de abertura do festival.

Enquanto a Comissão



Prefeita Dorcelina Folador discursa durante o I Festival de Música Sacra, realizado sábado em Mundo Novo

Julgadora final, com atenção, os olhos nos cantores e anotava os detalhes nas planilhas, a platéia fazia a festa, cantando e aplaudindo seus astros no palco. O Ginásio ficou literalmente dividido pelas freixas organizadas, cada uma disputando palmo a palmo o título de mais animada do FEMUSI. Nos intervalos de um cantor para outro, os apresentadores oficiais Valdomiro Sobrinho e Solange Cristina informavam detalhes do festival e ainda animavam o povo presente. As apresentações musicais duraram cinco horas e o resultado final saiu instantaneamente, porque a apuração foi realizada por computador através de um programa específico criado especialmente para o evento.

**CLASSIFICAÇÃO**

A Comissão Julgadora classificou, entre as 18 canções apre-

sentadas, as 10 melhores. Os classificados do 4º ao 10º lugar receberam medalhas e certificados, e os 3 primeiros colocados foram agraciados com troféus e premiação em dinheiro, cabendo R\$ 200,00 ao 3º lugar, R\$ 300,00 para o 2º e R\$ 500,00 para o campeão.

A cidade de Eldorado levou o 3º lugar com o cantor Abel José da Silva, representante da Igreja Católica, com a música "Amigo", obtendo média 8,3. Mundo Novo

ficou com o 2º lugar com a Banda Sento do Único, com a música "Amar e Viver". A banda representou as igrejas Assembleia de Deus, Batista e Nosso Senhor Jesus Cristo e obteve da Comissão Julgadora a nota 8,4. O grande campeão do festival foi o cantor Marcos da Silva Ribeiro, representante da Igreja Assembleia de Deus da cidade de Anambá,

com a música "Cria em Jesus" e obteve a nota 8,6.

As torcidas mais animadas também receberam troféus e organizadores. O 2º lugar foi para a torcida de Mundo Novo cabendo a torcida da cidade Guaira (PR) o título de campeã geral de animação. organizadores do FEMUSI também premiarão as igrejas e troféus pela participação no festival.

Para a Comissão Organizadora o festival foi completo e atingiu todos os objetivos traçados no começo do ano. Diretor do Departamento de Cultura, Valdeir Milhetos, diz que o sucesso obtido compen- sa os 3 meses de trabalho incansável das pessoas envolvidas, empenho do FEMUSI e para que o próximo ano um festival ainda melhor.



Marcos Ribeiro recebe troféu de campeão do FemusI



Público entusiasmado presideza, interpreta no festival

■ MUNDO NOVO

# Prefeitura executa diversas obras

*Asfalto, canal no Tapajós, construção de creches e ampliação de escola são alguns investimentos*

Ronney Edson Minella

De Sucursal de Navral

**O**s setores de Educação, Assistência Social e infra-estrutura urbana estão recebendo investimentos em torno de R\$ 250 mil da Prefeitura de Mundo Novo. Os recursos estão sendo aplicados em quatro importantes obras de longo alcance social.

## PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

Em fase final está a obra de pavimentação asfáltica das ruas JK, Olavo Bilac, São Paulo e Natal, atendendo reivindicação da população que reside

no bairro Berneck, que vê neste empreendimento considerável melhoria das condições de vida com o fim do lamaçal, poeira e sujeira, comuns em ruas sem asfalto.

Ontem, o secretário de Obras, Francisco Airton (Mate o Véio), vistoriou os serviços e confirmou que ao todo serão 12 mil metros quadrados de pavimentação. Só esta obra está custando R\$ 89.484,00 conforme planilha do Orçamento Participativo.

## CANAL DO TAPAJÓS

Ontem foi concluído definitivamente a 2ª fase do projeto de drenagem no bairro Tapajós. O local que há mais

de 20 anos desafiava os prefeitos, a cada chuva acabava inundado com a enxurrada invadindo residências, deixando moradores ilhados e, a erosão, ameaçando derrubar as casas. Enfim, as famílias viviam sem segurança nos dias de chuva, pois a qualquer momento poderiam ser arrastados com a correnteza das águas.

Atendendo reivindicação uníssona, a prefeita Dorcelina Folador (PT) com aval do Conselho do Orçamento Participativo, destinou R\$ 55 mil para a 2ª fase de canalização. No total foram 128 metros de extensão de um canal fechado, mais 15 metros que complementarão os serviços até as caixas coletoras. Na 1ª fase, a Prefeitura implantou o canal de drenagem no bairro Itaipu, com 168 metros de extensão, porém com um canal aberto.

Ao *Diário do Povo*, o secretário de Obras afirmou que será iniciada imediatamente a 3ª fase do projeto de canalização, significando mais investimento no bairro Tapajós. "Já confeccionamos os tubos de 80 cm de diâmetro para mais 115 metros de canal que serão implantados. Esta tubulação passará dentro de terrenos particulares. Mas só assim o serviço ficará totalmente completo", destacou "Mate o Véio".

Em visita as obras, moradores confidenciaram ao DP que esta é a maior obra que Mundo Novo está recebendo da prefeita Dorcelina e pode ser considerada histórica, porque há mais de 20 anos era reclamada mas ninguém executava, embora prometiam durante as campanhas. "Muitos terrenos estavam perdidos, mas com esta 2ª fase, além de recuperar a área total dos terrenos, agora esta área está valorizada", destacam os moradores.

## CRECHE DA VILA NOVA

Para atender mais 100 crianças oriundas de famílias carentes, está em construção uma creche e escola de educação infantil na Vila Nova, que vai atender famílias desta vila e do Jardim Universitário. No total, são 354 metros quadrados de área construída num investimento de mais de 51 mil reais, sendo R\$ 36 mil nas construções mais R\$ 15 mil de mão-de-obra.

O responsável pela obra,

Nelson Almeida, adiantou que os serviços serão concentrados na implantação das portas, vitrões, colocação de forro de paviflex, piso e acabamentos com serviços de instalação da fiação elétrica e ligações hidráulicas. "Estamos com 11 operários para acelerar a construção e entregar a creche no mês que vem, inclusive com a pintura nas cores padrão de administração municipal", lembrou o construtor.

Esta creche também foi uma decisão do Orçamento Participativo e, segundo o secretário de Obras, terá 3 salas para atendimento às crianças mais espaços para secretaria e administração. "Nos fundos da

creche-escola vamos implantar um campo de futebol e quadras para voleibol de areia", frisou Airton.

MATO GROSSO DO SUL, SEGUNDA-FEIRA, 30 DE AGOSTO DE 1999

O PROGRESSO

# MUNICÍPIOS

2

▼ MUNDO NOVO

## Roda de Chimarrão e Tereré resgata tradições

**P**refeitura Municipal de Mundo Novo, através do Departamento de Cultura, promoveu na quinta-feira a II Roda de Chimarrão e Tereré no Museu Tapuy Porã. A festa reuniu visitantes das cidades vizinhas, principalmente de Eldorado, que chegou com um ônibus de estudantes para o evento, além de Guairá e da cidade paraguaia Salto Del Guairá.

Para quem nunca viu ou ouviu falar de uma festa parecida, a Roda reúne tomadores de chimarrão e tereré em uma grande festa com apresentações musicais e danças. A prefeitura oferece a água e a erva para as bebidas e o visitante fica com o compromisso de levar a cuia ou a guampa além de muita animação.

A festa iniciou com a apresentação da Banda Municipal, que ao som de "Titanic" encerrou a partici-

pação. Depois a prefeita Dorcelina Folador agradeceu a presença de todos, que lotaram a frente do Museu, enfatizando a importância de resgatar a história do município, do Estado e do país em um evento como este, lembrando e valorizando as fronteiras que, de uma forma ou de outra, ajudam no crescimento de uma sociedade em todos os aspectos.

A Prefeitura Municipal, através do Departamento de Esportes, aproveitou a oportunidade para entregar às 12 equipes da cidade, os uniformes para o campeonato de futebol de campo Inter-bairros que começa neste domingo em Mundo Novo. E logo depois, o coral infantil Tuiti se apresentou cantando as sertanejas mais ouvidas juntamente com a participação do público.

A programação da noite continuou com a dança portuguesa da Escola

de Eldorado e do Centro de Tradições Gaúchas, CTG - Sentinela da Fronteira, de Mundo Novo. Depois do balé paraguaio da cidade de Salto Del Guairá juntamente com o som de uma Harpa divertiu o público. A Patrulha Mirim, através de Marcelo Rodrigues no violão, cantou e encantou com uma composição própria retratando a cidade de Mundo Novo, em seguida o grupo de dança "New Star" composto por patrulheiras mirins fez seu show; finalizando a Escola Municipal Carlos Chagas também teve a sua participação. Um bailão ao ar livre e ao som de Virgílio e Silva pôs fim à II Roda.


Autoridades como o prefeito de Salto Del Guairá Manuel Santa Cruz Cabalero, e o diretor de Cultura de Guairá estavam presentes na festa incentivando a administração municipal em suas realizações.

**Anexo L - Projeto educacional destaque a cultura intercâmbio roda de chimarrão.**

## ANEXO M

### Investimentos na educação.

ALMS - Notícias - Mundo Novo: Seminário revela experiência bem sucedida em mun... Page 1 of 1



## Assembleia Legislativa de MATO GROSSO DO SUL

**Mundo Novo: Seminário revela experiência bem sucedida em municípios de MS**  
quinta-feira, 5 de junho de 2003  
*Por: Assessoria de Imprensa/ALMS Foto:*

O Orçamento Participativo que em MS tem em Mundo Novo sua principal vitrine - a prefeitura da cidade distribui 100% da sua arrecadação de acordo com critérios obtidos por consulta popular - será discutido em detalhes durante dois dias, a começar de **amanhã (6)** com a abertura do Seminário "**A Participação Popular Constrói a Cidade e faz um Mundo Melhor**" que reunirá prefeitos das cidades paranaenses de Medianeira, Vera Cruz do Oeste e Serra Lopes do Iguaçu.

Tanto para o vice-governador, Egon Krakhecke, quanto para o deputado Pedro Kemp (PT), que palestra na abertura do evento, o Orçamento Participativo é o uma opção eficiente em de exercício da cidadania. "Com o Orçamento Participativo a comunidade escolhe o que é mais urgente, onde e como aplicar sua receita; e sem dúvida o exercício da cidadania passa pelo caminho da participação popular no investimento público", afirma Kemp (PT).

Apesar da presença de cidades pequenas como Medianeira, Santa Cruz D'Oeste e Vera Lopes do Iguaçu, tanto o deputado Kemp e quanto o vice-governador, que também estará presente no evento, concordam que o OP pode ser aplicável em grandes capitais. "Com certeza mais complicado, mas temos aí a experiência de Porto Alegre com mais de 1 milhão de habitantes que desde 1988 executa o OP com sucesso. No âmbito do MS entendemos que o OP é melhor executável pelas prefeituras. Ao governo estadual cabe, diferentemente de uma atitude mais imediatista que se vê nas cidades, responder em termos de desenvolvimento e projetos de futuro", diz Egon lembrando que em MS são três prefeituras que praticam o OP, Mundo Novo, Dourados e São Gabriel D'Oeste, nesta última o prefeito sequer é do PMDB.

Por ser a prefeitura modelo para o projeto de gestão de autoria do Partido dos Trabalhadores que tem como princípio básico a distribuição dos recursos através de critérios elaborados por conselhos populares, Mundo Novo com seus 17 mil habitantes, orçamento anual de R\$ 11 milhões ano, melhor salário do estado para professores, irá sediar o evento.

Em Mundo Novo, o diretor do OP, Jaime Simão Osório, garante que 25% da renda do município "cai mesmo na conta da educação". "Enquanto um professor que leciona dois períodos ganha em média R\$ 700,00 nos outros municípios do estado. Aqui nosso salário chega a R\$ 1.000,00." A experiência já dura 5 anos, foi inaugurada ainda na gestão da prefeita Dorcelina Folador.

© 2009 - Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul. Todos os direitos reservados.

## ANEXO N

Extensão do projeto educacional valorizando a ecologia

## Mais de 75 mil mudas nativas já foram plantadas em Mundo Novo

A Prefeitura de Mundo Novo já plantou 75 mil mudas de espécies nativas, das 140 mil previstas para serem plantadas até o final de dezembro no Refúgio Biológico Maracaju. O plantio faz parte do convênio de manutenção e preservação do refúgio firmado entre a Prefeitura e a Itaipu Bi-nacional. A previsão inicial do convênio era o plantio de 100 mil mudas, porém o número aumentou para 140 mil, a partir da doação de mais 40 mil mudas feita pela Itaipu à Prefeitura, em 5 de novembro último. Em face da doação, o Departamento de Meio Ambiente teve que intensificar o trabalho de plantio, uma vez que o prazo do convênio termina em 31 de dezembro desse ano.

Em face da quantidade mudas a ser plantada, a Prefeitura aumentou o número de trabalhadores no Refúgio, além dos 28 homens do quadro próprio do município, mantidos regularmente no local, foram contratados mais 20 através da Cooperativa de Prestação de Serviços dos Trabalhadores Autônomos (CONSTRUNOVO), criando frente de trabalho, que contribui

para amenizar em parte a grave crise do desemprego que afeta o município, devido a política econômica recessiva de FHC. As mudas estão sendo replantadas em terrenos previamente preparados com maquinários da Prefeitura e Itaipu Bi-nacional, como aração, gradeação e curvas de nível para evitar a erosão.

Segundo o diretor do departamento de meio ambiente da Prefeitura, Eurídio Faxina, as 140 mil mudas são de espécies nativas da região, como: Canafistula, Angico, Ingá, Ipê Roxo, Peroba, Loro Pardo, Jequitibá, Palmito, Araçá, Goiaba do Campo, entre outras. As mudas são plantadas num espaçamento de 2 metros por 3 metros uma da outra, permitindo a manutenção mecânica da área. "Ao completar 2 anos de Governo Dorcelina, teremos concluído o plantio de 200 mil mudas no refúgio, uma marca recorde em relação as administrações passadas", confirmou Faxina.

O Refúgio Biológico Maracaju é uma área de preservação ambiental bi-nacional com 2364 hectares. Segundo o responsável pelo refúgio, da parte da Itaipu, José Alexandre Araujo,

40% do total da área ainda faltam ser reflorestados. Araujo disse que boa parte da área foi reflorestada ou regenerada naturalmente, em face do trabalho de manutenção do local, especialmente o combate a incêndio, através de aceros. O incêndio é a principal preocupação da Itaipu e Prefeitura, em razão do refúgio margear a BR 163 e a rodovia que dá acesso a cidade de Salto del Guafra no Paraguai, aumentando o risco de fogo no local, ocasionado, muitas vezes, por descuido de quem trafega nas referidas rodovias. O combate imediato de focos de incêndio, especialmente os que aparecem no período noturno, se torna difícil para Prefeitura em razão da localização do refúgio, distante cerca de dez quilômetros da cidade. No ano passado, por exemplo, um incêndio destruiu aproximadamente 35 hectares de vegetação, por sorte aconteceu numa área que ainda não havia sido reflorestada.

O reflorestamento total do refúgio deverá levar de 8 a 10 anos. A maioria das variedades demora até doze anos para se tornar uma árvore adulta em condições de produzir frutos e sementes, vitais para reprodução das espécies. Mesmo sendo o reflorestamento um processo demorado, a Prefeitura de Mundo Novo está otimista com o trabalho desenvolvido no refúgio. "A Itaipu Bi-nacional tem garantido a manutenção dos convênios, o que reforça nossa parceria com ela. Temos uma relação amigável, respeitosa e responsável. Cumprimos a risca os compromissos tratados nos convênios", disse o, secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente da Prefeitura, Maurício Simão.



Eurídio Faxina, Maurício Simão e José Alexandre acompanham o descarregamento de mudas



**Anexo N** - Investimento do projeto educacional na agricultura.



Anexo N - Itaipu domínio público.

## ANEXO O

Prefeitura se livra da inadimplência do SIF

## Prefeitura de Mundo Novo se livra de inadimplência

A prefeita de Mundo Novo, Dorcelina Folador (PT), conseguiu tirar o município da lista de inadimplentes junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAF. Mundo Novo foi inscrito no SIAF, em 95, em consequência de desvio de recursos pelo ex-prefeito José Carlos da Silva.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE constatou que o ex-prefeito desviou R\$ 40.578,89 referente a um convênio firmado com o Ministério da Educação e do Desporto para ampliação da escola Carlos Chagas.

A inscrição da Prefeitura no SIAF trouxe inúmeros prejuízos para o município, uma vez que, por dois anos ficou impossibilitado de receber recursos do Governo Federal. A retirada do nome da Prefeitura do SIAF foi possível porque a prefeita Dorcelina Folador entrou na Justiça com uma Ação de Ressarcimento de Recursos Desviados, contra o ex-prefeito José Carlos. O con-

teúdo da Ação foi analisado em Brasília e no final da tarde de ontem o secretário de Controle Econômico do MEC, Edson Freitas de Oliveira, informou que o município havia saído da lista de inadimplência do SIAF.

A prefeita Dorcelina disse que essa foi uma vitória que veio após 7 meses de luta persistente e que a partir de agora o município já pode de novo receber recursos referentes a convênios firmados entre a Prefeitura e o Governo Federal. A prefeita petista aguarda ainda para esse mês receber os recursos para ampliação da Creche Municipal, conseguido junto a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, no valor de R\$ 26.000,00. Dorcelina lembrou ainda que desde que assumiu o cargo de prefeita vem travando uma luta feroz para impedir que a comunidade seja prejudicada, em virtude de negociatas e desvios de recursos públicos praticados por ex-administradores.

**ANEXO P**

Benefícios para educação da ampliação de investimentos

**COMPUTAÇÃO**



**COZINHEIRAS**



**DENTISTA**

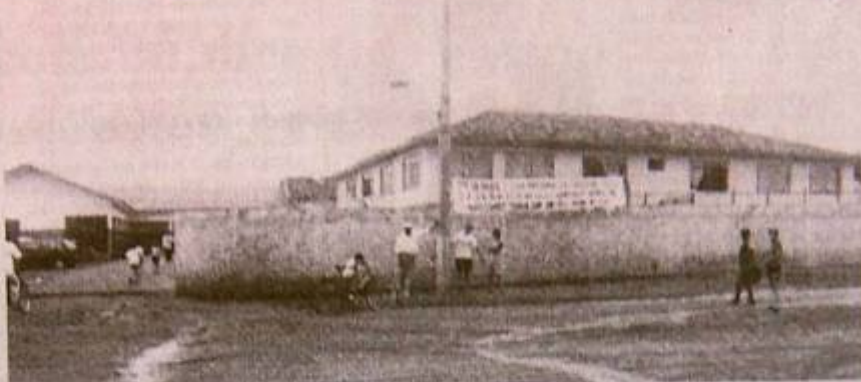


## Escola pública tem ensino diferenciado

A Escola Municipal "Carlos Chagas", do bairro Fleck e a Extensão "José Honorato da Silva", no bairro Copagrill, em Mundo Novo, vem chamando a atenção por vários fatores. O primeiro é que enquanto escolas estaduais como a REDAE e a "Érico Veríssimo" foram fechadas e outras no centro da cidade vêm perdendo sua clientela a cada dia, como a Escola "Castelo Branco", por exemplo.

A Escola Carlos Chagas e a Extensão José Honorato da Silva, em 1997 tinham 704 alunos, hoje têm 1.062 alunos matriculados. "É claro que diante de nossa realidade atual, a nossa estrutura já começa a ficar pequena. A cozinha e os dependências administrativas estão precisando ser urgentemente ampliadas", salienta a professora, Inês Lopes da Cruz, diretora da escola.

Algumas semanas atrás a escola também foi notícia em alguns jornais do Estado por causa dos projetos que desenvolve. Um deles é a parceria da escola com a delegacia de Mundo Novo e a Defensoria Pública, na alfabetização de detentos, pois a escola protagoniza duas felizes contradições: ministra um ensino rico bem no meio do bairro mais carente do município e fica ao lado da Delegacia de Polícia Civil, gozando de uma



A Escola Municipal "Carlos Chaga", que está sendo referência em educação em Mundo Novo

vizinhança questionada pelos educadores da escola. "Quem não conhece a cidade, pensa que a escola é uma extensão da delegacia" brinca o vice-diretor, João Batista da Silva, referindo-se à necessidade de uma nova fachada para a escola.

Outro projeto que chamou a atenção para a escola nas últimas semanas foi o programa de integração que a mesma executa em parceria com a Escola Nacional de Salto del Guairá (Paraguai), aproximando os alunos dos dois países com atividades esportivas, artísticas e culturais.

"O projeto baseia-se na integração entre os dois países,

visando o intercâmbio cultural entre nossos alunos, salientando as nossas diferenças culturais e proporcionando a consequente mudança de comportamento, que é a tônica do processo ensino-aprendizagem", enfatiza a professora Sueli de Lourdes Gozzi, secretária municipal de Educação.

A Escola Carlos Chagas e Extensão José Honorato, também tiveram destacada a participação na XVI Festa das Nações, onde a escola faturou mais de R\$ 3.000,00 e ganhou uma máquina de lavar e um aparelho de som como prêmio pelo primeiro lugar em atendimento e

ornamentação. "A união de todos foi determinante no sucesso da nossa participação", destaca a professora Inês.

Outra área em que a escola vem dando mais uma aula é na área da informática. A escola mantém um laboratório com professores capacitados, onde pelo menos 400 alunos aprendem computação, através dos seis aparelhos disponíveis na escola. "É o único laboratório em atividade das escolas da cidade" comemora a professora Inês Lopes da Cruz, que está avaliando a possibilidade de ser candidata à reeleição da escola.

### EDUCAÇÃO

## Encontro capacita secretários municipais

Um encontro organizado pelo Fundo de Desenvolvimento das Escolas (Fundescola), em parceria com a Secretaria de Estado de Educação (SED/MS), pretende mobilizar as prefeituras dos 77 municípios de Mato Grosso do Sul de 4 a 7 de junho. Durante quatro dias, dirigentes municipais, professores e técnicos, estarão discutindo os rumos da educação no Estado e as alternativas para as prefeituras, que estão sendo proporcionadas pelo Programa de Apoio aos

Secretários Municipais de Educação (Prasem).

O evento será aberto na próxima segunda-feira, às 9h, no auditório do Noveotel, em Campo Grande. O Prasem é uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC) e conta com o apoio financeiro do Banco Mundial. O programa foi instituído em 1997 e, desde então, vem capacitando secretários municipais de educação em todo o país nas questões relacionadas à gestão educacional. As

discussões são centradas em quatro dimensões: administrativa, pedagógica, financeira-organizacional e de recursos humanos.

De acordo com o secretário de Educação, Pedro Kemp, que participa da solenidade de abertura do encontro, o Prasem possibilita aos secretários um maior entendimento sobre as dificuldades e as soluções que devem ser buscadas pela poder público municipal a respeito dos desafios que envolvem o

setor educacional, principalmente em tempos de dificuldades financeiras.

Entre as finalidades do Prasem está a adoção de políticas educacionais centradas no fortalecimento da escola; a elevação da competência técnico-administrativa das secretarias municipais de educação; o incentivo à democratização da gestão educacional no município e a viabilização de instrumentos modernos de gestão pública.

Anexo P - Ensino diferenciado destaque no estado de MS.

**DIÁRIO DO POVO** - Região 02 (Geral), quinta-feira, 13 de maio de 1999.

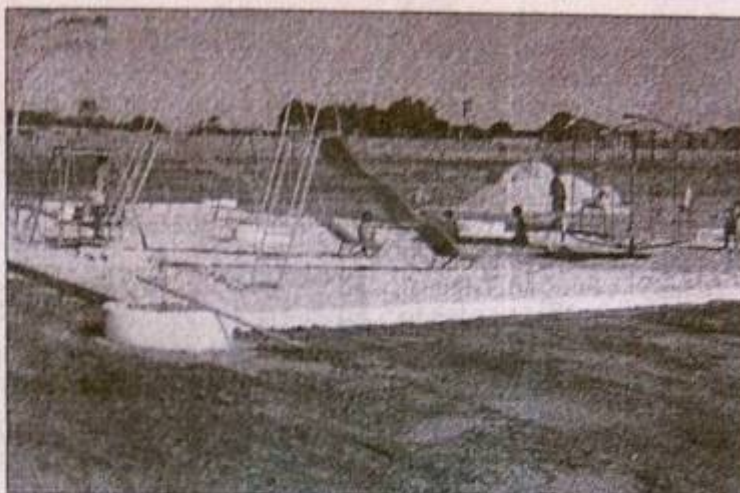
## R\$ 50 mil investidos em creches

A inauguração da Creche e Centro de Educação Pré-Escolar é motivo de alegria de um grande número de mães. A obra, que foi definida pelo Orçamento Participativo, custou aos cofres da Prefeitura mais de 50 mil, somente a primeira fase.

A Prefeitura também edificou no local um "playground", onde as crianças terão oportunidade de brincar, sempre acompanhadas por uma professora ou assistente. A prefeita Dorcelina conta que serão atendidas inicialmente em torno de 50 crianças, em período integral, de segunda a sexta-feira.

A creche da Vila Nova era uma antiga reivindicação das mães que trabalham fora e não tinham onde deixar seus filhos. "Aqui só serão beneficiadas as crianças oriundas de famílias pobres e que realmente necessitam de apoio. Serão oferecidas alimentação e todo acompanhamento exigido para a boa formação das crianças", adianta Dorcelina.

A creche está situada ao lado da antiga pista do aeroporto. Possui 350 metros quadrados de área construída, sendo cinco salas, uma lavanderia, almoxarifado e demais depen-



Creche da Vila Nova ganhou parque infantil



Nova creche que será inaugurada hoje

dências administrativas, esportes de areia, horta e ampliação para aumentar o número de atendimentos. O projeto ainda prevê a construção de uma quadra de

**Anexo P** - Investimentos dos recursos financeiros em creches.

DIÁRIO DO POVO 30 DE MARÇO DE 1998

Da Sucursal de Naviraí

O assessor especial do Orçamento Participativo e Popular, Humberto Amaducci, anunciou à imprensa as prioridades de investimentos para o município de Mundo Novo, até o final deste ano. O Conselho do Orçamento Popular, que é formado pela secretaria executiva, onde fazem parte membros da administração municipal, entre eles Humberto Amaducci; secretária de Finanças, Adelaine; secretário de Desenvolvimento Econômico, Davi e outros secretários municipais, teve muito trabalho para definir quais os setores receberão os primeiros investimentos, que no total, serão de R\$ 767 mil e 700.

#### EROSÃO

Depois de muitas discussões, o combate a erosão, para a posterior pavimentação asfáltica, foi definido como prioridade e

vai receber R\$ 180 mil. Humberto explicou que a implantação dos tubos para captação de águas pluviais e as construções de bueiros, serão feitas o mais rápido possível, para se combater a erosão no perímetro urbano de Mundo Novo. "Depois disso, serão feitos investimentos em asfalto", garantiu.

#### CRECHES

Embora os recursos são poucos e várias comunidades estão reivindicando a implantação de creches, os conselheiros após minucioso levantamento, premiou a Vila Nova, onde será construída uma creche com valor orçado em R\$ 36 mil. Serão beneficiados pelo menos mais dois bairros, conforme avaliação e proposta do projeto já aprovado.

#### TERRENOS PARA ASSOCIAÇÕES

A doação de terrenos para entidades não governamentais organizadas, foi considerada de grande importância. A prefeita

#### POSTO DE CALCÁRIO

Uma reivindicação unânime, conforme declaração de Humberto Amaducci, foi a implantação de um posto de calcário para atender pequenos produtores, de uma forma geral. Foram adquiridas mil toneladas do produto, num custo para o município de R\$ 45 mil. "O calcário além de corrigir a acidez do solo, irá garantir melhor resultado na produção, beneficiando sobremaneira o produtor rural", justificou o assessor.

#### POÇOS ARTESIANOS

Para a construção de poços artesianos, já estão garantidos R\$ 22.500,00, através de convênio com a Itaipu. Neste caso, sem incluir a contrapartida da Prefei-

torcelina Polador (PT), chegou a pedir aos conselheiros que dessem especial atenção à esta questão. Assim, para valorizar sindicatos, associações comunitárias, serão destinados 18 mil reais para a compra de terrenos.

#### REFORMA DE ESCOLAS

Uma justa reivindicação feita pela comunidade ao Orçamento Participativo, foi a recuperação e ampliação de escolas municipais. A Secretaria de Obras e a Secretaria de Educação privilegiaram a comunidade escolar do loteamento Sampaio e da escola "Petrônio Portela". As reformas terão início imediatamente, bem como ampliações para melhorar as acomodações de alunos e professores. Neste setor o investimento inicial será de R\$ 31 mil e 500.

#### ENERGIA ELÉTRICA

Levar o benefício da rede de energia elétrica para o maior número de famílias de Mundo Novo, é uma preocupação constante da prefeita Dorcelina. Neste contexto, foi viabilizado a rede de energia rural para a estrada boiadeiro, para o bairro Fleck e Itaipú. No total, são R\$ 8 mil e 100, que garantirão considerável melhora da vida da população, através dos confortos que a energia elétrica pode proporcionar.

#### VIVEIRO DE MUDAS

Por outro lado, o assessor especial do Orçamento Participativo, falou do total apoio dos ruralistas, no sentido de buscar melhorias e lutar por elas, através das reuniões do Conselho Participativo. A reestruturação do viveiro de mudas foi alvo das discussões e serão destinados R\$ 9 mil para a produção de espécimes que servirão para a urbanização e reflorestamento.



**Anexo P -** Aquisição de veículos pela prefeitura para Educação.

## ANEXO Q

Ações educacionais implementadas pelo Projeto

A DO POVO

Página 03

Mundo Novo

## Escolas comemoram a Semana da leitura



Os três escritores juntamente com os professores da Escola municipal Carlos Chagas

Aconteceu na semana passada em todo o Brasil, a Semana da Leitura. Está iniciativa do Governo Federal, objetiva despertar nas crianças e jovens o gosto pela leitura. Em Mundo Novo, a Escola Estadual Marechal Rondon e a escola Pólo Municipal Carlos Chagas cumpriram a risca o seu papel, e sabiamente entre os dias 10 e 14 dedicaram uma hora por dia a leitura de livros ou jornais. Os dois centros educacionais convidaram também escritores locais que tenham lançado livros, para proferirem palestras aos estudantes, como forma de incentivar o surgimento de novos talentos no meio literário. Quarta feira na escola Marechal Rondon, o professor, escritor e editor do Tribuna do Povo, Jairo de Lima Alves

autor de três livros realizou um bate papo com centenas de alunos do período matutino, onde fez uma explanação sobre as dificuldades e as alegrias de se escrever e lançar um livro. Era possível notar no olhar das crianças, um misto de ansiedade e curiosidade para conhecer de perto as obras do renomado jornalista mundonovense, já que vários livros do escritor foram sorteados aos alunos. "Leiam qualquer coisa, mas leiam, leiam sempre. Leiam, leiam e leiam", esta foi a sugestão de Jairo aos alunos. A escola Pólo Municipal Carlos Chagas recebeu sexta feira os escritores Nivaldo Miranda Pires, Jairo de Lima Alves e Di Carlos, este ultimo morador na vizinha cidade de Eldorado. Atendendo a convite da direção e da coordenação pedagógica da Escola, os três realizaram uma palestra,

que tinha como objetivo atender as crianças apara o prazer da leitura. Todos relataram experiências pessoais, técnicas de desenvolvimento de texto e inspiração. Os pequenos quiseram saber também como se edita um livro, pois o trio junto é responsável por mais de 10 livros editados.

Como homenagem aos convidados, uma turma de quinta série do Ensino Fundamental, apresentou um número musical denominado de "A Dança da Sucuri", acompanhada de uma narrativa a respeito da lendária e temida cobra. Diante do brilhante desempenho dos jovens, mais uma vez nos remete a idéia de que, no que tange a cultura nosso país devera a continuar ser este celeiro de farrinha, apesar do minimo investimento oficial neste setor.

# Banda Municipal é reconhecida na OMB

*Integrantes da banda já receberam suas carteiras de profissionais da Ordem dos Músicos do Brasil*

Novo Colônia

A Prefeitura de Mundo Novo instituiu oficialmente a Banda Musical Municipal, com a entrega da carteira de músico profissional aos 22 integrantes da corporação. A banda atuava em Mundo Novo há mais de 10 anos, porém, de forma "ilegal", já que não era reconhecida pela OMB/MS - Ordem dos Músicos do Brasil - regional de Mato Grosso do Sul.

A entrega das carteiras de profissional aconteceu em solenidade na Associação Comercial de Mundo Novo, no último dia 11 de julho. Além da presença da prefeita Dorcelina Folador (PT), principal responsável pela oficialização da banda, prestigiaram o evento o presidente da OMB/MS, Couraci Nogueira de Castilho, além de outros integrantes da OMB/MS.

O juiz de direito da Comarca de Mundo Novo, Jairo Abraão de Almeida, aficcionado da música, também prestigiou a entrega das carteiras, ao lado do diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura, Valdenir Dalheiros. Na ocasião, além do lino Nacional Brasileiro, os músicos apresentaram alguns ilmosos musicais, para satisfação de todos que marcaram presença à reunião.

A legalização da Banda Musical Municipal foi comemorada por todos os seus integrantes. Das o maestro Samuel Rosa da Costa, que integra o grupo desde 1995, fez questão de fazer alguns comentários ao *Diário do Povo*, depois de muito agradecer a disposição da prefeita Dorcelina em



Músicos da Banda de Mundo Novo com o maestro Samuel e a prefeita Dorcelina

apoiar maciçamente a cultura, ele mencionou que o incentivo está encontrando respaldo dos próprios músicos, que estão se empenhando ao máximo para representar Mundo Novo, em qualquer ocasião, quando tem oportunidade de se apresentar.

"Estamos preparando um repertório de primeira linha. Nele, inserimos músicas clássicas, popular e até sertaneja, de modo que vamos atender todos os gostos musicais. Enfim, nossa responsabilidade é atender toda a exigência da plateia ouvinte e, este compromisso fazemos questão de cumprir, tirando todas as músicas como no original".

## SEGUNDA DO ESTADO

A Banda Musical de Mundo Novo é a segunda de Mato Grosso do Sul onde todos os músicos são profissionais. Apenas Campo Grande também tem

banda profissionalizada. Para alcançar esta condição, o maestro Samuel disse que os ensaios estão acontecendo de segunda à sexta-feira, das 8h às 11 horas. "Nestes ensaios, não deixamos nenhuma dúvida sem ser esclarecida e as notas, formas e estilos de tocar são aperfeiçoados, para que o músico toque com segurança".

## ASSOCIAÇÃO

Os integrantes da Banda Musical Municipal, para defender os interesses de sua classe, se organizaram através da Associação dos Músicos mundomovenses. O órgão, em sintonia com o departamento de cultura, sensibilizou a prefeita Dorcelina sobre a necessidade da legalização da banda, fato conquistado com a profissionalização de todos os músicos.

"Antes, até nosso salário era pago por meio de recibo. Esta situação, proibida até por lei, dificultava nossa vida. Hoje, a situação é outra e a prefeitura poderá incluir nossos vencimentos em sua folha de pagamentos, sem problema algum para a administração municipal", ressalta o maestro.

## TROMPAS E BOMBARDINO


Questionando sobre as condições dos instrumentos musicais o maestro do município disse que tudo está em ordem. "Mas para melhorar ainda mais precisamos de pelo menos duas trompas e dois bombardinos, instrumentos de bocal que irão preencher um vazio nos sons de tenor e meio soprano", argumentou o músico, que concluiu: "no meu ponto de vista, a banda está 90% em termos gerais".

Anexo Q - Banda Municipal - ações do Projeto educacional.

**E** uma ação concreta que vai além de garantir o acesso de crianças e adolescentes aos bancos escolares. A **Bolsa-Escola** complementa a renda das famílias beneficiadas e acompanha sistematicamente o desempenho do aluno, garantindo o acesso, a permanência e o desenvolvimento da aprendizagem. Cada família cadastrada no Projeto vai receber por mês um auxílio de R\$ 84,00 para que melhore a sua qualidade de vida e mantenha seus filhos estudando. A **Bolsa-Escola** é um instrumento de combate à exclusão social e de compromisso com a infância. Faz parte da nossa luta pela construção de uma escola democrática, cidadã, inclusiva, de qualidade e promotora de felicidade. Afinal, lugar de criança é na escola, mas aprendendo.

**Mundo Novo é a primeira cidade do Estado a implantar a Bolsa-Escola. Vale apostar, porque funciona.**

**O QUE É O PROJETO BOLSA-ESCOLA?**




**Quem serão os beneficiados?**

Neste primeiro ano de implantação da **Bolsa-Escola**, serão beneficiadas cerca de 210 crianças de 70 famílias que tenham seus filhos matriculados nas escolas da rede municipal de ensino. A meta da Prefeitura é conseguir nos próximos anos estender o benefício também para os alunos da rede estadual.

**Quais são os critérios?**

Primeiramente, é preciso que a família resida há pelo menos 4 anos consecutivos em Mundo Novo, possua renda *per capita* igual ou inferior a meio salário mínimo e tenha seus filhos de 7 a 14 anos matriculados no ensino fundamental (1ª à 8ª séries) das escolas municipais. Terão prioridade as famílias com dependentes idosos ou pessoas portadoras de deficiência, famílias com crianças desnutridas acompanhadas pela rede pública municipal de saúde, ou ainda com crianças e adolescentes sob proteção especial e que cumpram medidas sócio-educativas.

Os alunos incluídos no Projeto não podem faltar mais de dois dias de aula por mês sem justificativa, sob pena de perderem o benefício. Desta forma, a **Bolsa-Escola** combate a evasão escolar e faz justiça social.




**DE ONDE VÊM OS RECURSOS?**

De maio a dezembro, a Prefeitura vai investir R\$ 47.040,00 no Projeto. Os recursos são do próprio Município e foram aprovados no Orçamento Municipal como investimento na Educação.

Com transparência administrativa, participação popular e seriedade na gestão dos recursos, o dinheiro público rende e a Prefeitura investe ainda mais na qualidade de vida da população.

Anexo 5



RIO PARANAZÃO

MATO GROSSO DO SUL

*Jogos Abertos de Mundo Novo*

Waldomiro Sobrinho

## Escola Carlos Chagas é a nova campeã

A Escola Municipal Carlos Chagas (*foto*), campeã dos Jogos Abertos de Mundo Novo, quebrou a hegemonia da Escola do Mickey, que lutava para chegar ao seu sétimo título consecutivo na classificação geral. Um grande público compareceu ao Ginásio de Esportes durante as nove noites de competição e incentivou os atletas. No domingo (14) as partidas finais, repletas de emoções, começaram às 13h30h e terminaram perto da meia-noite. Uma "guerra" entre as torcidas finalistas esquentou o clima em várias oportunidades. O evento foi organizado pelo departamento municipal de Esportes.

**Resultados:** campeã, Escola Municipal Carlos Chagas; vice-campeã, Escola do Mickey; em terceiro lugar, Piauí-Info/Help e em 4º, Móveis Gazin.



### Classificação por modalidade:

Futsal feminino, vôlei masculino, handebol masculino, tênis de mesa masculino e feminino, truco e bocha: Escola Carlos Chagas.

Futsal masculino, vôlei feminino, handebol feminino, vôlei de areia

feminino e sinuca: Escola do Mickey.

Vôlei de areia masculino: Piauí-Info/Help e canastra: Móveis Gazin.

A próxima edição dos Jogos Abertos deverá acontecer em setembro de 2004.

**Anexo Q** - Destaque do projeto educacional na escola Carlos Chagas.

**Diário do Povo**      Sábado, 21 de novembro de 1998

**OSSELO**  
RECORTAÇÃO

FABRICAÇÃO E COLOCAÇÃO DE  
FOFOS DE DENTÃO,  
MOLINHOS, SANCHAS,  
COLUNAS E ESTANTES,  
UM PRIGOUTO LEVE,  
ANTI-INFLAMÁVEL,  
TÉCNICO E ACÚSTICO

FOFOS D.  
(067) 974-3470  
(067) 421-5858

**Região**

■ CULTURA

# Mundo Novo inaugura museu municipal

*“Tapuy Porã” resgata e preserva a rica história dos pioneiros da cidade com mais de 500 peças*



Fachada principal do Museu, em estilo colonial, inaugurado no Dia da Bandeira



Prefeita Dorcelina Folador discursa durante inauguração do museu histórico

Anexo Q - Inauguração do museu.

**DIÁRIO DO POVO**

Sábado, 21 de novembro de 1998



Descerramento da fita inaugural: ato histórico



Aluno observa máquina de costura manual do ano de 1848



Peças do museu de Mundo Novo resgatam a história do município e sua gente



Grande público visitou museu durante todo o dia da inauguração; peças chamam atenção

**Anexo Q - Inauguração do museu municipal.**